

EVIDÊNCIAS BASEADAS EM PESQUISAS DOMICILIARES DO IBGE

BRASIL

Dinâmica demográfica

Refletindo tendências demográficas delineadas há algumas décadas, a população brasileira cresceu a uma taxa anual estimada de 1,4% entre 1992 e 1995, chegando ao final do período a um quantitativo total de quase 155 milhões de pessoas. Desse total, cerca de 78% viviam em áreas urbanas. A população rural, ainda que decrescente em termos absolutos e relativos já há várias décadas, totalizava um conjunto bastante expressivo, com 34,4 milhões de pessoas.

Situação educacional

O nível médio de escolaridade da população brasileira de 10 anos ou mais é baixo, como atestam as elevadas parcelas de analfabetos ou de indivíduos com até quatro anos de estudo no conjunto da população de 10 anos ou mais em 1995. Há diferenças regionais bastante significativas nestes indicadores, mas em todas as regiões os contingentes absolutos de população com baixo nível de instrução são consideráveis. As mudanças do perfil de escolaridade foram modestas no período. Houve uma diminuição do contingente de analfabetos em 1,4 milhão de pessoas, que se refletiu-se na queda de dois pontos percentuais da participação dos mesmos sobre a população de 10 anos ou mais. Em 1995, os analfabetos representavam cerca de 16% da população de referência. Registrou-se também uma pequena redução da parcela relativa dos indivíduos com primário incompleto, que totalizavam 27% da população de 10 anos ou mais no final do período.

Inserção no mercado de trabalho

A População em Idade Ativa – PIA, isto é, com idade igual ou superior a 10 anos, expandiu-se a uma taxa mais elevada que a população total (2% ao ano), como consequência dos níveis de fecundidade comparativamente mais altos no passado. Como a População Economicamente Ativa – PEA, que reúne ocupados e desocupados, cresceu a uma taxa muito próxima, a taxa de participação manteve-se

por volta de 61% da PIA. As oportunidades ocupacionais criadas no período foram razoavelmente suficientes para garantir praticamente o mesmo nível de ocupação de mão-de-obra existente em 1992. Cerca de 94% da PEA estava ocupada em 1995, nível este bastante freqüente nos diversos Estados brasileiros em 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

A estrutura ocupacional brasileira é marcada fortemente pelo peso das ocupações de serviços e na agropecuária. O setor serviços compreendia cerca de 35% dos ocupados em 1995, seguindo uma tendência de aumento sistemático e gradual há muitas décadas. Entre 1992 e 1995, esse setor foi, seguido do comércio, o mais dinâmico na criação de novos postos de trabalho, tendo incorporado 2,8 milhões de trabalhadores no período. Se a este contingente for somado o quantitativo de novos ocupados no comércio (1,1 milhão), chega-se à quase totalidade das vagas abertas nos três anos em análise. A agropecuária, por outro lado, seguindo uma tendência de longa data, perdeu mais de 400 mil trabalhadores entre 1992 e 1995, passando a agregar pouco mais de um quarto da mão-de-obra no país, no final do período. Os ocupados na indústria e na construção civil representavam, respectivamente, 12,2% e 6,1% da força de trabalho empregada, cifras ligeiramente menores do que as levantadas em 1992, conseqüência da baixa capacidade de geração de novas vagas nestes setores. De modo geral, estas tendências setoriais observadas em nível nacional resultam de processos semelhantes na maioria dos Estados brasileiros.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

As mudanças do perfil posicional da mão-de-obra são muito pouco significativas entre 1992 e 1995. As pequenas alterações que podem ser notadas foram, de um lado, o aumento de um ponto percentual dos trabalhadores por conta própria na estrutura ocupacional (de 22% para 23% no período) e de empregados domésticos (de 6,7% para 7,4%) e, de outro, uma redução menos intensa de trabalhadores não-remunerados e daqueles dedicados à produção para autoconsumo. Em nível estadual, as mudanças do perfil posicional parecem ter sido mais intensas e de naturezas diferenciadas: nos Estados com maior peso das atividades agropecuárias, houve uma diminuição da parcela de não-remunerados e de trabalhadores

dedicados à produção para autoconsumo e ligeira ampliação da participação do emprego assalariado; nos Estados de base industrial mais forte, ocorreu uma queda das cifras relativas de empregados, com aumento concomitante de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores domésticos.

REGIÃO NORTE

Dinâmica demográfica

A Região Norte continua sendo a área de maior crescimento populacional do país, embora tivesse apresentado uma forte redução das taxas anuais na presente década. Nos anos 80, a população do Norte crescia a 3,8% a cada ano, tendo passado a se expandir a 2,4% ao ano entre 1992 e 1995. Vale assinalar que, dos três Estados que mais rapidamente cresciam na década de 80 – Rondônia, Roraima e Amapá – somente o último continuou ostentando taxas elevadas nos anos 90. No final do período, a população da Região Norte era estimada em 11 milhões de pessoas, sendo 6,8 milhões residentes nas áreas urbanas e 4,2 milhões na zonal rural. Esta foi a única região que apresentou acréscimo de população rural no período, tendência que não deve persistir por muito tempo, uma vez que as taxas de crescimento da população rural tem sido decrescentes, e já eram inferiores a 1% nos primeiros anos desta década.

Situação educacional

Para o período em foco, a análise dos indicadores de escolaridade, bem como das características da mão-de-obra, só pode ser realizada para a população urbana, dadas as características do levantamento da PNAD nos Estados da região. Tal fato certamente leva, por um lado, à identificação de um melhor perfil educacional para a região e, por outro, a uma subestimação da participação da população em atividades agropecuárias, inseridas em posições ocupacionais menos favoráveis. Deve-se, pois, entender que os resultados aqui apresentados devem ser interpretados com cautela quando contrapostos aos das demais regiões e Estados.

Em que pesem estas considerações, não há como negar o baixo nível médio de escolaridade da população, a julgar pelos indicadores referidos à sua população urbana. Em 1995, cerca de 15% da população de 10 anos ou mais residente na zona urbana era analfabeta e outros 24% não tinham sequer o primário completo. Ao longo dos três anos em análise, a mudança do perfil foi muito pouco significativa. O que talvez se possa assinalar é a pequena diminuição da parcela de população analfabeta (um ponto percentual a menos) e aumento equivalente entre aqueles com primeiro grau incompleto.

Inserção no mercado de trabalho

A estrutura demográfica comparativamente mais jovem da população da Região Norte e o fato de a população em estudo referir-se àquela residente na zona urbana explicam a baixa taxa de participação na região. Em 1995, cerca de 59% da PIA participava do mercado de trabalho, na condição de ocupada ou não. Tal cifra é menor que a levantada para qualquer outra região. Os mesmos argumentos anteriores justificam, em boa medida, a baixa taxa de ocupação encontrada para a PEA, que teria passado de 92% para 91% entre 1992 e 1995. O baixo dinamismo das economias regionais na geração de postos de trabalho também explica a permanência de contingentes significativos de indivíduos em desocupação.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Por se tratar apenas da população ocupada residente na zona urbana, a estrutura ocupacional está fortemente concentrada no setor serviços e comércio, que ocupavam, respectivamente, 33% e 17% da mão-de-obra da região. Ainda assim, 15% dos residentes na zona urbana desempenham atividades na agropecuária (extrativismo vegetal e pesca, inclusive). O tamanho do parque industrial de Manaus é responsável, sem dúvida, pela participação de 9% da população ocupada em atividades industriais na região, já que nas outras capitais e municípios do Norte – com exceção da Grande Belém – estas atividades têm participação pequena na estrutura produtiva. A construção civil tem se revelado mais dinâmica e importante na estrutura ocupacional nos Estados de Roraima e Amapá, onde têm sido

canalizados aportes significativos de investimentos federais e privados na construção de infra-estrutura urbana básica.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

O elevado peso das atividades terciárias reflete-se sobre o perfil posicional da mão-de-obra, com elevada participação de empregados (50% dos ocupados em 1995) e baixa incidência de trabalhadores dedicados à produção para autoconsumo e não-remunerados. Parte expressiva (26%) destes trabalhadores estão inseridos na condição de conta própria, tendência esta que tem crescido no período.

RONDÔNIA

Dinâmica demográfica

Um dos resultados surpreendentes com relação à dinâmica demográfica recente do país foi a redução acentuada da taxa de crescimento populacional de Rondônia. No primeiro quinquênio desta década sua população cresceu 1,7% ao ano, menor taxa de todos os demais Estados da Região Norte. As informações quanto a situação do domicílio mostra que, em 1995, 61,2% da população (1,2 milhão de pessoas) se encontravam na área urbana.

Situação educacional

Os indicadores de escolaridade revelam que 12,7% da população de 10 anos ou mais residente nas áreas urbanas era analfabeta e que 18,2% não possuíam sequer o primário completo. A parcela de população com terceiro grau era de apenas 5%, evidenciando os baixos níveis de escolaridade neste Estado. As maiores variações relativas ocorreram nos grupos de pessoas com segundo grau incompleto e terceiro grau, que cresceram 39,9% e 36,2%, respectivamente, entre 1992 e 1995. Em termos absolutos, a maior variação ocorreu dentre as pessoas com primeiro grau incompleto, pois aproximadamente 29 mil pessoas passaram a freqüentar este nível escolar.

Inserção no mercado de trabalho

Neste período, a taxa de crescimento anual da PIA e da PEA foi de 3,2% e de 1,7%, respectivamente, acarretando a diminuição das taxas de participação no período (59% da PIA em 1995). Tal tendência certamente contribuiu para que a taxa de ocupação se mantivesse em níveis por volta de 93% e 94%.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

As informações gerais quanto à composição e à evolução da ocupação estadual por setor de atividade econômica revelam que a indústria destacou-se na geração de emprego, com oferta de 10 mil novas ocupações, ampliando a participação da mesma para 13% do conjunto dos ocupados em 1995. Neste momento, o setor serviços empregava 38% da população ocupada, enquanto o comércio era responsável por 18%. A mão-de-obra residente na zona urbana alocada em atividades agropecuárias representava cerca de 11% do conjunto de ocupados.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Quanto à segmentação do mercado de trabalho, os dados empíricos mostram que o tipo de ocupação que apresentou o maior dinamismo em termos relativos foram os empregadores (aumento de 65% entre 1992 e 1995). Em contrapartida, houve uma forte diminuição de trabalhadores não-remunerados e daqueles dedicados à produção para autoconsumo ou construção para uso próprio. Os empregados permaneceram representando cerca de 60% da mão-de-obra ocupada em 1995.

ACRE

Dinâmica demográfica

O Acre foi o Estado que apresentou a segunda maior taxa média anual de crescimento populacional no país entre 1991 e 1996, com cerca de 3% ao ano, superada apenas pela taxa verificada no Estado do Amapá. Foi também um dos

poucos Estados onde a população rural não decresceu. Em 1995, a população acreana totalizava cerca de 470 mil pessoas, 65% residentes nas áreas urbanas.

Situação educacional

A análise do perfil educacional da população urbana revela que 36% das pessoas de 10 anos ou mais não haviam sequer completado o primário em 1992, cifra esta que se manteve inalterada nos três anos seguintes, talvez como resultado da intensa migração rural urbana no Estado. De fato, em 1995, havia quase 9 mil pessoas a mais no Estado nessa condição. Progressos mais expressivos foram obtidos nos níveis de escolaridade mais elevados, acima do segundo grau. Em 1995, 8% das pessoas de 10 anos ou mais cursavam ou haviam cursado o terceiro grau, percentual bem superior à média regional.

Inserção no mercado de trabalho

A taxa de atividade manteve-se estável em torno de 60%, como resultado do crescimento um pouco mais lento da população economicamente ativa em relação à população de 10 anos ou mais. A taxa de ocupação, por sua vez, apresentou uma leve tendência de queda no período, passando de 92% para 91% em 1995, seguindo o comportamento médio observado na Região Norte.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Como os dados analisados referem-se apenas à zona urbana do Estado, era natural que fosse baixa a porção de trabalhadores alocados na agropecuária (8% em 1995). Com exceção da administração pública, que sofreu forte redução de pessoal – que se refletiu na diminuição de sua participação no conjunto dos ocupados de 18% para 12% no período – todos os demais setores apresentaram expansão absoluta de vagas, sobretudo o comércio e serviços. Estes dois setores de atividade ocupavam cerca de 63% da mão-de-obra do Estado.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Foi significativamente forte a redução da participação de ocupados classificados como empregados e trabalhadores domésticos no período. Entre 1992 e 1995, a

participação de empregados reduziu-se em sete pontos percentuais, chegando ao final do período em 54%. A parcela de trabalhadores domésticos diminuiu quatro pontos percentuais, com a redução de quase 4 mil ocupados na categoria. Em contrapartida, aumentaram as parcelas relativas de empregadores, trabalhadores por conta própria e não-remunerados. Trabalhadores por conta própria representavam 24% da mão-de-obra ocupada em 1995.

AMAZONAS

Dinâmica demográfica

O Amazonas, maior Estado brasileiro, caracteriza-se, em termos demográficos, por apresentar uma população de pouco mais de 2 milhões de pessoas, fortemente concentrada nas zonas urbanas dos seus municípios (74%). Essa tendência de urbanização tem se mantido nos anos 90, já que a população urbana no Estado cresceu a 3,3% ao ano, enquanto a população total expandiu-se a taxas de 2,6% ao ano. Em 1995, a população urbana, objetivo de investigação da PNAD, totalizava 1,7 milhão de pessoas.

Situação educacional

Os indicadores de escolaridade revelam que cerca de 12,6% da população urbana era analfabeta e que 20,2% não haviam completado o primário. A maior variação relativa em termos de indicadores de escolaridade ocorreu no grupo de pessoas com segundo grau incompleto, que cresceu 24,1% entre 1992 e 1995, apesar de sua participação relativa ter permanecido ainda inferior a 6%. Contudo, em termos absolutos, a maior variação ocorreu dentre as pessoas com primeiro grau incompleto – mais de 53 mil pessoas passaram a freqüentar este nível escolar. Apesar de a estrutura de escolaridade não ter tido nenhuma alteração muito significativa entre 1992 e 1995, é importante destacar o alto percentual de pessoas com segundo grau completo (cerca de 13%). Entretanto, a avaliação de tal informação deve ser ponderada pelo fato de se tratar, neste caso, de uma população urbana.

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, a taxa de crescimento anual da PIA e da PEA foi de 3,6% e 4,5%, respectivamente. Como a população ocupada cresceu a 4,6% ao ano, houve uma incorporação de 85 mil novas pessoas ocupadas no mercado de trabalho, contribuindo para a manutenção da taxa de ocupação em torno de 89%.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Com relação à composição e à evolução da ocupação estadual por setor de atividade econômica, vale destacar que praticamente todos os setores apresentaram aumento no número de ocupados entre 1992 e 1995. As maiores variações absolutas no nível de emprego foram lideradas pelos serviços (cerca de 38 mil), pela indústria de transformação (cerca de 16 mil) e pelo comércio (cerca de 13 mil). Até a agropecuária apresentou um pequeno aumento de ocupados (4 mil), ao contrário do observado na Região Norte.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Em termos de segmentação do mercado de trabalho, praticamente não houve mudanças de perfil entre 1992 e 1995. As ocupações que apresentaram o maior dinamismo em termos relativos foram as de produção para autoconsumo e construção para uso próprio. Em termos absolutos, a variação mais importante ocorreu entre os conta própria: no período seu quantitativo aumentou em 136 mil pessoas. Os empregados mantiveram sua elevada participação na mão-de-obra ocupada (50%).

RORAIMA

Dinâmica demográfica

Espaço privilegiado da fronteira agrícola e da exploração mineral, o Estado de Roraima tem exibido uma das mais elevadas taxas de crescimento demográfico do país nas últimas décadas. Na década de 80, a taxa média anual de crescimento

populacional foi superior a 9%, levando o contingente populacional mais do que dobrar entre 1980 e 1991. No primeiro quinquênio dos anos 90, a taxa média de crescimento demográfico apresentou uma redução muito acentuada, passando para cerca de 2,7% ao ano, como reflexo do comportamento observado em sua zona rural, onde, pela primeira vez nos últimos 40 anos, houve diminuição absoluta do efetivo populacional. Naturalmente, há que se considerar que parte deste comportamento é explicado pela incorporação no perímetro urbano dos municípios de áreas anteriormente classificadas como rurais. Em 1995, estima-se que a população de Roraima totalizava cerca de 240 mil pessoas, concentradas, em sua larga maioria (70%), nas sedes urbanas dos municípios.

Situação educacional

O perfil de escolaridade da população urbana de 10 anos ou mais é semelhante ao correspondente de outros Estados da fronteira agrícola da Amazônia Ocidental, como o Acre e Rondônia. Em 1995, cerca de um terço das pessoas de 10 anos ou mais não possuíam sequer o primário completo e 70% não tinham completado o primeiro grau. Tal como o Pará, houve uma diminuição da população sem instrução no período.

Inserção no mercado de trabalho

Como resultado da dinâmica demográfica da década anterior, a PIA residente nas áreas urbanas expandiu-se a taxas médias anuais significativamente superiores à da população total. Enquanto a população urbana cresceu a taxas de 4,6% ao ano entre 1992 e 1995, a PIA urbana expandiu-se a 6,3% ao ano em igual período. A taxa de atividade manteve-se por volta de 61% neste período. A população ocupada cresceu a taxas bem menores que a PEA, dobrando a parcela de pessoas desocupadas no período e elevando a taxa de desocupação para 13,5% em 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Um aspecto que diferencia o perfil ocupacional por setor de atividade da Roraima urbana é a participação das ocupações da indústria da construção e da administração pública no conjunto. Em 1995 essas ocupações representavam,

respectivamente, 13% e 18% do total da população urbana ocupada, cifras bem elevadas em termos comparativos regionais e nacionais, mesmo para padrões vigentes em áreas urbanas. A indústria da construção também se destaca como um dos setores de maior expansão de ocupados (51% entre 1992 e 1995). As ocupações de serviços também apresentaram um forte aumento no período, elevando a participação deste setor no conjunto dos ocupados para quase 40% em 1995. Como resultado das características apontadas anteriormente, a população ocupada na agropecuária, na indústria de transformação e no comércio apresentou uma participação relativa mais baixa no conjunto que em outros Estados da Região Norte. Vale citar, por exemplo, que somente 6% dos ocupados residentes na zona urbana em 1995 estavam vinculados a atividades da agricultura e pecuária.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

É comparativamente elevada a participação de empregados no conjunto dos ocupados (59% em 1995), assim como a expansão observada neste contingente desde 1992. O contingente dos conta-própria também se elevou no período, passando a representar cerca de 29,5% dos ocupados em 1995. Entre 1992 e 1995, há mudanças expressivas no quadro posicional das ocupações no Estado, como a redução acentuada de trabalhadores não-remunerados e empregadores e o aumento do contingente de trabalhadores domésticos.

PARÁ

Dinâmica demográfica

O Pará é o mais populoso dos Estados da Região Norte, concentrando cerca de metade da população ali residente. Em 1995, sua população totalizava 5,4 milhões de habitantes, distribuídos de forma equilibrada pelas zonas urbana e rural. Cerca de 53% da população reside em áreas urbanas, cifra só mais elevada que a apresentada pelo Estado do Maranhão. O Pará foi um dos poucos Estados em que não se observou uma diminuição absoluta de sua população rural. O Pará destaca-se também por ter sido o Estado do Norte do país que apresentou a menor taxa

média anual de crescimento demográfico no primeiro quinquênio da presente década (cerca de 2,1% ao ano).

Situação educacional

Com relação à escolaridade de sua população urbana, que é o universo pesquisado pela PNAD, o Pará é um dos Estados do Norte com maior incidência de pessoas sem instrução ou com até primário incompleto entre aquelas de 10 anos ou mais (40,3% em 1995). Observe-se, contudo, que, ao contrário da maioria dos Estados da região, houve uma diminuição da parcela relativa de população com tal perfil educacional: em 1992, os indivíduos com até três anos de estudo representavam cerca de 43,5% da população de 10 anos ou mais. Houve até mesmo uma diminuição absoluta do contingente de pessoas sem instrução entre 1992 e 1995 (da ordem de 13 mil pessoas).

Inserção no mercado de trabalho

A taxa de atividade da população urbana de 10 anos ou mais residente no Pará manteve-se em torno de 58% no período analisado, como conseqüência da proximidade das taxas de crescimento da PIA e da PEA, que se expandiram a taxas superiores a 3,3% ao ano entre 1992 e 1995, exibindo um comportamento comparativamente bastante dinâmico em relação às médias de Estados localizados mais ao Sul do país. Com isso, a taxa de desocupação manteve-se por volta de 8% no período.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

O comércio e os serviços são os setores com maior participação na distribuição dos ocupados por setor de atividade, tal como ocorre pelas áreas urbanas no país, em geral. Este dois setores juntos reuniam cerca de 60% dos ocupados em 1995 e responderam pela maior parcela das ocupações criadas nos últimos três anos. A agropecuária respondia por 13,7% dos ocupados em 1995 e a indústria de transformação por 9%.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Com relação à distribuição da população ocupada por posição na ocupação, há modificações significativas no período em análise. Houve uma diminuição de três pontos percentuais da categoria de empregados, aumentando a parcela e o contingente de ocupados classificados como conta-própria (65 mil a mais) e, em menor medida, dos trabalhadores domésticos. Em 1995, 45% dos ocupados eram empregados, 30% conta-própria, 8% trabalhadores domésticos e 9% trabalhadores não-remunerados.

AMAPÁ

Dinâmica demográfica

O Amapá é o Estado com maior taxa de crescimento populacional do país nos anos 90. Entre 1992 e 1995, a população estadual cresceu a taxas de 5,6% ao ano, chegando ao final do período a totalizar 360 mil pessoas. Caracteriza-se por ser um Estado com elevada taxa de urbanização (86%), tendência esta acelerada nos anos 90 pelos fluxos rurais urbanos dentro do próprio Estado. Sua população urbana era de 308 mil pessoas em 1995.

Situação educacional

A natureza destes fluxos contribuiu para que o perfil educacional variasse pouco no período. A parcela de analfabetos permaneceu em cerca de 16% da população de 10 anos ou mais. Tal como no Acre, os avanços nos indicadores de escolaridade se deram no segundo e terceiro graus. De fato, o contingente com pelo menos primeiro grau completo elevou-se de 27% para 30% da população urbana no período.

Inserção no mercado de trabalho

A migração do campo para a cidade e a de outros Estados para Macapá acabaram contribuindo para que a PEA aumentasse mais rapidamente que a PIA entre 1992 e 1995, provocando, por um lado, uma elevação significativa da taxa de participação

(de 49% para 54%) e, por outro, uma pressão depressora sobre a taxa de ocupação, que diminuiu de 95% para 87% no período, ainda que a população crescesse a taxas de quase 10% ao ano.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

A elevada taxa de urbanização e o desenho da amostra da PNAD restrito às zonas urbanas dos Estados da Região Norte explicam a pequena participação (5%) da agropecuária no Estado. Um aspecto que diferencia a estrutura ocupacional do Amapá em relação à dos demais Estados é o elevado peso setorial da administração pública, que compreende cerca de 20% das ocupações, sendo o setor com maior expansão absoluta e relativa de ocupações entre 1992 e 1995. Reflexo do dinamismo econômico por que passa o Estado, a construção civil também apresentou forte expansão de vagas. Como outros Estados do Norte, o comércio e os serviços têm participação acentuada no conjunto de ocupações (58% da força de trabalho ocupada em 1995).

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Em termos da posição ocupacional, as mudanças relativas mais expressivas dizem respeito ao aumento dos não-remunerados e trabalhadores por conta própria e a diminuição da parcela de empregadores. Estes últimos não chegavam a representar mais que 2% da mão-de-obra ocupada em 1995. A parcela de empregados manteve-se por volta de 62%.

TOCANTINS

Dinâmica demográfica

Tocantins foi um dos Estados que mais rapidamente cresceu nos anos 90, tendência esta que se manifestou pela expansão acelerada dos seus centros urbanos. Entre 1992 e 1995, a população urbana residente no Estado cresceu 6,9%, totalizando 693.177 pessoas, enquanto a rural decresceu 4,5%, caindo para cerca de 328 mil pessoas.

Situação educacional

Pelos indicadores de escolaridade da população de 10 anos ou mais, pode-se constatar os baixos níveis de escolaridade existentes neste Estado, dado que, em 1995, 23,1% dessa população era analfabeta e 30,3% não haviam sequer completado o primário. As maiores variações relativas ocorreram nos grupos de pessoas com segundo grau incompleto e terceiro grau, que cresceram 142% e 77%, respectivamente, no período analisado. Apesar disso, o contingente de pessoas nestas categorias de escolaridade ainda se encontrava em torno de 5%. Em termos absolutos, a maior variação ocorreu dentre as pessoas com primeiro grau incompleto – aproximadamente 22 mil pessoas passaram a freqüentar este nível escolar. O resultado deste processo foi uma mudança na composição da estrutura em favor destes níveis de escolaridade, em detrimento daqueles com menor nível educacional.

Inserção no mercado de trabalho

Neste período, a taxa de crescimento anual da PIA e da PEA foi de 4,1% e 3,4%, respectivamente. O fato da taxa de crescimento da PEA ser inferior ao da PIA sugere que parte das pessoas em idade ativa migraram para uma situação de inatividade. A taxa de ocupação apresentou um comportamento estável no período, mantendo-se em torno de 95%, com a incorporação de mais 39 mil pessoas em postos de trabalho em 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

As informações gerais quanto à composição e à evolução da ocupação estadual por setor de atividade econômica revelam que foram os serviços, o comércio e a agropecuária que mais criaram oportunidades ocupacionais. Somente os setores da indústria de transformação e da construção civil apresentaram perda de ocupações entre 1992 e 1995. A agropecuária era o principal setor empregador da mão-de-obra, com 43% da população ocupada em 1995; seguido pelo setor de serviços, responsável por 29%. Neste mesmo ano, a participação do comércio era de 11,2% e a da indústria de transformação era de apenas 4,7%.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Quanto à segmentação do mercado de trabalho, a maior variação absoluta e relativa observada foi entre os conta-própria, que cresceram 20,3% no período, com a incorporação de cerca de 24 mil novos indivíduos. Com isso, esses trabalhadores passaram a representar 23% do conjunto de ocupados no Estado. Em contrapartida, neste período, reduziu-se um pouco o conjunto dos ocupados classificados na posição de empregados, pois sua participação na estrutura ocupacional passou de 46,6% para 41,7%.

REGIÃO NORDESTE

Dinâmica demográfica

Como indica a baixa taxa de crescimento populacional na presente década (1% ao ano), o Nordeste continua sendo uma região de forte evasão populacional. Depois de ter apresentado um certo arrefecimento de suas taxas emigratórias na década de 80, os fluxos de saída parecem ter voltado a crescer nos anos 90, sobretudo nos Estados da Paraíba, Piauí e Pernambuco. Em 1995, no conjunto dos Estados nordestinos, a população totalizava 44,3 milhões de pessoas, das quais 64% residentes nas zonas urbanas dos municípios. Embora decrescente, como em todas as demais regiões, a população rural do Nordeste é a maior do país, com quase 16 milhões de pessoas.

Situação educacional

O perfil educacional da população de 10 anos ou mais do Nordeste é o pior dentre as regiões brasileiras. Embora apresentasse uma diminuição expressiva de 3 pontos percentuais no período, o contingente de analfabetos ainda perfazia 30% da população de 10 anos ou mais em 1995, correspondente a um total de pouco mais de 10 milhões de pessoas. Se a este grupo agregar-se o contingente de pessoas com até o primário completo, chega-se a um total de 22,8 milhões de pessoas, cerca de dois terços da população de referência. Esse quadro desalentador dos

indicadores de escolaridade se reproduz na maioria dos Estados, melhorando um pouco em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, possivelmente pela parcela comparativamente menor da população rural neles residente.

Inserção no mercado de trabalho

O mercado de trabalho mostrou-se, em seu conjunto, relativamente dinâmico na criação de oportunidades ocupacionais para a população residente. Afinal, entre 1992 e 1995, a taxa de participação manteve-se em torno de 61% e a taxa de ocupação chegou a apresentar um pequeno aumento – um ponto percentual – atingindo 95% no final do período. Contudo, vale observar que, se não fosse a emigração para outros Estados, o comportamento dessas taxas poderia ter sido menos favorável. Além disso, contribui para a elevada taxa de ocupação na região o peso da agropecuária na estrutura ocupacional, assim como a parcela comparativamente menor de população nas zonas urbanas disputando vagas no mercado de trabalho.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

A mão-de-obra alocada nas atividades agropecuárias constituía o maior contingente relativo de ocupados em todos os Estados nordestinos. Chegava a representar em 1995, em um dos extremos, cerca de 59% da mão-de-obra, como no caso do Maranhão e, no outro, um terço dos ocupados, como no caso de Pernambuco. Já a agropecuária, ao contrário do verificado nos Estados do Centro-Sul, chegou a apresentar acréscimos absolutos de ocupados no período. No total foram incorporados, na força de trabalho da agropecuária, 235 mil novos trabalhadores. O segundo setor de maior peso no conjunto dos ocupados era o de serviços, que englobava cerca de 27% da mão-de-obra em 1995. Juntamente com o comércio – que reunia 12% dos ocupados em 1995 – o setor serviços apresentou as mais elevadas taxas de incorporação de mão-de-obra, com a adição de mais de 880 mil novos trabalhadores entre 1992 e 1995. Em que pese o forte desenvolvimento industrial na década passada, sobretudo no Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, assim como a existência do parque industrial – já mais antigo – de Pernambuco, a força de trabalho ocupada na indústria não representava mais do que 6,6% da mão-

de-obra nordestina, tendo apresentado, inclusive, uma perda de 41 mil ocupados nos três anos. A construção civil também apresentava uma participação relativa mais baixa que em outros Estados (5%).

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

A elevada parcela de ocupados na agropecuária configura um perfil posicional bastante específico na Região Nordeste, com participação mais ampliada do contingente de trabalhadores não-remunerados (17% em 1995), trabalhadores dedicados à produção para autoconsumo (6%) e outros trabalhadores com relações de trabalho não assalariadas, como meeiros, parceiros e conta-própria (28%). Assim, o contingente de empregados era inferior a 40% em 1995, parcela menor do que em qualquer outra região. Vale notar que esta parcela de empregados era bastante variável entre os Estados, atingindo seu nível mais baixo (24%) no Maranhão e o nível mais alto (55%) em Alagoas.

MARANHÃO

Dinâmica demográfica

Nos anos 90, a população maranhense cresceu 1,1% ao ano, totalizando 5.162 mil pessoas em 1995. A população urbana do Estado aumentou a uma taxa anual bastante elevada (6,6% ao ano), enquanto a rural apresentou uma taxa de redução de 3,2% ao ano. Com isso, a população urbana quase chegou a representar metade da população estadual.

Situação educacional

No que diz respeito à escolaridade dos maranhenses, nota-se ser ainda extremamente elevada a proporção de pessoas sem instrução no total da população com 10 anos ou mais de idade (cerca de um terço em 1995). Entre 1992 e 1995, observou-se uma ampliação significativa do contingente de pessoas com nível educacional mais elevado, com primeiro e segundo graus completos.

Inserção no mercado de trabalho

A PIA cresceu a uma taxa média anual muito elevada, equivalente a 2,9% no período, correspondendo a 3.794 mil pessoas em 1995. A PEA, por seu vez, cresceu a uma taxa de 2,4% ao ano, chegando a 2.521 mil pessoas. O ritmo diferenciado do crescimento destes dois segmentos populacionais levou à diminuição da taxa de participação de 67,4%, em 1992, para 66,5%, em 1995. A população ocupada cresceu a uma taxa anual média de 2,48, elevando o contingente de ocupados de 2.275 mil para 2.449 mil pessoas, entre 1992 e 1995. Isto significa que o mercado de trabalho local foi capaz de incorporar, no contingente dos ocupados, não só os novos entrantes naquele mercado, como também parte dos que se encontravam desempregados, mesmo levando-se em conta a elevada dimensão relativa da PEA.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Com relação à estrutura setorial da mão-de-obra, vale destacar, em primeiro lugar, o elevado peso do setor agropecuário na estrutura ocupacional do Maranhão, que correspondia a quase 60% em 1995. Em seguida, vêm o setor serviços, com cerca de 20% dos postos de trabalho no Estado, e o comércio, com 10%. Os setores da indústria de transformação, da construção civil e da administração pública respondem, respectivamente, por cerca de 4% , 2% e 3% dos postos de trabalho ofertados no Estado, em 1995. No período em análise, a agropecuária foi o setor de atividade que mais gerou novos empregos (cerca de 70.000), mas, mesmo assim, sua participação relativa foi declinante, uma vez que os serviços, o comércio e a administração pública apresentaram crescimento relativo mais intenso. Os serviços geraram, no período, mais de 70.000 novos postos de trabalho, o que equivale a uma expansão relativa de 16,2%. Já o comércio apresentou o excepcional crescimento relativo de 29,1% em seu nível de ocupação, nos três anos considerados, correspondendo à geração de mais 53.000 postos de trabalho no setor. Por fim, a administração pública registrou crescimento de 12,4%, incorporando a seus quadros mais 7.900 pessoas no mesmo período. A indústria de transformação eliminou mais de 5,9 mil postos de trabalho, a da construção fechou

outros 7,9 mil empregos e as outras atividades industriais extinguiram mais de 12 mil postos de trabalho.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Através da análise da composição de mercado de trabalho maranhense, segundo posição ocupacional, verifica-se que seu principal componente é o trabalho por conta própria, que corresponde a 40% do total de postos de trabalho disponíveis. Possui ainda expressão o trabalho não remunerado, com proporção semelhante à dos empregados (22% e 24%, respectivamente). Tais indicadores são suficientes para mostrar a incapacidade de esta economia constituir um mercado de trabalho propriamente dito, em que a forma de inserção típica é o trabalho assalariado. Considerando-se que nesta situação encontram-se todos os trabalhadores da administração pública e boa parte dos inseridos nos serviços de saúde e educação do setor público, nota-se ser limitada a capacidade do setor privado da economia de incorporar contingentes expressivos de assalariados. Assim, a criação de sua própria ocupação, através do trabalho por conta própria, parece ser a principal opção para um trabalhador urbano maranhense. Apesar desta situação, entre 1992 e 1995, um dos segmentos do mercado de trabalho que mais se ampliou, em termos absolutos, foi o dos empregados (acréscimo de 49 mil postos, aproximadamente), revelando alguma expansão desta relação de trabalho. No entanto, formas de inserção laboral sabidamente precárias apresentaram um desempenho notável: mais de 94 mil novos postos foram preenchidos por trabalhadores sem remuneração; cerca de 42 mil por trabalhadores agrícolas em atividades de subsistência; e 35 mil por empregados domésticos.

PIAUI

Dinâmica demográfica

O Piauí foi um dos Estados brasileiros que menos cresceu nos anos 90. Sua população se expandiu a taxas inferiores a 1% ao ano desde 1991, chegando a totalizar 2.654 mil pessoas. A população urbana apresentou um crescimento de

2,6%, enquanto a rural decresceu 1,7% ao ano, fazendo com que a taxa de urbanização passasse para 54%.

Situação educacional

Com relação à escolaridade da PIA, a única melhora observada nos indicadores diz respeito à redução da participação relativa das pessoas sem instrução, que caiu de 35,1% para 32,4% entre 1992 e 1995, significando uma redução de 18 mil pessoas nesta condição. Contudo, é importante destacar o elevado percentual de pessoas que não possuem nem o primário completo. A soma da participação relativa desse grupo chega a quase 60% da população. Foi observada, em contrapartida, uma melhora em termos absolutos e relativos da população com primeiro grau completo, com taxa de crescimento de 35,7% no período. Apesar disso, o percentual de pessoas que conseguem concluir o segundo grau era de apenas 6,7% e o dos que chegam ao terceiro grau correspondia a 2,5%, em 1995.

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, a taxa de crescimento anual da PIA foi de 1,8%, enquanto a PEA cresceu 4,4% ao ano. Com isso, a participação da PEA na composição da PIA foi superior à observada em 1992, chegando a 64,1%. Estes dados sugerem um alto dinamismo do mercado de trabalho estadual neste período, visto que sua variação absoluta superou o incremento da PIA. De fato, a análise mais específica do nível de ocupação mostra que foram criadas cerca de 172 mil ocupações entre 1992 e 1995, volume bem superior ao incremento da PIA e da PEA. O contingente de ocupados, em 1995, passou a ser de 1.267.549 pessoas.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

As informações quanto à composição e à evolução da ocupação estadual por setor de atividade econômica revelam que a agropecuária era responsável por metade da mão-de-obra ocupada. Em seguida, vem o setor serviços, com participação de 23,5% em 1995. A indústria de transformação empregava apenas 4,3% da população ocupada, percentual bem inferior ao do comércio, que respondia por 9,2% dos ocupados, valor bastante similar ao da administração pública. Neste

período, todos os setores, com exceção do setor residual outros, apresentaram uma variação positiva na ocupação. Em termos absolutos, a agropecuária, o comércio e os serviços destacaram-se criando cerca de 91 mil, 20 mil e 36 mil novos postos de trabalho, respectivamente. Como resultado deste bom desempenho do mercado de trabalho estadual, não foi observada uma mudança significativa em termos de composição setorial da ocupação.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Da mesma forma que nos demais Estados do Nordeste, o tipo de ocupação que apresentou o maior dinamismo em termos absolutos neste processo de geração de novos postos de trabalho foram os conta-própria, com a incorporação de 43 mil pessoas nesta condição de trabalho. A categoria de trabalhadores que produzem para autoconsumo e daqueles que constroem para uso próprio expandiram-se de forma também expressiva (47 mil e 51 mil, respectivamente). A redução da participação relativa dos empregados na estrutura, de 32,5% para 29,5%, resultou da criação de apenas 17 mil postos de trabalho com este perfil.

CEARÁ

Dinâmica demográfica

A população do Ceará cresceu a taxas médias anuais de 1,3% nos primeiros anos da presente década, cifra superior à média nordestina e muito próxima da nacional. Com isso, a população residente no Ceará passou a ser de 6.718 mil pessoas em 1995. Entre 1992 e 1995, como a população urbana apresentou um crescimento anual de 2,5% – enquanto a rural decresceu 1,0% – a zona urbana do Estado passou a concentrar 68,4% deste contingente.

Situação educacional

Em termos do perfil de escolaridade, uma das mudanças mais importantes observadas diz respeito à redução da participação relativa das pessoas sem instrução, que caiu de 35,3% para 31,9% entre 1992 e 1995, significando uma

redução de 82 mil pessoas nesta condição. Foi observada, em contrapartida, uma melhora em termos absolutos e relativos da população com primeiro grau completo, com aumento de 17,5% no período, significando a incorporação de quase 40 mil pessoas a este nível educacional. Apesar disso, apenas 6,3% das pessoas concluíram o segundo grau e 3,3% chegaram ao terceiro grau em 1995.

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, a taxa de crescimento anual da PIA foi de 1,7% enquanto a PEA cresceu 2,3%. Com isso, a participação da PEA na composição da PIA foi superior à observada em 1992, chegando a 63,6%. A análise mais específica do nível de ocupação mostra que seu desempenho foi bastante positivo, com a criação de 197 mil novos postos, tornando o contingente de ocupados superior a 3 milhões de pessoas em 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

As informações referentes à composição e à evolução da ocupação estadual por setor de atividade econômica indicam que os setores da agropecuária e de serviços possuem as maiores participações relativas na mão-de-obra ocupada, com 38,5% e 28,5% em 1995, respectivamente. A indústria de transformação empregava apenas 9,9% da população ocupada, percentual inferior ao do comércio, que respondia por 12,3% dos ocupados. Neste período, o setor serviços foi o que mais criou oportunidades ocupacionais (cerca de 99 mil vagas). A indústria da construção apresentou a maior redução absoluta no nível de emprego (13 mil postos).

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

A evolução dos indicadores de posição na ocupação apontam que, para o período em questão, os trabalhadores por conta própria apresentaram maior aumento absoluto (105 mil novos ocupados) e os serviços domésticos registraram a maior variação relativa. Eram altas as parcelas de trabalhadores por conta própria na mão-de-obra cearense (28% em 1995), assim como a de não-remunerados (14%). Com isso, os empregados não chegavam a totalizar 40% da força de trabalho ocupada.

RIO GRANDE DO NORTE

Dinâmica demográfica

A taxa de crescimento populacional do Estado do Rio Grande do Norte caiu pela metade nos anos 90, comparativamente a exibida na década anterior. Na presente década, a população residente no Estado do Rio Grande do Norte cresceu a 1,2% ao ano, passando a totalizar cerca de 2,5 milhões de pessoas em 1995. Entre 1992 e 1995, a população urbana apresentou um crescimento anual de 2,0%, enquanto a rural decresceu 0,8% ao ano. A área urbana passou a concentrar 71,4% deste contingente em 1995.

Situação educacional

Os indicadores de escolaridade mostram que as maiores variações foram observadas dentre aqueles que possuíam primário completo e segundo grau incompleto e completo, em que os contingentes aumentaram 22,0%, 14,4% e 14,3%, respectivamente. Apesar deste aumento da participação relativa na estrutura, o percentual de pessoas com segundo grau completo e com terceiro grau, em 1995, chegava a apenas 12% desta população. Dessa maneira, chama atenção o fato de ainda existir quase 80% da população com, no máximo, o primeiro grau incompleto.

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, a taxa anual de crescimento da PIA e a da PEA corresponderam a 1,7% e 1,3%, respectivamente. Isto significa que, das cerca de 96 mil pessoas com mais de 10 anos que passaram a fazer parte da PIA, apenas 44,6 mil integraram a PEA. Contudo, pode-se perceber que o mercado de trabalho estadual, neste período, apresentou uma alta capacidade de geração de ocupação, se comparada à taxa de crescimento da PIA. A ocupação cresceu 1,7%, com variação positiva de aproximadamente 54 mil pessoas no contingente de ocupados, entre 1992 e 1995, acarretando o crescimento da taxa de ocupação para 93,7%.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

As informações gerais quanto à composição e à evolução da ocupação estadual por setor de atividade econômica revelam que os setores de serviços e agropecuária compreendiam, juntos, pouco mais de 60% da ocupação do Estado. Estes dois setores foram os que criaram mais postos de trabalho no período: o primeiro gerou cerca de 41 mil postos e o segundo mais de 20 mil. Em 1995, a participação da indústria de transformação era de apenas 8,8%, inferior à do comércio, que era de 14,9%. Em termos gerais, o comportamento da ocupação no período revela a tendência de perda de dinamismo do setor secundário em favor do terciário.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Em termos de segmentação do mercado de trabalho, verificou-se que o tipo de ocupação que apresentou o maior dinamismo em termos de geração de novos postos de trabalho foram os trabalhadores que produzem para o autoconsumo (33.317 novos postos), seguidos dos conta-própria (cerca de 18 mil pessoas foram incorporadas nesta condição) e dos serviços domésticos, que apresentaram uma variação absoluta de 19.059 postos de trabalho. No período em análise, os empregadores registraram uma das maiores variações relativas (38,8%). Os empregados mantiveram um peso elevado na estrutura, com cerca de 48% das pessoas nesta condição, a despeito da redução de 12 mil postos no período em análise.

PARAÍBA

Dinâmica demográfica

A Paraíba foi o Estado brasileiro que menos cresceu nos anos 90. Sua população aumentou 0,6% ao ano, passando a totalizar 3.284 mil pessoas em 1995, somente 62 mil a mais do que em 1992. A população urbana do Estado elevou-se a uma taxa anual maior (2%), enquanto a rural apresentou decréscimo de 1,9% ao ano. Com

isso, a zona urbana passou a representar mais de dois terços da população estadual.

Situação educacional

Quanto à escolaridade da população paraibana, nota-se que ainda é extremamente elevada a proporção de pessoas sem instrução no total da população com 10 anos ou mais de idade (31,2%, em 1995). Embora se observe uma tendência de melhora nos indicadores educacionais, a gravidade da situação continua evidente, pois cerca de 80% desta população sequer completou o primeiro grau.

Inserção no mercado de trabalho

A PIA elevou-se a uma taxa média anual de 1,5% no período, correspondendo a 2.564 mil pessoas, em 1995. A PEA, por sua vez, cresceu a uma taxa de 1% ao ano, chegando a 1.498 mil pessoas. O ritmo diferenciado do crescimento destes dois segmentos populacionais indica que houve decréscimo da taxa de participação, isto é, diminuiu a proporção da PIA que integra o mercado de trabalho, seja na condição de ocupados, seja na de desempregados. De fato, nota-se que este indicador passou de 59,3%, em 1992, para 58,4%, em 1995. O nível de ocupação aumentou um pouco no período (dois pontos percentuais), passando para 97,5%, um dos mais altos do Nordeste, com aumento de 77 mil novos ocupados.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

A agropecuária era um dos setores mais importantes na estrutura ocupacional da Paraíba, representando 41% dos ocupados do Estado em 1995. Em seguida, vêm o setor serviços, com cerca de 30% dos postos de trabalho no Estado, e o comércio, com 12%. Os setores da indústria de transformação, da construção e da administração pública respondem, cada um, por aproximadamente 5% dos postos de trabalho ofertados no Estado, em 1995. No período considerado, a indústria de transformação eliminou 10 mil postos de trabalho, diminuindo ainda mais a sua participação na oferta de postos de trabalho no Estado. O crescimento mais expressivo ocorreu no setor de serviços, que criou quase 70 mil novos postos de trabalho nestes anos, e nas demais atividades terciárias.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Entre 1992 e 1995, os segmentos do mercado de trabalho que mais se ampliaram, em termos absolutos, foram os dos trabalhadores por conta própria (45 mil postos, aproximadamente) e dos empregadores (15 mil postos). Ou seja, está se assistindo, no Estado da Paraíba, uma alteração da estrutura ocupacional, em que se amplia a participação dos trabalhadores por conta própria e dos que produzem para sua subsistência em detrimento das demais posições. Note-se que, somadas estas duas categorias com a dos trabalhadores não-remunerados, atinge-se cerca de 50% dos postos de trabalho disponíveis na região, o que demonstra a dificuldade da economia da região em criar postos de trabalho no “setor organizado” do mercado de trabalho.

PERNAMBUCO

Dinâmica demográfica

Pernambuco é o segundo maior Estado do Nordeste, com um total de 7.343 mil pessoas residentes, das quais 71,5% estavam na área urbana em 1995. A população estadual cresceu a 0,8% ao ano, contra 1,4% na década de 80.

Situação educacional

Com relação aos indicadores de escolaridade da população de 10 anos ou mais, a única melhora observada diz respeito à redução da participação relativa das pessoas sem instrução, que caiu de 27,6% para 25,4% entre 1992 e 1995. Continua alarmante o elevado percentual de pessoas que não possuem nem o primeiro grau completo, que chega a quase 80% da população. A proporção de pessoas que conseguem terminar o segundo grau é de apenas 7,9%.

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, a taxa de crescimento média anual da PIA foi de 1,0% enquanto a PEA diminuiu em 0,3% ao ano. Com esta redução absoluta da PEA (em cerca de

31 mil pessoas), a taxa de participação passou de 61% para 58%. Como o contingente de ocupados apresentou uma variação positiva, de cerca de 32 mil pessoas no período, a taxa de ocupação elevou-se em quase dois pontos percentuais, passando a 94,4% em 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

As informações sobre a composição e a evolução da ocupação estadual por setor de atividade econômica demonstram a importância da agropecuária e dos serviços como setores absorvedores de mão-de-obra. Cerca de 33% da força de trabalho estava ocupada em atividades agropecuárias e parcela um pouco menor (31%) em serviços. A indústria de transformação empregava apenas 8,5% da população ocupada, percentual bem inferior ao do comércio (15,5%). Neste período, a indústria de transformação e a agropecuária foram responsáveis pelas maiores reduções absolutas do emprego, visto que eliminaram cerca de 73 mil e 27 mil postos de trabalho, respectivamente. As variações positivas do nível de emprego ocorreram nos setores de serviços e de comércio, que criaram, juntos, quase 140 mil novos postos. Em termos relativos, o melhor desempenho foi do comércio.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Quanto à segmentação do mercado de trabalho, dados empíricos indicam que o tipo de ocupação que apresentou o maior dinamismo no que se refere à geração de novos postos de trabalho foram os conta própria (122 mil novos postos de trabalho). Isto implicou um aumento de 24,4% para 28% da participação relativa deste tipo de ocupação na estrutura de ocupados. A redução da participação relativa dos empregados na estrutura, de 44,9% para 42,5%, resultou da eliminação de mais de 61 mil postos de trabalho com este perfil.

ALAGOAS

Dinâmica demográfica

Depois de ostentar taxas anuais de crescimento populacional de cerca de 2,2% nos anos 80, a população do Estado de Alagoas passou a crescer a taxas um pouco inferiores a 1%. Estima-se que, em 1995, existiam 2.609 mil residentes no Estado, dos quais 62% na zona urbana. Seguindo tendências de longa data, a população rural decresceu 1,2% ao ano.

Situação educacional

A despeito de os indicadores apontarem para uma melhora geral do perfil de escolaridade da população de 10 anos ou mais – como revela o aumento da parcela relativa de pessoas com terceiro grau e com segundo grau completo – ainda é alarmante a incidência de pessoas sem instrução (35,3%) e com primário incompleto (22%). Além disso, menos de 15% desta população possuía nível de escolaridade superior ao primeiro grau completo. Vale ressaltar que a maior variação relativa na composição da escolaridade ocorreu no grupo de pessoas com terceiro grau – seu crescimento foi de 23,7%.

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, as taxas de crescimento anual da PIA e da PEA foram de 1,5% e 0,3%, respectivamente. Em função disso, a taxa de participação passou a ser 56,1% – inferior à observada em 1992, que era 58%. A análise do nível de ocupação entre 1992 e 1995 mostra que a variação absoluta do nível de emprego foi ligeiramente positiva, com a incorporação de 16 mil novos ocupados no mercado de trabalho estadual. O contingente de ocupados, em 1995, passou a ser de pouco mais de um milhão de pessoas. A taxa de desocupação é uma das mais elevadas do Nordeste.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Na análise da composição e da evolução da ocupação por setor de atividade econômica, chama atenção a elevada participação dos setores de serviços e

agropecuária, que correspondiam a 26% e 40%, respectivamente, em 1995. A indústria de transformação apresentou a maior variação absoluta e relativa no período. Ao eliminar cerca de 32 mil postos, sua participação relativa caiu de 10,2% para 6,9% do total de ocupados, cedendo espaço para o aumento da participação do comércio e da própria agropecuária.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Esta forte redução no emprego industrial acabou refletindo na diminuição da parcela de empregados na estrutura posicional da mão-de-obra. De fato, a participação de empregados caiu de 59,8% para 55,4% entre 1992 e 1995. Contudo, os segmentos do mercado de trabalho que mais se ampliaram foram os empregadores e os não-remunerados, cada qual com um aumento relativo de 42% no período.

SERGIPE

Dinâmica demográfica

Sergipe é o Estado nordestino que mais rapidamente cresceu nos anos 90, com taxas anuais médias de 1,7% ao ano. Em 1995, a população residente no Estado do Sergipe passou a ser de 1.596 mil pessoas, menor contingente entre todos os demais Estados do Nordeste, Centro-Sul e Centro-Oeste. A área urbana passou a concentrar 69,8% deste contingente em 1995, já que a população urbana apresentou um crescimento anual de 2,6%, enquanto a rural decresceu 0,2% ao ano.

Situação educacional

Com relação à escolaridade da população de 10 anos ou mais, os indicadores mostram que as maiores variações se deram no contingente daqueles que possuíam primário, primeiro grau incompleto e segundo grau completo, cujos contingentes aumentaram mais de 13% no período. Apesar deste aumento da participação relativa na estrutura, o percentual de pessoas com segundo grau completo e com

terceiro grau, em 1995, não chegava a 12% desta população. Vale destacar que houve uma redução de mais de 42 mil pessoas da condição de sem instrução.

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, a taxa anual de crescimento da PIA e a da PEA foram de 0,9% e de 2,5%, respectivamente. Isto significa que aproximadamente 31 mil pessoas com mais de 10 anos passaram a fazer parte da PIA e que a PEA incorporou mais de 52 mil pessoas. Como a população ocupada aumentou em 50 mil pessoas, a taxa de ocupação manteve-se por volta de 93% no Estado.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

As informações gerais quanto à composição e à evolução da ocupação estadual por setor de atividade econômica indicam que os principais setores absorvedores de mão-de-obra são os setores de serviços e agropecuária que, juntos, respondiam por pouco mais de dois terços da população ocupada do Estado. Estes também foram os setores que mais criaram novas oportunidades de emprego, além do comércio. A participação dos ocupados na indústria de transformação, no conjunto da mão-de-obra estadual, era baixa (apenas 6,3%).

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Em termos de segmentação do mercado de trabalho, o tipo de ocupação que apresentou o maior dinamismo na geração de novos postos de trabalho foram os trabalhadores que produzem para o autoconsumo (30 mil novos postos) seguidos dos conta-própria – cerca de 25 mil pessoas foram incorporadas nesta condição. Em contrapartida, os empregados reduziram sua participação em cinco pontos percentuais na mão-de-obra, passando a representar cerca de 48% dos ocupados.

BAHIA

Dinâmica demográfica

A Bahia é o Estado mais populoso da Região Nordeste, com seus 12.402 mil habitantes, dos quais 62% residentes na zona urbana. Em relação à década anterior, a taxa de crescimento populacional caiu pela metade nos anos 90.

Situação educacional

No que diz respeito ao nível de escolaridade, nota-se que a proporção de pessoas sem instrução no total da população com 10 anos de idade ou mais ainda é extremamente elevada (30,5%, em 1995). Entretanto, no período em análise, verificou-se uma excepcional melhora nos indicadores educacionais. Em três anos, o número de pessoas sem instrução reduziu-se em mais de 10%, ou seja, cerca de 330.000 indivíduos deixaram esta condição. Porém, a gravidade da situação educacional ainda continua evidente, pois aproximadamente 80% da população sequer completou o primeiro grau.

Inserção no mercado de trabalho

A PIA cresceu a uma taxa média anual razoavelmente elevada, equivalente a 2,1% ao ano no período, alcançando 9.599 mil pessoas em 1995. A PEA, por seu turno, cresceu a uma taxa de 2,3% ao ano, chegando a 5.907 mil pessoas, mantendo a taxa de participação em cerca de 61% da PIA. O mercado de trabalho estadual mostrou-se bastante dinâmico na criação de postos de trabalho (403 mil novos postos), contribuindo para a elevação da taxa de ocupação para 93% em 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Este crescimento da população ocupada se deu em todos os setores de atividade, sobretudo nos serviços, que responderam por mais da metade das novas ocupações. Com isso o setor serviços ampliou ligeiramente sua participação no conjunto dos ocupados, chegando a representar 27% do mesmo. A agropecuária, que reunia 45% da população ocupada no Estado em 1995, e a administração

pública, que respondia por apenas 4% da mão-de-obra, mostraram-se também bastante dinâmicos na criação de vagas no mercado de trabalho. A indústria de transformação compreendia uma parcela pequena da mão-de-obra estadual, cerca de 6%, pouco acima daquela alocada na construção civil.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Com relação à qualidade dos postos de trabalho gerados no período, vale destacar que, em primeiro lugar, a participação dos empregados no conjunto do mercado de trabalho estadual era de 41%, cifra que se manteve inalterada ao longo dos três anos em estudo, ao contrário do observado na maioria dos Estados do país. Possui ainda expressão o trabalho por conta própria (27,2%) e o não remunerado (17,7%). Note-se, ademais, que as participações relativas destas duas últimas posições ocupacionais mostraram-se decrescentes, indicando uma melhoria na qualidade dos empregos existentes no Estado, sugerindo mesmo a manutenção de uma tendência à sua maior organização e homogeneização. No entanto, formas de inserção laboral sabidamente precárias também mostraram-se ascendentes, como o emprego doméstico (68 mil novos postos) e os trabalhadores na agricultura de subsistência (aumento de quase 70 mil postos), mas não se pode afirmar que a situação do mercado de trabalho estadual tenha se deteriorado.

REGIÃO SUDESTE

Dinâmica demográfica

A Região Sudeste reunia em seu território cerca de 66 milhões de pessoas em 1995, equivalentes a 43% da população brasileira. Tal como as demais regiões, a população do Sudeste passou a crescer a taxas mais baixas nos anos 90 quando comparadas às da década passada, mas ligeiramente superiores à média nacional. São Paulo foi o Estado que cresceu mais rapidamente na região na presente década (1,5% ao ano), enquanto o Rio de Janeiro situa-se no caso oposto (0,8% ao ano). Minas Gerais, que parecia ter conseguido reter parte dos fluxos emigratórios na

década passada, não voltou a exibir a mesma performance. Os Estados da região têm as maiores taxas de urbanização do país, entre 77% e 96%, em 1995.

Situação educacional

Os indicadores de escolaridade são expressivamente melhores que os das demais regiões, assim como os progressos alcançados entre 1992 e 1995, que resultaram de esforços realizados para o aumento das taxas de escolarização de crianças e adolescentes. A proporção de analfabetos atingia 10% da população de 10 anos ou mais em 1995, enquanto a média nacional era de 16% no mesmo momento. O contingente com segundo grau representava quase 19% da população de referência, cifra quatro pontos percentuais mais elevada que a média nacional. Entre 1992 e 1995, a melhoria do perfil de escolaridade da população pode ser constatada, de um lado, pela diminuição de quase um milhão de pessoas com menos de três anos de escolaridade e, de outro, pelo aumento de quase 2,5 milhões de indivíduos com pelo menos primeiro grau.

Inserção no mercado de trabalho

Como conseqüência da proximidade das taxas de crescimento da PIA, da PEA e da População Ocupada ao longo do período em análise, as taxas de participação e de ocupação mantiveram-se estáveis, em torno de 59% e 93%, respectivamente. Contribuiu para isso a recuperação da economia após 1992 e o aquecimento da demanda agregada induzida pelo Plano Real, que se reverteram na criação acentuada de vagas nos setores do comércio e serviços, sobretudo em São Paulo e Minas Gerais. Ao todo, a mão-de-obra ocupada no período aumentou em quase 2 milhões de pessoas, totalizando, no período, cerca de 30 milhões de pessoas em 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Comparativamente a outras regiões, a estrutura ocupacional do Sudeste destaca-se pela participação mais elevada das ocupações industriais. Em 1995, a mão-de-obra na indústria de transformação representava 16% da PEA ocupada, percentual seguido de perto apenas pela Região Sul. Vale observar, contudo, que este setor

vem perdendo participação no conjunto dos ocupados, pela incapacidade de gerar postos de trabalho ao ritmo dos demais setores e pelos cortes de pessoal que se têm presenciado na indústria paulistana. O peso das atividades de serviços também é comparativamente mais alto no Sudeste, tendência esta acentuada na presente década. Entre 1992 e 1995, os serviços aumentaram em três pontos percentuais sua participação no conjunto da mão-de-obra ocupada, chegando a reunir cerca de 12 milhões de pessoas no setor ao final do período (41% dos ocupados). O desempenho do comércio na absorção de mão-de-obra também foi mais elevado no período, tendência que não se reproduziu na mesma intensidade para a construção civil. Seguindo tendências de longa data, a agropecuária continuou perdendo participação no conjunto dos ocupados. Em 1995, ela reunia cerca de 14% dos ocupados.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Como reflexo do peso das atividades terciárias e industriais na estrutura ocupacional, a maior parte dos ocupados (60%) se inseriam como empregados no mercado de trabalho regional. Pelas mesmas razões, os trabalhadores não-remunerados ou dedicados à produção para autoconsumo perfaziam parcelas significativamente mais baixas do conjunto de ocupados (cerca de 5% e 3% em 1995, respectivamente). As mudanças na composição posicional da mão-de-obra foram menos expressivas que as transformações setoriais acima descritas. As alterações mais evidentes foram os pequenos aumentos da participação dos empregados domésticos (8% dos ocupados em 1995) e dos trabalhadores por conta-própria (19% em 1995).

MINAS GERAIS

Dinâmica demográfica

Como resultado da persistência de fluxos emigratórios para outros Estados, a população de Minas Gerais cresceu apenas 1,2% ao ano na primeira metade da presente década, chegando em 1995 a um total de 16,5 milhões de pessoas. A

população urbana apresentou um crescimento anual de 2,1% no período, enquanto a rural decresceu 1,9%.

Situação educacional

A análise da distribuição da PIA em termos de escolaridade revela que, a despeito de uma melhora geral dos indicadores, ainda é alarmante a alta participação de pessoas sem sequer o primário completo, que representava quase 40% da população de 10 anos ou mais em 1995. Também é preocupante as baixas participações de pessoas com segundo grau completo e terceiro grau (8,0% e 5,1%, respectivamente).

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, as taxas de crescimento anual da PIA e da PEA foram de 1,7% e 1,1%, respectivamente, fazendo com que a taxa de atividade apresentasse pequena queda, passando para 62% no final do período. Com a incorporação de 375 mil novos ocupados, o nível de ocupação passou a ser um dos mais altos do Sudeste (95%).

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Na análise das informações quanto à composição e à evolução da ocupação estadual por setor de atividade econômica, chama atenção a elevada participação dos setores de serviços e de agropecuária, que juntos correspondiam, em 1995, a cerca de 65% da ocupação (34,3% e 30,6%, respectivamente). A agropecuária vem, contudo, perdendo participação no conjunto de ocupados e apresentou uma diminuição líquida de 120 mil postos de trabalho no período. A indústria de transformação permaneceu relativamente estável em termos de participação relativa na ocupação, com cerca de 11% – patamar bem próximo ao do setor de comércio. Os setores de comércio e de serviços apresentaram um saldo positivo conjunto de cerca de 427 mil postos de trabalho. A construção civil mostrou-se também dinâmica na geração de novas ocupações (43 mil novos ocupados entre 1992 e 1995). O resultado dessa expansão do mercado de trabalho, ao afetar a composição setorial

do emprego, revela que o chamado setor terciário tem apresentado forte dinamismo na geração de emprego.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

No Estado, um dos segmentos do mercado de trabalho que mais se ampliou foi o de serviços domésticos, com uma variação relativa de 15%, o que provocou um ligeiro aumento de sua participação relativa de 7,5% para 8,3% dos ocupados. Ao contrário do observado nos Estados vizinhos de São Paulo e Rio de Janeiro, em Minas Gerais a parcela de ocupados classificados como empregados manteve-se estável em torno de 51%, assim como a dos trabalhadores por conta-própria (21%).

ESPÍRITO SANTO

Dinâmica demográfica

O Espírito Santo é o menos populoso dos Estados do Sudeste. Segundo os resultados divulgados do Censo Populacional de 1996, a população capixaba cresceu a taxas de 1,5% ao ano, cifra esta que, embora mais elevada que a média nacional e da região, é substancialmente mais baixa que a apurada na década de 80, quando o Estado crescia a 2,3% ao ano. Em 1995, estima-se que a população capixaba totalizasse cerca de 2.761 mil pessoas, sendo 77% residentes em áreas urbanas.

Situação educacional

A distribuição de pessoas de 10 anos ou mais por categorias de escolaridade revela um perfil educacional menos qualificado que o da população dos Estados do Rio de Janeiro ou São Paulo, mas ligeiramente melhor que o de Minas Gerais. Mais de um terço da população de 10 anos ou mais não tinha sequer o primário completo e apenas 15% já haviam completado ao menos o segundo grau em 1995, parcelas que em Minas Gerais eram de 37% e 13%, respectivamente, no mesmo ano. Comparativamente a 1992, houve uma redução expressiva do contingente de pessoas com primário incompleto e um aumento equivalente nas categorias

educacionais imediatamente superiores, o que deve ser consequência da redução de taxas de evasão e repetência escolar no primeiro grau.

Inserção no mercado de trabalho

O Espírito Santo é um dos poucos Estados, senão único, em que houve uma diminuição das taxas de atividade entre 1992 e 1995. Como resultado da expansão da PIA na ordem de 1,8% ao ano e de uma relativa estabilidade da PEA (taxa média de crescimento de 0,1% ao ano), a taxa de participação reduziu-se de 66,5% para 63,3%. Como a população ocupada apresentou um pequeno acréscimo no período, a taxa de ocupação elevou-se para cerca de 95%, nível semelhante ao de Minas Gerais e superior à média da região Sudeste.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Dentre os Estados da região, o Espírito Santo parece se constituir naquele de transformações menos expressivas com relação ao perfil setorial da mão-de-obra e à distribuição relativa por posição na ocupação. Mesmo a redução da participação da agropecuária no conjunto das ocupações parece ter sido menos intensa que em outros contextos. Em 1995, este setor ainda respondia pela maior parcela dos ocupados (32%). Os serviços mantiveram praticamente inalterada sua participação ao longo do período, respondendo por cerca de 31% da população ocupada. A indústria de transformação, da Construção, a administração pública e, em especial, o comércio ampliaram sua representatividade no conjunto dos ocupados.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Uma das mudanças mais significativas com relação à posição na ocupação diz respeito à diminuição do contingente de trabalhadores na produção para consumo próprio, decorrente, em grande medida, da própria redução da participação das ocupações da agricultura e pecuária e da população residente na zona rural do Estado. As parcelas de empregados, trabalhadores domésticos e conta própria mantiveram-se praticamente inalteradas entre 1992 e 1995, correspondendo, no final do período, às cifras de 52%, 6% e 18%, respectivamente. Neste período,

houve um ligeiro aumento da proporção de empregadores, que representavam 6% das pessoas ocupadas em 1995.

RIO DE JANEIRO

Dinâmica demográfica

Há mais de 20 anos, como consequência da diminuição da intensidade imigratória, conjugada com a queda acelerada dos níveis de natalidade da população, o Estado do Rio de Janeiro tem apresentado taxas de crescimento demográfico das mais baixas do país. Nos anos 90, tal padrão se manteve: enquanto a população brasileira crescia a taxas de 1,3% ao ano, a população fluminense o fez a uma taxa média de cerca de 1% ao ano. Com isso, o acréscimo populacional foi de apenas 3% entre 1992 e 1995, elevando a população do Estado para cerca de 13,3 milhões de habitantes. A taxa de urbanização do Estado é a mais elevada do país (96%), resultado da grande concentração populacional em torno da capital e periferia metropolitana (quase 10 milhões de pessoas).

Situação educacional

É o Estado com maior incidência de pessoas com nível superior e segundo grau completo (10% e 13%, respectivamente, em 1995). Observe-se, contudo, que o contingente de analfabetos e de pessoas com baixo nível educacional representa uma parcela bastante expressiva no conjunto da população e, em que pese sua diminuição ao longo do tempo, ainda persistirá como um estoque volumoso nas próximas décadas. Em 1995, havia cerca de 2,8 milhões de pessoas com até três anos de escolaridade (um quarto da população de 10 anos ou mais).

Inserção no mercado de trabalho

A estrutura demográfica mais envelhecida da população fluminense é um dos fatores que justificam a prevalência de uma das mais baixas taxas de atividade dentre os Estados analisados. Em 1995, cerca de 55% da PIA participava do mercado de trabalho, seja na condição de ocupado, seja na de desocupado. A taxa

de desocupação, relativamente estável no período, era das mais elevadas dentre os Estados, representando uma parcela de 7% da PEA.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

As mudanças na composição setorial da mão-de-obra foram de pequena intensidade e na mesma direção do que se tem assinalado para os principais mercados de trabalho metropolitanos do país, tendo em vista o peso do conjunto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro frente ao Estado. O setor serviços respondia sozinho por quase 50% das ocupações no Estado em 1995, e vem sistematicamente ampliando sua participação. A indústria de transformação conseguiu manter sua participação no conjunto dos ocupados, representando cerca de 13% da população ocupada em 1995. O comércio e a indústria da Construção apresentaram um balanço positivo entre os ocupados, ampliando ligeiramente suas parcelas na estrutura setorial (15% e 8% dos ocupados, respectivamente, em 1995).

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

O perfil dos ocupados quanto à posição na ocupação mostrou-se bastante estável entre 1992 e 1995. Os empregados mantiveram-se com uma parcela de 64% dos ocupados, seguidos dos conta-própria, com 20%, dos trabalhadores domésticos, com 10%, e dos empregadores, com participação de 10% da população ocupada. Os trabalhadores sem remuneração e os ocupados na produção para o autoconsumo ou autoconstrução representam parcelas muito pequenas e decrescentes da população ocupada.

SÃO PAULO

Dinâmica demográfica

Pelos resultados da Contagem Geral da População de 1996, a população paulista expandiu-se a uma taxa média anual de 1,6% ao ano no primeiro quinquênio dos anos 90, mantendo-se em um patamar mais elevado que a média nacional, como já há várias décadas. Tal comportamento parece ser resultado de um recrudescimento

da intensidade imigratória do Nordeste em direção à Região Metropolitana e de outros Estados do Centro-Sul em direção ao interior do Estado. Diferentemente da maioria dos Estados do país, São Paulo apresentou crescimento absoluto, inclusive da população rural. Assim, a proporção do segmento urbano sobre a população total manteve-se praticamente inalterada, em torno de 93% entre 1992 e 1995.

Situação educacional

O quadro educacional de São Paulo só não é melhor que o apresentado pelo conjunto do Estado do Rio de Janeiro. Cerca de 10% da população de 10 anos ou mais tem nível superior, completo ou não, e 25% possuem o primeiro ou o segundo grau completo. Entre 1992 e 1995, houve uma expressiva redução dos contingentes sem instrução e com até primário incompleto, que, no entanto, ainda perfaziam cerca de 25% da população de 10 anos ou mais em 1995.

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, a taxa de atividade manteve-se no mesmo nível, em torno de 51%, em função da proximidade das taxas médias anuais de crescimento da PIA e da PEA (2,4% ao ano). A taxa de ocupação, mais baixa dentre todos os demais Estados do Centro-Sul, também permaneceu no patamar de 92%, devido à incorporação de 1,1 milhão de novos trabalhadores no período.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Como resultado da recuperação da economia nacional a partir de 1993 e, em especial, da implantação do Plano Real, praticamente todos os setores apresentaram aumento absoluto de postos de trabalho no Estado, ainda que em intensidades muito variadas. A indústria de transformação, responsável por um quinto das ocupações paulistas – parcela não superada por qualquer outro Estado – apresentou uma variação relativa de apenas 1%. O desempenho da indústria da construção foi menor ainda. Nos setores do comércio e serviços houve uma expansão muito maior (superior a 18% no período), levando à ampliação de suas participações no conjunto dos ocupados (15% e 42%, respectivamente, em 1995).

Seguindo tendências de longa data, a agropecuária perdeu participação no contingente de ocupados, com a diminuição de 174 mil pessoas entre 1992 e 1995.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

As mudanças na distribuição dos ocupados por posição da ocupação também seguem tendências identificadas na década de 80. A parcela de empregados tem diminuído, em favor do aumento dos conta-própria e trabalhadores domésticos, ficando mais ou menos estáveis as demais posições ocupacionais. Em 1995, 64% dos ocupados eram empregados, parcela equivalente à apurada no Estado do Rio de Janeiro. A categoria conta-própria compreende cerca de 18% da mão-de-obra ocupada, enquanto os trabalhadores domésticos totalizavam 8% deste contingente. Os empregadores representavam uma parcela diminuta de 5%.

REGIÃO SUL

Dinâmica demográfica

A Região Sul tinha uma população estimada em 23,5 milhões em 1995, representando cerca de 15% da população brasileira naquele momento. Estima-se que a taxa de crescimento demográfico da região, na primeira metade da presente década, tenha sido de 1,2% ao ano, um pouco mais baixa que a média nacional. Aliás, esta tendência de apresentar taxas de crescimento demográfico mais baixas que a média nacional já vem perdurando há algumas décadas, em função da emigração de gaúchos e paranaenses para zonas de fronteira agrícola e para o Estado de São Paulo. Nos últimos cinco anos, contudo, foi a região com menor redução das taxas de crescimento comparativamente à década passada, em especial por conta da inflexão das taxas de crescimento do Paraná. A estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, assim como o dinamismo das atividades agropecuárias na região, tem garantido um ritmo de redução menos acelerado da população residente nas zonas rurais que em outras áreas do país. Em 1995, estima-se que cerca de 77% da população residia em áreas urbanas na região.

Situação educacional

O perfil médio de escolaridade da população de 10 anos ou mais era significativamente melhor que o nacional e muito parecido com o observado na Região Sudeste em 1995. A proporção de analfabetos era inferior a 10% na região, sendo um pouco mais elevada no Estado do Paraná (13%). Entre 1992 e 1995, observou-se uma redução absoluta muito expressiva do contingente de pessoas nesta situação (171 mil pessoas a menos) assim como daquelas que não tinham completado o primário (91 mil pessoas a menos). A magnitude destes contingentes sugere que tal diminuição deve decorrer da evasão de pessoas desta região para outras no país. A melhoria do perfil educacional no período também se explica pela incorporação de cerca de meio milhão de pessoas entre os indivíduos com segundo grau completo ou terceiro grau, que passaram a representar 16% da população de 10 anos ou mais em 1995.

Inserção no mercado de trabalho

A taxa de participação na região, isto é, a proporção de ocupados e desocupados dentre a população de 10 anos ou mais na região, era de cerca de 67%, cifra consideravelmente maior que a exibida pelas demais regiões. Esse fato deve ser explicado, em grande medida, pela estrutura etária comparativamente menos jovem da população da região, pelo peso da agropecuária na estrutura ocupacional e pelo comportamento mais dinâmico do mercado de trabalho na oferta de novas ocupações. De fato, a taxa de ocupação era também mais elevada que nas demais Grandes Regiões do Brasil, tendo se mantido por volta de 95% no período em questão. Cerca de 544 mil pessoas foram incorporadas à população ocupada entre 1992 e 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

A estrutura ocupacional da região em 1995 era marcada pelo peso das ocupações na agropecuária e serviços, cada qual com cerca de 30% da mão-de-obra ocupada. A agropecuária, no entanto, vem perdendo importância ao longo dos anos, enquanto o setor serviços ampliou em quase três pontos percentuais sua participação na população ocupada, com a incorporação de 483 mil novos trabalhadores. O

comércio também ampliou ligeiramente sua participação no conjunto dos ocupados (12% em 1995), com o ingresso de quase 150 mil novos trabalhadores. A indústria de transformação reunia uma parcela expressiva da mão-de-obra ocupada na região (15%) patamar comparável ao da Região Sudeste. Para isso, contribui a elevada proporção de ocupados na indústria nos parques produtivos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como os investimentos industriais no Estado do Paraná. O dinamismo da atividade industrial na região tem garantido a oferta de postos de trabalho no setor em ritmo muito próximo ao da economia nacional, fato um tanto inédito no país nos anos 90. No período em análise, a construção civil e a administração pública também criaram oportunidades ocupacionais, ainda que em ritmo menor.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

A distribuição da população ocupada entre as categorias de posição ocupacional variou muito pouco entre 1992 e 1995. Os empregados mantiveram-se como 48% dos ocupados, seguidos dos trabalhadores por conta própria, cuja participação também não variou no período, mantendo-se por volta de 21%. Como reflexo do peso da agropecuária na estrutura ocupacional, a incidência de trabalhadores não-remunerados perfazia 14% da mão-de-obra em 1995, cifra em tendência de declínio. A proporção de trabalhadores dedicados à produção para autoconsumo manteve-se por volta de 6% dos ocupados, patamar ligeiramente superior à média nacional.

PARANÁ

Dinâmica demográfica

Um dos resultados mais surpreendentes da dinâmica demográfica do Centro-Sul do país, relevado pela Contagem Geral de População de 1995, foi a retomada das taxas de crescimento populacional do Paraná. Nos anos 90, o Estado parece estar contendo a evasão populacional que o caracterizou em décadas anteriores. A população do Estado aumentou a 1,3% ao ano no primeiro quinquênio da presente década (contra 0,9% entre 1980 e 1991), chegando a totalizar quase 9 milhões de

peessoas em 1995. Estima-se que a população rural teve um decréscimo de 155 mil pessoas entre 1992 e 1995, elevando a taxa de urbanização de 74% para 77% no período.

Situação educacional

O perfil de escolaridade da população é significativamente melhor que o da média nacional, mas inferior ao dos demais Estados do Sul. Cerca de 13% da população de 10 anos ou mais era analfabeta e 21% não tinham sequer o primário completo em 1995. Por outro lado, o contingente de pessoas com pelo menos primeiro grau completo está aumentando rapidamente sua participação, tendo passado de 25% para 28% da população de 10 anos ou mais desde 1992.

Inserção no mercado de trabalho

Entre os Estados do Sul, o Paraná é o que apresentava a taxa de atividade mais baixa em 1995. Dois terços de sua população de 10 anos ou mais estavam ocupados ou procurando uma ocupação, parcela ligeiramente mais elevada que em 1992. A ampliação da força de trabalho foi acompanhada, de forma aproximada, pela oferta de postos de trabalho no período. Enquanto a PEA aumentou em 327 mil pessoas entre 1992 e 1995, de um total de 374 mil em idade ativa, o acréscimo da população ocupada foi de quase 300 mil indivíduos, o que garantiu a manutenção das taxas de ocupação por volta de 94%.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Com exceção da agropecuária, os demais setores de atividade apresentaram saldo positivo no balanço das ocupações criadas entre 1992 e 1995. Os serviços passaram a reunir o maior contingente de ocupados, com cerca de 1,42 milhão de pessoas, desbancando a agropecuária para a segunda posição (com cerca de 1,37 milhão de pessoas em 1995). A Indústria de transformação tem um peso relativo menor na estrutura ocupacional que nos outros dois Estados do Sul, concentrando cerca de 11,6% dos ocupados, correspondentes a meio milhão de trabalhadores. O comércio e a administração pública reuniam, respectivamente, 13% e 4% da

população ocupada em 1995. A agropecuária teve sua participação reduzida de 36% para 31% dos ocupados no período.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

A distribuição da população por posição na ocupação mostrou-se bastante estável nos anos 90. Quase metade dos ocupados são empregados e um quinto corresponde a trabalhadores por conta-própria. Tal como outras regiões de elevada participação das ocupações agropecuárias na PEA, os contingentes de trabalhadores não-remunerados e daqueles dedicados à produção para autoconsumo são comparativamente altos, representando cerca de 14% e 5%, respectivamente, da população ocupada.

SANTA CATARINA

Dinâmica demográfica

Santa Catarina foi um dos poucos Estados do Centro-Sul do país que apresentou uma taxa de crescimento demográfico anual superior à média nacional no primeiro quinquênio desta década. A população estadual expandiu-se a 1,4% ao ano nos anos 90, chegando a totalizar cerca de 4,8 milhões de pessoas em 1995. Como a grande maioria dos Estados brasileiros, a população rural diminuiu em termos absolutos, mas a um ritmo bem menor que a média nacional. Com isso, a taxa de urbanização aumentou apenas um ponto e meio no período, passando para 72,6% da população total em 1995.

Situação educacional

O quadro educacional é, sem dúvida, melhor que o nacional, mas ainda caracteriza-se por um contingente expressivo de analfabetos (7%) e de pessoas com pouca instrução (18,5% com primário incompleto e 27% só com curso primário completo em 1995). Entre 1992 e 1995, tem aumentado rapidamente o número de pessoas cursando ou tendo completado o segundo ou o terceiro grau. Neste período, a

população com, no mínimo, primeiro grau completo aumentou em mais de 20%, passando a representar quase 30% da população de 10 anos ou mais em 1995.

Inserção no mercado de trabalho

A PEA do Estado aumentou em 218 mil pessoas, impulsionada por uma taxa média de crescimento de quase 3% ao ano. A PIA cresceu a uma taxa média anual 45% menor, provocando um aumento significativo da taxa de atividade (de 66% para 69% entre 1992 e 1995). O crescimento de 3% ao ano da população ocupada garantiu a manutenção das taxas de ocupação em níveis elevados, próximos a 97% em 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Frente às mudanças da composição setorial da mão-de-obra no país entre 1992 e 1995, vale destacar a forte perda de participação da agropecuária e a relativa estabilidade da participação da indústria de transformação no conjunto das ocupações. Em 1995, as ocupações da agropecuária representavam, contudo, ainda 32% da totalidade das ocupações. A indústria de transformação também se destaca pelo seu peso na estrutura ocupacional catarinense (cerca de 19% da população ocupada em 1995). Comércio e serviços têm, assim, uma participação comparativamente mais baixa que em outros Estados do país e do próprio Centro-Sul. No entanto, estes foram os setores com maior expansão da mão-de-obra ocupada no período, passando a representar 11% e 26% dos ocupados, respectivamente, em 1995.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

A estrutura do mercado de trabalho catarinense com respeito à posição na ocupação destaca-se, tal como a paranaense, pela incidência comparativamente elevada de trabalhadores não-remunerados e alocados em atividades de produção de alimentos para consumo familiar próprio, que representavam, respectivamente, 14,5% e 5,3% dos ocupados em 1995. Entre 1992 e 1995, as mudanças mais expressivas se deram nestas categorias ocupacionais e na de empregadores, que passaram a representar 5% dos ocupados no final do período (contra 3,7% em 1992). Os

empregados correspondiam a quase 50% dos ocupados e os trabalhadores por conta-própria, a cerca de 20%.

RIO GRANDE DO SUL

Dinâmica demográfica

Dos Estados meridionais, o Rio Grande do Sul foi o que menos cresceu nos anos 90. A população estadual aumentou a taxas anuais pouco acima de 1%, totalizando 9,6 milhões de pessoas em 1995. A área urbana passou a concentrar 78,2% deste contingente. Entre 1992 e 1995, a população urbana apresentou um crescimento anual de 1,6% enquanto a rural decresceu 0,8% ao ano.

Situação educacional

O nível médio de escolaridade da população de 10 anos ou mais é bem superior ao nacional, como demonstram algumas estatísticas: 24% tinham até três anos de estudo; e 30% possuíam pelo menos o primeiro grau completo. Os indicadores mostram que as maiores variações por nível de escolaridade foram observadas dentre aqueles com segundo grau completo e terceiro grau, que aumentaram, respectivamente, 19% e 14% entre 1992 e 1995.

Inserção no mercado de trabalho

No período, a taxa anual de crescimento da PIA e a da PEA foram de 1,4% e 0,4%, respectivamente. Isto significa que, das 320 mil pessoas que passaram a fazer parte da PIA, apenas 66 mil passaram a integrar a PEA, com os demais permanecendo na inatividade. O mercado de trabalho estadual, neste período, apresentou uma baixa capacidade de geração de ocupação, o que não causou, contudo, aumento da desocupação (mantida em torno de 95%), pela tendência acima descrita de pequena incorporação de inativos na PEA.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Os principais setores de alocação da mão-de-obra (serviços e agropecuária), que juntos correspondiam a pouco mais de 60% da ocupação do Estado, tiveram comportamentos opostos no que diz respeito à evolução no período: o primeiro gerou cerca de 120 mil postos e o segundo eliminou pouco menos de 106 mil. Com isso, o setor de serviços ampliou em dois pontos percentuais sua participação, mesma redução que sofreu a parcela da agropecuária no período. Embora tenha apresentado perda de ocupações, a indústria manteve sua participação de 16% da mão-de-obra ocupada, no período.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Entre 1992 e 1995, a distribuição dos ocupados por posição na ocupação apresentou poucas alterações, ainda que no mesmo sentido das tendências de Estados de base econômica mais diversificada. Há uma ligeira redução da parcela de empregados e aumento equivalente daquela referente aos conta-própria e, em menor intensidade, de empregados domésticos. Em 1995, os empregados e os trabalhadores por conta-própria representavam, respectivamente, 46% e 22%.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Dinâmica demográfica

A população da Região Centro-Oeste cresceu a taxa de 2,2% ao ano no primeiro quinquênio da presente década, mantendo a tendência histórica de expandir-se em níveis mais elevados que a média nacional. Observou-se, contudo, forte queda na intensidade migratória para os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com esgotamento da fronteira agrícola. Em 1995, a população da região era estimada em 10,3 milhões de pessoas, em sua larga maioria (84%) concentrada nas áreas urbanas dos municípios. A população rural vem decrescendo em termos absolutos em todos os Estado da região.

Situação educacional

O nível médio de escolaridade da população de 10 anos ou mais é baixo, como acontece na maioria das regiões e Estados no país. Na realidade, só não é pior por conta da alta concentração de técnicos de nível médio e superior nos órgãos federais em Brasília. Cerca de 71% da população de 10 anos ou mais não havia completado o 1. Grau em 1995. Em relação ao início do período em questão, o perfil médio de escolaridade da população mudou muito pouco. A proporção de analfabetos diminuiu cerca de dois pontos percentuais no período, mantendo-se ainda em níveis um pouco mais baixos que a média nacional (13% da população em 10 anos ou mais em 1995).

Inserção no mercado de trabalho

A PIA expandiu-se a uma taxa mais elevada que a população total (2,8% ao ano), como conseqüência dos níveis de fecundidade comparativamente mais altos no passado. Como a PEA, que reúne ocupados e desocupados, cresceu a uma taxa menor, houve uma queda de quase dois pontos percentuais na taxa de participação no mercado de trabalho. Em 1995, 63% da PIA estava engajada no mercado de trabalho, ocupada ou procurando emprego. As oportunidades ocupacionais criadas no período foram razoavelmente suficientes para garantir praticamente o mesmo nível de ocupação de mão-de-obra existente em 1992. Cerca de 94% da PEA regional estava ocupada em 1995, embora no Distrito Federal a cifra equivalente fosse significativamente mais baixa (91%).

Nível de ocupação segundo setor de atividade

A agropecuária tem um elevado peso na estrutura setorial de mão-de-obra da região, como conseqüência das características da base produtiva centrada nas culturas de grãos e na pecuária de corte. Com exceção do Distrito Federal, as atividades agropecuárias absorviam pelo menos 27% da mão-de-obra ocupada nos Estados da região em 1995, cifra esta em declínio no período. A elevada concentração da população nas áreas urbanas explica, em boa medida, a participação comparativamente elevada de ocupados no setor serviços, sobretudo no Distrito Federal. Em 1995, cerca de 37% da população ocupada estava nesse

setor, depois de apresentar uma pequena expansão no período. A administração pública tem um peso setorial elevado na região (7% dos ocupados), resultado sobretudo da concentração da burocracia federal em Brasília (onde 15% da mão-de-obra esta alocada no setor). A mão-de-obra industrial representava 7% do conjunto dos ocupados em 1995, percentual só superior à da Região Nordeste. No período em questão, esse setor registrou algum dinamismo na geração de postos de trabalho, possivelmente como consequência do desempenho da agroindústria e da indústria no ramo de alimentos nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A construção civil, que ocupava cerca de 6,5% da população ocupada em 1995, também apresentou uma expansão de vagas um pouco acima da média regional.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

As mudanças do perfil posicional da mão-de-obra são muito pouco significativas no período. As pequenas alterações que podem ser notadas são, de um lado, o aumento de um ponto percentual dos trabalhadores por conta própria na estrutura ocupacional (de 20 para 21% no período) e, de outro, a queda menos intensa de trabalhadores não-remunerados e daqueles dedicados à produção para autoconsumo. Estas duas categorias posicionais tinham uma participação comparativamente menor que nas outras regiões com elevada participação da agropecuária, reflexo possível da estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural nos Estados do Centro-Oeste. Os empregados mantiveram sua participação de 54% da mão-de-obra no período.

MATO GROSSO DO SUL

Dinâmica demográfica

A população do Mato Grosso do Sul era estimada em 1.922 mil pessoas em 1995, das quais 82% concentradas nas áreas urbanas dos municípios. No período em análise, este foi o Estado do Centro-Oeste que cresceu a taxas mais baixas nos anos 90, sobretudo pela evasão populacional do campo para outras localidades do país.

Situação educacional

Cerca de 36% da população de 10 anos ou mais não tinha sequer o primário incompleto e a parcela mais escolarizada, com segundo grau completo ou mais, não chegava a 14% em 1995. Em que pesem estas cifras, nos anos 90 têm-se observado progressos significativos nos indicadores educacionais, com a diminuição da população analfabeta e aumento mais acelerado do contingente cursando ou tendo concluído o segundo grau.

Inserção no mercado de trabalho

A PIA expandiu-se a quase 2% no período, cifra mais elevada que a da PEA, provocando uma ligeira diminuição da taxa de atividade, que passou de 65,3% para 64,2% entre 1992 e 1995. A economia regional não parece ter sido muito dinâmica, a julgar pela taxa de crescimento da população ocupada, que cresceu a 1,1% ao ano entre 1992 e 1995. De fato, a taxa de ocupação apresentou uma queda no período de quase um ponto percentual, chegando a 94% em 1995.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

A estrutura setorial da mão-de-obra ocupada do Estado, marcada pelo peso da agropecuária e serviços, não apresentou mudanças expressivas no período. Houve um pequeno aumento dos postos de trabalho na indústria (13 mil novas vagas), serviços (11 mil) e administração pública (13 mil). A construção civil e o comércio, por outro lado, apresentaram diminuição de seu contingente. Em 1995, a agropecuária respondia por 272 mil postos de trabalho, correspondendo a 31% da mão-de-obra estadual, e os serviços por 307 mil postos, o que equivale a 35% dos ocupados.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Com relação à distribuição da população por posição ocupacional, também não foram observadas modificações significativas. Talvez a única tendência mais evidente com relação a esta questão tenha sido o pequeno aumento da participação de trabalhadores por conta-própria no conjunto dos ocupados. Em 1995, esta

categoria representava cerca de 20% do contingente estadual. A parcela relativa dos empregados manteve-se, no período, por volta de 53%. A importância da agropecuária na estrutura da mão-de-obra deve justificar as relativamente altas proporções de pessoas não remuneradas e dedicadas à produção para autoconsumo.

MATO GROSSO

Dinâmica demográfica

O Estado do Mato Grosso apresentou forte redução de sua taxa de crescimento populacional nos anos 90, depois de crescer a taxas médias anuais de 5% ao ano nos anos 80. Estima-se que, entre 1992 e 1995, a população residente no Estado do Mato Grosso passou de 2.064.039 para 2.191.588, significando um crescimento de 2% ao ano. A zona rural continuou perdendo participação no conjunto da população, fazendo com que a área urbana concentrasse 75,3% da população estadual em 1995.

Situação educacional

Com relação ao perfil de escolaridade da população de 10 anos ou mais, o fato a ser destacado é que cerca 70% da população apresentava um nível educacional abaixo de primeiro grau incompleto. Vale observar que cerca de 15% não possuíam instrução e 22% sequer tinham o primário completo. A proporção de pessoas com segundo grau completo e com terceiro grau não chegava a 12% da PIA, embora tenha apresentado aumento relativamente elevado no período.

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, a taxa de crescimento anual da PIA e a da PEA corresponderam a 2,9% e 1,4%, respectivamente. Com isso, a participação de ativos na PIA caiu cerca de três pontos percentuais, passando de 66% para 63%. O nível de ocupação manteve-se por volta de 94%, embora houvesse a incorporação de apenas 38 mil novos ocupados no período (contra 45 mil novos ativos).

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Com relação à composição setorial da mão-de-obra estadual, chama atenção a elevada participação dos setores de serviços e de agropecuária, que juntos correspondiam a pouco menos 65% da ocupação do Estado. Em 1995, a participação da indústria de transformação era inferior a 7,8% e a do comércio ultrapassava 13%. Neste período, a maior variação absoluta e relativa ocorreu na indústria de transformação, que, ao gerar cerca de 22 mil postos de trabalho, teve sua participação relativa ampliada na estrutura de 5,9% para 7,8%. Também a indústria da construção contribuiu de forma positiva para o crescimento do emprego, com aproximadamente 8 mil postos de trabalho.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

Em termos do perfil posicional da mão-de-obra, os dados empíricos indicam um quadro de grande estabilidade no período. Metade dos ocupados eram empregados, 22% eram trabalhadores por conta própria e 11% não-remunerados.

GOIÁS

Dinâmica demográfica

Goiás foi um dos poucos Estados brasileiros que mantiveram o ritmo relativamente elevado de crescimento populacional nos anos 90. Sua população, a maior das unidades de federação do Centro-Oeste, era estimada em 4.410 mil habitantes em 1995. Entre 1992 e 1995, a população urbana apresentou uma taxa de crescimento anual ainda mais elevada (3,6%), passando a representar cerca de 85% da população estadual.

Situação educacional

Em termos da escolaridade da PIA, a despeito de os indicadores apontarem para uma melhora geral, ainda é alarmante as altas participações de pessoas sem instrução (17,2%) e com primário incompleto (22,9%). Além disso, apenas cerca de

15% desta população possuía nível de escolaridade superior ao primeiro grau completo. Vale ressaltar que a maior variação relativa na composição da escolaridade ocorreu no grupo de pessoas com segundo grau incompleto (aumento de 27% no período).

Inserção no mercado de trabalho

Entre 1992 e 1995, as taxas de crescimento anual da PIA e da PEA foram de 2,9% e 2,2%, respectivamente. Com isso, a taxa de participação apresentou pequena diminuição no período, passando de 65,7% para 64,4%. O nível de ocupação entre 1992 e 1995 mostrou-se relativamente estável, em torno de 94%. O contingente de ocupados, em 1995, era de 2.100 mil pessoas, cerca de 123 mil pessoas a mais que em 1992.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Com relação à composição da ocupação estadual por setor de atividade econômica, chama a atenção a elevada participação dos setores de serviços e de agropecuária, que juntos reuniam cerca de 64% dos ocupados (27,3% e 36,7%, respectivamente), em 1995. Em termos da evolução no período, a agropecuária eliminou cerca de 47 mil postos de trabalho, reduzindo sua participação no conjunto de ocupados. A indústria de transformação permaneceu estável em termos de participação relativa na ocupação, cerca de 8% – patamar inferior ao do setor de comércio e de serviços. Estes setores apresentaram um saldo positivo de cerca de mais de 132 mil postos de trabalho. Vale observar que, diferentemente da maioria dos Estados, a administração pública apresentou aumento de sua participação relativa, com a incorporação de quase 23 mil novos ocupados.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

A distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação sofreu pequenas alterações. O conjunto de empregados manteve-se em torno de 51% do total de ocupados. Já os trabalhadores por conta própria apresentaram ligeiro aumento, passando de 21% para 22% da mão-de-obra ocupada, assim como o de trabalhadores domésticos. Em contrapartida reduziram-se em igual intensidade as

cifras relativas de não-remunerados e trabalhadores na produção para autoconsumo, cujas participações eram, respectivamente, 7% e 6% em 1995.

DISTRITO FEDERAL

Dinâmica demográfica

Das unidades federativas do Centro-Oeste, o Distrito Federal foi aquele que mais rapidamente cresceu nos anos 90, quase que mantendo as mesmas taxas da década anterior. Entre 1992 e 1995, estima-se que a população do Distrito Federal tenha crescido a 2,6% ao ano, chegando a reunir um total de 1.774 mil pessoas no final do período. Dadas as particularidades da região, a zona urbana compreende cerca de 93% da população total.

Situação educacional

O perfil educacional do Distrito Federal é um dos mais desiguais do país, contrapondo parcelas elevadas de população nos dois extremos da escala de escolaridade: por um lado, em 1995 havia cerca de 22% de pessoas de 10 anos ou mais que não tinham sequer completado o primário; e, por outro, 29% tinham o segundo grau completo – incluídos aí os 13% daqueles com curso superior completo ou não – parcela bem mais elevada que a média nacional. No período em questão, observaram-se uma redução de 13% da população analfabeta e uma variação pequena daquelas com até quatro anos de estudo.

Inserção no mercado de trabalho

Como consequência das altas taxas de crescimento das últimas décadas, a PIA cresceu a taxas bastante elevadas (3,5% ao ano no período). Como a PEA expandiu-se a taxas mais modestas, sua participação sobre a PIA diminuiu um pouco para 59%. A taxa de ocupação manteve-se, contudo, no mesmo patamar no período, em torno de 92%, cifra comparativamente mais baixa que a média regional.

Nível de ocupação segundo setor de atividade

Como não poderia deixar de ser pela natureza funcional do Distrito Federal, a estrutura setorial da mão-de-obra tem elevado peso do setor serviços (49% dos ocupados em 1995), seguido pelos setores da administração pública (16%) e comércio (15%). Estas parcelas apresentaram pequeno aumento ou mesmo certa estabilidade no período, tendências não observadas para agropecuária e indústria. A agropecuária compreendia menos de 3% da mão-de-obra do Distrito Federal em 1995, e a indústria menos de 5%. Como reflexo da atividade de construção civil, a mão-de-obra alocada no setor manteve sua participação em torno de 8% do conjunto de ocupados.

Nível de ocupação segundo posição ocupacional

As características setoriais da mão-de-obra do Distrito Federal explicam, por um lado, a alta proporção de empregados (cerca de dois terços dos ocupados em 1995) e, por outro, a baixa incidência de não-remunerados (menos de 3%) e trabalhadores na produção para autoconsumo (menos de 0,5%). Os trabalhadores por conta-própria representavam uma parcela comparativamente menor de ocupados, embora este segmento tenha aumentado em dois pontos percentuais no período, chegando a 17% em 1995. Os trabalhadores domésticos correspondiam a cerca de 11% dos ocupados em 1995.

EVIDÊNCIAS BASEADAS EM REGISTROS ADMINISTRATIVOS DO MTb

BRASIL

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

A análise da distribuição setorial do emprego formal no Brasil, apresentada a seguir, refere-se a 95% dos postos de trabalho existentes em 31 de dezembro de 1994, o que corresponde aos vínculos empregatícios para os quais o MTb obteve a declaração da atividade econômica da empresa empregadora. Tendo por base esses registros, constata-se uma elevada participação dos serviços na estrutura de empregos (56% do total de empregos), seguidos pela indústria (25%), comércio (14%), construção civil (5%) e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (4%).

Os serviços têm participação expressiva na estrutura de empregos em todas as regiões geográficas, sobretudo no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste (65%, 63% e 61% do total de empregos, respectivamente). Nas regiões Sudeste e Sul, o peso relativamente menor dos serviços (49% e 44% do total de empregos, respectivamente) é compensado por uma significativa participação da indústria (27% e 31% do total de empregos, respectivamente), que é bem maior do que a observada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (19%, 18% e 11%, respectivamente). Verifica-se participação semelhante para o comércio em todas as regiões geográficas, com índices que variam entre 12% e 16%, bastante próximos, portanto, da média nacional. Com uma reduzida participação em todas as regiões geográficas, a construção civil só ultrapassa os cinco pontos percentuais nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (5% e 6%, respectivamente). O mesmo ocorre com a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, cuja participação é inferior a cinco pontos percentuais em todas as regiões geográficas.

Ao se desagregar a distribuição do pessoal empregado segundo subsetores de atividade econômica, verifica-se que parcela expressiva dos empregos em serviços concentra-se na administração pública direta e autárquica (44% dos empregos do setor), seguida pelos serviços de alojamento e alimentação, reparação e

manutenção residencial, rádio e televisão (13%) e pelo comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (13%). A administração pública direta e autárquica é o único segmento dos serviços com peso significativo em todas as regiões geográficas, inclusive no Sudeste e Sul (37,1% e 45,4%, respectivamente), onde a estrutura de empregos no setor é bem mais diversificada quando comparada à das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (44,5%, 58,1% e 57,6%, respectivamente).

No que diz respeito à indústria, o segmento de maior participação relativa em todo o país é a indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (17,5% dos empregos do setor), seguida pela indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (14%), pela indústria metalúrgica (10%) e pela indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões e velas (9%). Somente nas regiões Sudeste e Sul, que possuem uma estrutura industrial bem mais diversificada do que a das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nenhum segmento isoladamente ultrapassa os quinze pontos percentuais dos empregos do setor.

Quanto ao comércio, diferentemente do que ocorre nos serviços e na indústria, grande parte dos empregos concentra-se em um único segmento – o comércio varejista, que detém aproximadamente 80% dos empregos do setor, contra 20% no comércio atacadista – padrão que se reproduz em todo o país, com pequenas variações de uma região geográfica para outra.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Apresenta-se, a seguir, a análise da flutuação setorial do emprego formal no Brasil, referente ao saldo líquido de admissões/desligamentos entre 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1996, que corresponde à diferença entre as admissões e os desligamentos de empregados celetistas para os quais o MTb obteve a declaração da atividade econômica da empresa empregadora. Baseando-se nesses registros, observou-se retração da oferta de empregos na indústria e na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (fechamento de 245.519 e 49.071 postos de trabalho, respectivamente), que foi largamente compensada pela expansão da oferta

de emprego na construção civil, no comércio e nos serviços (abertura de 29.529, 279.288 e 382.237 postos de trabalho, respectivamente).

Por subsetores de atividade econômica, o segmento que mais contribuiu para a retração da oferta de empregos industriais em todo o país foi a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (fechamento de 74.330 postos de trabalho), seguida pela indústria do material de transporte, indústria metalúrgica, serviços industriais de utilidade pública e indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (fechamento de 44.962, 35.846, 30.797 e 25.408 postos de de trabalho, respectivamente). Em contrapartida, os segmentos que mais contribuíram para a ampliação da oferta de empregos em serviços, em todo o país, foram os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (256.525 novos empregos) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (abertura de 256.525 e 130.690 postos de trabalho, respectivamente).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, considerando os registros para os quais o MTb obteve a declaração da ocupação exercida pelos empregados, os segmentos de maior representação na estrutura de ocupações do mercado de trabalho formal no Brasil eram: os trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados, classificados no grande grupo 7/8/9 da CBO (31,3% dos empregos); os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados, classificados no grande grupo 3 da CBO (24,1% do empregos); e os trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene, auxiliar de saúde, beleza e segurança, classificados no grande grupo 5 da CBO (15% dos empregos). Estes três grandes grupos destacam-se em todas as regiões do país, embora com pesos diferenciados.

Detalhando essas informações para os subgrupos da CBO, merecem destaque, no grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados), os condutores de veículos de transporte (13,2%), os trabalhadores da construção civil (9,7%) e os trabalhadores da produção

industrial não classificados sob outras epígrafes (16,2%). No grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados), destacam-se os agentes da administração pública (23,9%) e os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (46%). No grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e assemelhados), destacam-se os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios e logradouros públicos (41,1%), os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (22,2%) e os cozinheiros, garçons e barmen (16,3%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No período 1995-96, segundo os dados do MTb totalizados para o Brasil, os segmentos ocupacionais que sofreram retração da oferta de emprego foram: o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados), com 54.957 desligamentos; o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e assemelhados), com 37.001 desligamentos; o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e assemelhados), com 40.859 desligamentos; e o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados) com 19.856 desligamentos. Os segmentos ocupacionais que tiveram ampliação na oferta de empregos foram o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e assemelhados), com 219.570 admissões; o grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e assemelhados), com 146.392 admissões; e o grande grupo 0/1 - trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados, com 753 admissões.

Desagregando estas informações para os subgrupos da CBO, nota-se que a maior retração da demanda por mão-de-obra ocorreu para os chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças (54.199 desligamentos), os trabalhadores agrícolas especializados (51.065 desligamentos), os trabalhadores da usinagem de metais (44.475 desligamentos), os fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados (42.918 desligamentos) e os gerentes de empresas

(36.800 desligamentos). Já os segmentos para os quais houve expansão da demanda por mão-de-obra foram os dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados (100.820 admissões), os vendedores, empregados de comércio e assemelhados (96.135 admissões), os cozinheiros, garçons, barmen e assemelhados (58.886 admissões), e os professores (36.937 admissões). Cabe destacar ainda o subgrupo dos trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas e condutores de veículos não classificados sob outras epígrafes, que contou com 181.166 novos empregos, a despeito do desempenho geral negativo do grande grupo 7/8/9.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dentre os subgrupos da CBO selecionados como representativos das ocupações técnicas "lato senso", os que mais se destacavam no país eram os trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes (33,6%), os professores (14,2%) e os agentes da administração pública (10,2%). Detalhando-se essas informações para os grupos de base, verifica-se que os auxiliares de escritório concentram 53% das ocupações dos trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes. Os professores de ensino de primeiro grau detêm 86,7% das ocupações dos professores. Entre os agentes da administração pública, 88,3% das ocupações concentram-se no segmento dos agentes administrativos.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

No Brasil, os subgrupos da CBO considerados representativos das ocupações técnicas lato senso tiveram suas oportunidades de trabalho reduzidas no período 1995-96 (saldo de 62.281 desligamentos), especialmente os trabalhadores da usinagem de metais (42.905 desligamentos), os técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados (27.602 desligamentos) e os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e assemelhados (27.546 desligamentos). Os segmentos que registraram expansão do emprego foram os secretários, datilógrafos, estenógrafos e assemelhados (6.890 admissões), os classificadores de correspondência, carteiros e

mensageiros (5.349 admissões) e os trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (5.501 admissões).

Analisando as informações desagregadas para os grupos de base da CBO selecionados, merecem destaque, entre os segmentos que registraram retração do emprego, os auxiliares de escritório e assemelhados (33.005 desligamentos), os auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados (28.922 desligamentos), os operadores de máquinas-ferramentas (produção em série) (23.543 desligamentos) e os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (18.487 desligamentos). Os grupos de base nos quais houve maior expansão da oferta de empregos foram os recepcionistas (44.295 admissões), os professores de ensino de primeiro grau (11.341 admissões), os professores de ensino pré-escolar (11.012 admissões) e os trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes (28.146 admissões).

REGIÃO NORTE

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, a Região Norte contava com 811.686 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais. Este contingente concentrava-se nos Estados do Pará (365.046 empregados), Amazonas (216.878), e Rondônia (101.441), seguidos do Acre (63.768), Amapá (28.219), Tocantins (27.011) e Roraima (9.323).

Estas informações, quando desagregadas para os setores de atividade econômica na região, mostram a elevada participação do setor de serviços, com 510.955 empregos (62,9%) no conjunto do emprego regional. Em seguida, vêm o setor industrial, com 153.152 empregos (18,9%), o comércio, com 99.292 (12,2%), a construção civil, com 31.023 (3,8%) e a agropecuária, com 17.264 (2,1%).

Analisando estas informações para os Estados da Região Norte, nota-se que o setor serviços tem peso significativo em todos eles, sobretudo no Acre (83,4%), seguido por Rondônia (69%), Pará (62,5%), Amazonas (59,7%), Roraima (56,0%) e Tocantins (55,3%). No Amapá, o setor tem peso relativamente menor (35,6%), compensado por uma significativa participação do emprego industrial (49,6%). O setor da indústria tem menor participação no emprego nos Estados do Acre e de Roraima, com 6,1% e 8,5% respectivamente. Com maior importância, seguem os Estados de Rondônia (13,9%), Tocantins (14,0%), Pará (17,4%) e Amazonas (24,5%). O emprego no comércio é maior em Roraima e Tocantins, perfazendo 24,9% e 20,7% do emprego estadual, respectivamente. Nos outros Estados, o emprego no comércio apresenta proporções entre 12% a 14%, com destaque para o Acre, onde esta participação é de cerca de 6%. A construção civil tem participação reduzida nestes Estados, só superando cinco pontos percentuais em Roraima (9,5%). O mesmo pode-se dizer da Agropecuária, cuja participação no emprego nestes Estados é bastante reduzida, destacando-se Tocantins, com 5,1%.

Desagregando o setor serviços para a Região Norte, observa-se que 44,5% do emprego setorial concentra-se no subsetor da administração pública direta e autárquica, seguido do subsetor ensino, com 19,4% dos postos de trabalho. Em todos os Estados da Região Norte, o subsetor de administração pública é o que mais concentra postos de trabalho, destacando-se Rondônia, com 68,9% dos empregos neste subsetor, seguido do Amapá, Amazonas, Roraima e Tocantins, com participações de 52% a 54% do emprego estadual. As exceções ficam por conta do Acre, onde a administração pública representa 25,1% e o ensino 52,1% do emprego estadual e do Pará, onde a administração pública e o ensino correspondem a 35,2% e 29,8% dos postos de trabalho estaduais, respectivamente.

Outro subsetor com peso importante no emprego regional é o de transportes e comunicações, em especial no Amapá (13,2%), Tocantins (12,3%) e Amazonas (10,4%). Cabe citar ainda o subsetor de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão, com 11,8% do emprego no Amapá e 17,0% em Roraima. Por fim, o subsetor de serviços médicos, odontológicos e veterinários merece destaque nos Estados do Amazonas (12,3%), Tocantins (11,7%) e Acre (11,1%).

Na indústria da Região Norte, os segmentos com maior participação no emprego são: indústria da madeira e mobiliário (25%); serviços industriais de utilidade pública (17,3%); indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (13,3%) e indústria do material elétrico e de comunicações (11,0%). No Amapá, o setor industrial abriga 49,6% dos empregos existentes, seguido do Amazonas (24,5%), Pará (17,4%), Tocantins (14,0%), Rondônia (13,9%), Roraima (8,5%) e Acre (6,1%).

Desagregando esta informação, nota-se que o subsetor da indústria da madeira e do mobiliário concentra 41,0% dos empregos do Pará, 46,5% de Rondônia e 22,2% de Roraima. Segue-lhe em importância o subsetor de serviços industriais de utilidade pública, com maior concentração de empregos no Amapá (82,0%) e, com importância relativamente menor no Acre (39,3%), Rondônia, (19,5%), Roraima (22,8%) e Tocantins (20,2%). O subsetor da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico apresenta maior importância na oferta de empregos em Roraima (35,8%), Tocantins (25,5%), Pará (16,3%) e Rondônia (14,9%). Por sua vez, os subsetores industriais de material elétrico e de comunicações e da indústria mecânica empregam 31,1% e 11,7% da mão-de-obra, respectivamente, no Amazonas. Cabe destacar ainda o subsetor da indústria de produtos minerais não-metálicos, com alguma significância no Acre (13,3%) e em Roraima (11,8%). Da mesma forma, a indústria extrativa mineral tem algum destaque em Tocantins (13,5%), no Pará (7,3%), em Rondônia (6,6%) e no Amapá (6,4%).

Na região Norte, o emprego no comércio concentra-se no subsetor de comércio varejista (79,2%), sendo que o comércio atacadista conta com 20,8% do emprego setorial. Esse mesmo perfil, grosso modo, verifica-se em todos os Estados da região.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Segundo os dados da Lei 4.923, totalizados para a Região Norte, os setores de atividade econômica que expandiram o emprego, no período 1995-96, foram os serviços, o comércio e a indústria.

O setor serviços gerou, no período, 20.949 novos empregos, destacando-se os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e

televisão (9.526 novos empregos) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (5.629 novos empregos). Foram gerados 13.542 novos empregos no comércio, a maioria no comércio varejista (10.912). Na indústria, foram criados 3.306 novos empregos, destacando-se a indústria do material elétrico e de comunicações (3.256 novos postos de trabalho) e a indústria química e de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões e velas (1.461 novos empregos).

Os subsetores da indústria que apresentaram desempenho marcadamente negativo foram os serviços industriais de utilidade pública (1.286 desligamentos) e a indústria da madeira e do mobiliário (1.386 desligamentos). No setor serviços, o desempenho negativo ocorreu especialmente no subsetor instituições de crédito, seguros e capitalização, com 3.744 desligamentos.

A construção civil apresentou um saldo positivo de 60 admissões e o único setor que registrou retração no emprego foi o da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, com 968 desligamentos.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego na Região Norte eram: grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados, com 28,6% do emprego); grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados, com 23,6% do emprego); e grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas, com 19,3% do emprego). Entre as informações detalhadas para os subgrupos de ocupação, merecem destaque no, grande grupo 3, os agentes de administração pública (42,9%) e os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados (33,1%). No grande grupo 7/8/9, o subgrupo dos trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (24,3%) e, no grande grupo 01, o subgrupo dos professores, com 71,1% do emprego.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Entre 1995-96, segundo os dados da Lei n.º 4.923 totalizados para a Região Norte, os grupos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram o grande grupo 7/8/9, com 10.757 admissões; o grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e assemelhados), com 7.051 admissões, o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e assemelhados), com 5.180 admissões; o grande grupo 3, com 2.469 admissões; grande grupo 0/1, com 1.895 admissões; e o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e assemelhados), com 695 admissões. O único grupo ocupacional em que houve retração do emprego foi o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e assemelhados), com 750 desligamentos.

A análise destas informações desagregadas para os subgrupos de ocupação mostra que a maior expansão do emprego ocorreu nos seguintes segmentos: trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (7.361 admissões); eletricitistas, eletrotécnicos e assemelhados (4.308 admissões); vendedores, empregados de comércio e assemelhados (3.858 admissões); trabalhadores de comércio e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (3.032 admissões); trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados (2.303 admissões); trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (2.287 admissões); e professores (2.284 admissões). Os subgrupos que registraram retração do emprego foram os trabalhadores de tratamento da madeira e de fabricação de papel e papelão (1.575 desligamentos); chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças (1.412 desligamentos); trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (1.014 desligamentos); e gerentes de empresas (642 desligamentos).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacavam na Região Norte eram: professores (26,7%); trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (25,6%); e agentes da administração pública (15,2%). O grupo de base dos professores de ensino de primeiro grau concentra 80,1% do emprego do subgrupo dos professores. No subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados, destacam-se os auxiliares de escritório e assemelhados (47,6%) e os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados (33,8%). Os agentes administrativos representam 86,7% do emprego do subgrupo dos agentes da administração pública.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

A Região Norte apresentou expansão do emprego no conjunto dos subgrupos selecionados da CBO. Os que mais contribuíram para este resultado foram: eletricitistas, eletrotécnicos e assemelhados (4.378 admissões); trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (2.287 admissões); e professores (1.342 admissões). Os segmentos que registraram retração foram os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares (876 desligamentos) e os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e assemelhados (862 desligamentos).

Observando as informações dos grupos de base da CBO selecionados, merecem destaque, entre os segmentos que registraram expansão, os montadores de equipamentos eletrônicos (4.160 admissões), recepcionistas (1.291 admissões) e trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.202 admissões). Dos grupos de base que tiveram retração, destacam-se os auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados (1.031 desligamentos) e os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (808 desligamentos).

RONDÔNIA

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 1994, o Estado de Rondônia apresentou um total de 101.453 empregos, com a seguinte distribuição setorial: serviços, com 69.953 empregos (69,0%); indústria, com 14.134 empregos (13,9%); comércio, com 14.111 empregos (13,9%); construção civil, com 2.601 (2,6%); e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, com 642 empregos (0,6%).

Os empregos nos serviços, principal setor de atividade econômica do Estado, concentram-se (quase 70%) no subsetor administração pública direta e autárquica, que oferece 43.196 postos de trabalho. Cabe ressaltar que, em ambas as mesorregiões que compõem o Estado, este subsetor possui grande importância na oferta de empregos. Na mesorregião Madeira-Guaporé, este subsetor foi responsável por 72,4% das vagas setoriais ofertadas e, na do Leste Rondoniense, por 53,9%. O subsetor transporte e comunicações também se destaca, abrigando 17,3% dos postos de trabalho do setor. Já o subsetor ensino corresponde a apenas 1% do emprego setorial, muito menos que o observado no conjunto da Região Norte (20%).

Desagregando os dados estaduais da indústria, observou-se que são expressivos os pesos dos subsetores indústria de madeira e mobiliário (6.566 empregos, cerca de 45% do setor); serviços industriais de utilidade pública (2.753 empregos, ou 19,5% do setor); e a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (2.109 empregos, ou 14,9% do setor). Na mesorregião do Leste Rondoniense, que possui a maior parte de seu território coberta pela floresta amazônica, os principais subsetores são a indústria de madeira e mobiliário (67,1% dos postos de trabalho industriais) e a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (16,4%). Na mesorregião Madeira-Guaporé, onde há maior concentração populacional e abriga a capital do Estado, destacam-se os subsetores de serviços industriais de utilidade pública, com 2.677 empregos (54,5%), a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, com 593 empregos (12,1%) e, mantendo uma antiga tradição econômica, a indústria de extração mineral, com 444 empregos (9,0%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No que concerne à flutuação de empregos, no período 1995-96, obteve-se um total geral de 65.575 admissões e 56.388 desligamentos, resultando num saldo positivo de 9.287 empregos, distribuídos setorialmente da seguinte maneira: serviços (3.756); comércio (2.878); indústria (2.042); construção civil (492) e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (119).

O crescimento do emprego nos serviços deveu-se, principalmente, à expansão dos postos de trabalho no subsetor comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados, com 5.981 admissões e 4.855 demissões (saldo positivo de 1.126 empregos). A única retração do setor ocorreu nas instituições de crédito, seguros e capitalização, com saldo negativo de 592 postos de trabalho, movimento observado em ambas as mesorregiões. Saliente-se que na do Leste Rondoniense registrou-se crescimento expressivo do emprego nos serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio, televisão (676 novos empregos) e na administração pública direta e autárquica (771), enquanto que na de Madeira-Guaporé, foi significativa a expansão do emprego em ensino (423 novos empregos).

Desagregando o setor industrial, observou-se crescimento significativo do emprego (saldo positivo de 986 novos postos de trabalho) na indústria de madeira e mobiliário, movimento semelhante nas duas mesorregiões. Por outro lado, no subsetor serviços industriais de utilidade pública, observou-se a mais expressiva retração (de 165 postos de trabalho) no Estado e na mesorregião de Madeira-Guaporé, embora na do Leste Rondoniense tenha se registrado pequena expansão de 11 postos de trabalho neste subsetor.

No comércio, observou-se expansão nos dois subsetores que o compõem: no comércio atacadista, de 734 empregos; e no varejista, de 2.144 postos de trabalho, com movimento semelhante nas duas mesorregiões. Na construção civil e na agropecuária registrou-se expansão em todos os domínios geográficos analisados.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Considerando-se a seqüência de agrupamento apresentada pela CBO, observou-se, para o Estado de Rondônia, o seguinte resultado: grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados) com 17.640 empregos (15,9%), sendo que as mesorregiões registraram percentuais aproximados aos do Estado; grande grupo 2 (membros superiores dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário), com 12.855 empregos (11,6%); grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados), com 39.997 empregos (36,1%), o mais importante do Estado; grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e assemelhados), com 6.320 empregos (5,7%); grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e Assemelhados), com 12.254 empregos (11,1%); grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e assemelhados), com 822 empregos (0,7%); e grande grupo 7/8/9 (trabalhadores na produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados), com 20.846 empregos (18,8%).

A desagregação dos setores de atividade econômica, segundo a ordenação numérica estabelecida na CBO, demonstrou que no grande grupo 0/1, o principal subgrupo foi o dos professores, com 12.697 empregos (72,0%), ocorrendo o mesmo em ambas as mesorregiões.

No grande grupo 2, o destacam-se os membros superiores do poder Legislativo, Executivo e Judiciário, com 11.875 empregos (cerca de 90% do grupo), semelhante ao ocorrido na mesorregião de Madeira-Guaporé, enquanto que na do Leste Rondoniense destacaram-se, nesse grande grupo, os gerentes de empresas.

Já no grande grupo 3, dois subgrupos concentraram 85% dos postos de trabalho: o dos agentes de administração pública, com 17.579 empregos (44,0%); e o dos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 16.399 empregos (41,0%). Em ambas as mesorregiões de Rondônia, mais de 60% dos postos de trabalho concentram-se nestes dois subgrupos.

No grande grupo 4, mais de 70% dos empregos concentraram-se no subgrupo vendedores, empregados no comércio e assemelhados, tanto no Estado quanto nas mesorregiões.

O grande grupo 5 agrega grande número de ocupações com baixa qualificação técnica. Destacam-se dois subgrupos: os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados, com 4.266 empregos (34,8%); e os trabalhadores de serviços de proteção e segurança, com 4.573 empregos (37,3%). A situação desses subgrupos é muito semelhante em ambas as mesorregiões, embora na de Madeira-Guaporé tenha havido predominância do subgrupo dos trabalhadores de serviços de proteção e segurança, ao inverso do registrado no Estado e no Leste Rondoniense.

O emprego no grande grupo 6 distribuiu-se de forma bastante diluída entre os subgrupos, podendo ser enfatizados os trabalhadores da pecuária, com 213 empregos (25,9%); os trabalhadores agropecuários polivalentes e assemelhados, com 198 empregos (24,1%) e os trabalhadores florestais, com 147 empregos (17,9%). Na mesorregião Madeira-Guaporé, houve destaque para o subgrupo de trabalhadores agropecuários polivalentes e assemelhados, mas na do Leste Rondoniense, destacou-se o subgrupo dos trabalhadores da pecuária.

Por fim, o grande grupo 7/8/9, composto por vários subgrupos, não apresentou grande concentração do emprego em nenhum deles. Podem-se destacar, porém, os dos trabalhadores de tratamento da madeira, de fabricação de papel e papelão, com 2.885 empregos (13,8%) e dos trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes, com 4.803 empregos (23,0%). A mesorregião do Leste Rondoniense registrou distribuição relativamente próxima à observada para o Estado, porém, na de Madeira-Guaporé, destacou-se o subgrupo dos condutores de veículos de transporte e assemelhados.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Durante o período 1995-96, foram admitidos 60.562 trabalhadores e desligados outros 52.993, o que gerou um saldo positivo de 7.569 novos empregados, segundo os grandes grupos de categorias profissionais.

O grande grupo 7/8/9 foi o que apresentou a maior expansão, com 2.979 novos empregos, seguindo-lhe o grande grupo 4, com 2.256 empregos; o grande grupo 5, com 1.167 empregos; o grande grupo 0/1, com 758 empregos; o grande grupo 6, com 353 empregos e o grande grupo 3, com 118 empregos. Saliente-se que apenas no grande grupo 2 foi registrada redução de emprego (62), no período. A mesorregião do Leste Rondoniense registrou flutuação de empregos semelhante à do Estado, mas a de Madeira-Guaporé apresentou retração expressiva de 404 empregos no grande grupo 3 e crescimento considerável, de 971 empregos, no grande grupo 4.

Ao serem desagregados os grandes grupos da CBO observou-se que, no grande grupo 0/1 a principal expansão, no Estado e nas mesorregiões, foi registrada no subgrupo dos professores (734 empregos). O subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados registrou retração no Estado (46 empregos) e na mesorregião de Madeira-Guaporé (87 empregos), mas cresceu no Leste Rondoniense.

No grande grupo 2, houve retração do emprego, tanto no Estado quanto nas mesorregiões, basicamente em virtude do subgrupo gerentes de empresas. No grande grupo 3, houve acentuada retração (401 empregos) entre os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e assemelhados, tal como nas mesorregiões. A maior expansão ocorreu para os despachantes, fiscais e cobradores de transportes coletivos (exceto trem).

Tanto no Estado quanto nas mesorregiões, o grande grupo 4 concentrou a maior parte de sua expansão nos subgrupos dos vendedores, empregados de comércio e assemelhados e dos trabalhadores no comércio e assemelhados não classificados sob outras epígrafes.

O subgrupo dos trabalhadores em serviços administrativos, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados foi o mais importante do grande grupo 5, apresentando expansão do emprego no Estado e nas mesorregiões.

Quanto ao grande grupo 6, na mesorregião Madeira-Guaporé a expansão de empregos mais importante ocorreu no subgrupo dos trabalhadores agrícolas

especializados (28 empregos), mas no Estado e no Leste Rondoniense foi entre os trabalhadores da pecuária (175 empregos).

No grande grupo 7/8/9, destacou-se, no caso do Estado, a expansão do emprego de trabalhadores não classificados e de trabalhadores da construção civil. Na mesorregião do Leste Rondoniense, o destacaram-se os trabalhadores de tratamento da madeira e de fabricação de papel e papelão e os trabalhadores na preparação de alimentos e bebidas.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em Rondônia, em 1994, os grupos de base mais importantes, em números absolutos, foram:

- trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 10.082 empregos;
- professores de ensino de primeiro grau, com 9.608 empregos;
- agentes administrativos, com 5.656 empregos;
- auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados, com 4.893 empregos.

Dos grupos de base do subgrupo técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados, destacaram-se:

- técnicos de biologia, agronomia e assemelhados, com 576 empregos;
- técnicos de contabilidade, estatística, economia doméstica e administração, com 406 empregos; e
- técnicos de eletricidade, eletrônica e telecomunicações, com 404 empregos

Na mesorregião do Leste Rondoniense, as mesmas categoria profissionais concentraram o maior número de empregos, salientando-se apenas que, no subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados, além dos citados, notabilizou-se o grupo de base de técnicos de obras civis, agrimensura, estradas,

saneamento e assemelhados, com 16,6% dos postos de trabalho do grupo. Na mesorregião de Madeira-Guaporé, além das categorias já mencionadas, merecem destaque os policiais e trabalhadores assemelhados, com 903 postos de trabalho.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre os grupos de base selecionados no Estado, os que apresentaram maiores expansões em seus níveis de emprego foram: professores de ensino de primeiro grau, com 340 empregos; secretários, com 234 empregos; professores de ensino pré-escolar, com 156 empregos; e recepcionistas, com 150 empregos. A maior retração (397 empregos) foi observada para os auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados.

A mesorregião do Leste Rondoniense manteve a mesma dinâmica do Estado, embora com expressiva expansão do emprego entre auxiliares de escritório e assemelhados. A mesorregião de Madeira-Guaporé não apresentou particularidades que a diferenciassem do Estado, no período.

ACRE

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Segundo as informações da Rais, havia, em 31 de dezembro de 1994, 63.768 empregos formais no Estado do Acre. Considerando os setores de atividade econômica e tomando apenas as informações válidas, observa-se que os empregos formais concentravam-se fortemente nos serviços, com 83,4% dos registros. Os demais setores aparecem em proporções inferiores a 10%: indústria e comércio (6,1% cada); agropecuária (3,0%); e construção civil (1,4%).

Quando se desagrega o setor serviços, nota-se grande concentração de empregos formais no subsetor de ensino (52,1%). Devem ser citados, ainda, os subsetores administração pública direta e autárquica (25,1% do setor) e serviços médicos, odontológicos e veterinários (11,1%). Esses três subsetores agrupavam 88,3% dos empregos formais em serviços, no Acre, em 1994. No setor industrial, a maior parte

dos empregos encontrava-se nos serviços industriais de utilidade pública (39,3% do setor), na indústria da madeira e do mobiliário (17,6%) e na indústria de produtos minerais não metálicos (13,3%). Nesses três subsetores encontravam-se 70,2% dos postos de trabalho da indústria acreana, em 1994. A maioria dos empregos formais no comércio eram do comércio varejista, que agregava 82,2% dos postos de trabalho no setor.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, segundo os dados do Caged, do Ministério do Trabalho, foram admitidos 17.309 trabalhadores e demitidos 15.348, com um saldo positivo de 1.961 postos de trabalho. Os segmentos que mais contribuíram para esta expansão foram: comércio varejista (522 postos de trabalho); construção civil (508); serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (322); indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (316) e indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (208). Em contrapartida, observaram-se saldos negativos em alguns subsetores, especialmente nas instituições de crédito, seguros e capitalização (365); nos serviços industriais de utilidade pública (234) e na administração pública direta e autárquica (172).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, o segmento ocupacional com maior representação no Estado do Acre era o grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados), com 34,4% dos empregos formais. Em seguida, vinham o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados), com 26,8% dos empregos formais; o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene, auxiliar de saúde e beleza, segurança e trabalhadores assemelhados), com 25,7%; e o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados), com 8,6%. Os demais grupos ocupacionais totalizam 4,5% dos postos de trabalho, cada um deles com participação inferior a 3%.

Ainda enfocando a situação ocupacional do Estado do Acre, em 1994, a partir das informações da Rais, a desagregação dos dados pelos subgrupos de ocupações permite observar a seguinte distribuição dos postos de trabalho: no grande grupo 0/1, é elevada a concentração de professores (83,9%); no grande grupo 3, destacam-se os agentes de administração pública (58,0%) e os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (21,7%); no grande grupo 5, a maior parte dos postos de trabalho refere-se aos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados (83,5%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, pelas informações da Lei nº 4.923, a expansão dos empregos formais do Acre ocorreu, sobretudo, no grande grupo 7/8/9, no grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e assemelhados) e no grande grupo 5. Desagregando estas informações pelos subgrupos de ocupações, nota-se maior expansão do emprego formal entre os vendedores, empregados de comércio e assemelhados (381 postos de trabalho), os trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (287), os trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes (221) e os despachantes, fiscais e cobradores de transportes coletivos (exceto trem) (218). Ou seja, os grupos ocupacionais que ofereceram maiores chances de inserção profissional foram os relacionados ao setor terciário, com relativamente baixa exigência de qualificação profissional.

Em contrapartida, houve demissões de trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (336 empregos), trabalhadores em serviços de contabilidade, caixas e assemelhados (74) e trabalhadores no tratamento de madeira e fabricação de papel e papelão (50). Dois grandes grupos sofreram retração: o grande grupo 3, que agrega os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados, cujo saldo negativo deveu-se às demissões de trabalhadores de serviços administrativos e de serviços de contabilidade, caixas e assemelhados; e o grande grupo 2, que reúne os membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e

assemelhados, cuja retração deveu-se à diminuição do número de diretores e gerentes de empresas.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

No Estado do Acre, considerados os subgrupos e os grupos de base da CBO selecionados, o mais numeroso era o de professores (39,5%), seguidos pelos agentes de administração pública (29,2%) e pelos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (14,5%). Esses três subgrupos reúnem 83,2% dos postos de trabalho técnicos do Acre, em 1994.

Os professores eram, em 1994, quase todos de ensino de primeiro grau (99,4%). Entre os agentes de administração pública, a quase totalidade concentrava-se no grupo de base de agentes administrativos (95,0%). Dos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados, 64,3% eram auxiliares de escritório e assemelhados. Ressalte-se que os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados, único subgrupo considerado como de ocupações técnicas estrito senso, reunia 1.724 empregados no Acre, em 1994.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, foram registradas 2.895 admissões e 3.264 desligamentos no Estado do Acre, resultando em um saldo negativo de 369 postos de trabalho em ocupações técnicas lato senso.

Os segmentos que mais contribuíram para tal retração foram os subgrupos de trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (336 postos de trabalho), trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e assemelhados (91) e operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados (37). O subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados também apresentou saldo negativo de 25 postos de trabalho. Por outro lado, houve expansão em alguns subgrupos, como os de trabalhadores de serviços de higiene, embelezamento, auxiliar de saúde e

assemelhados (50 postos de trabalho) e de secretários, datilógrafos, estenógrafos e assemelhados (45).

Desagregando essas informações por grupos de base, contata-se que a maior retração ocorreu entre os auxiliares de escritório e assemelhados (289 postos de trabalho), os auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados (89) e os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (88). Quanto aos segmentos que apresentaram saldo positivo, aqueles destacaram-se os grupos de base de recepcionistas (80 postos de trabalho), secretários (45), pessoal de enfermagem e assemelhados - exceto enfermeiros (38) e professores de ensino de primeiro grau (25).

AMAZONAS

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Segundo as informações da Rais havia, em 31 de dezembro de 1994, 216.878 empregos formais no Estado de Amazonas. Considerando os setores de atividade econômica e tomando apenas as informações válidas, observa-se grande concentração de empregos formais em serviços (59,7%), seguidos pela indústria (24,5%), comércio (11,2%), construção civil (4,2%) e agropecuária (0,4%).

No setor serviços, mais da metade dos empregos formais concentra-se na administração pública direta e autárquica (53,8%), além de serviços médicos, odontológicos e veterinários (12,3%) e transporte e comunicações (10,4%). Esses três subsetores representavam 76,5% dos postos de trabalho em serviços, no Estado do Amazonas, em 1994.

No setor industrial os empregos formais concentram-se nas indústrias de material elétrico e de comunicações (31,1%), mecânicas (11,7%), de produtos alimentares, bebidas e álcool etílico (10,3%), químicas e de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e material plástico (8,8%) e da madeira e mobiliário

(8,1%). Nesses cinco subsetores encontravam-se 70% dos empregos formais da indústria amazonense.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, segundo os dados Caged do Ministério do Trabalho, foram admitidos 173.761 trabalhadores e demitidos 157.109, com saldo positivo de 16.652 postos de trabalho. Os segmentos que mais contribuíram para esta expansão foram a indústria de material elétrico e de comunicações (3.032 novos postos de trabalho), o comércio varejista (2.922), os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (2.479), o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (2.422), os transportes e comunicações (2.210) e as indústrias químicas e de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e material plástico (1.269). Em contrapartida, observa-se saldos negativos em alguns subsetores, especialmente os serviços industriais de utilidade pública (880), as instituições de crédito, seguros e capitalização (660), a indústria metalúrgica (333) e a indústria de produtos minerais não metálicos (219).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, o segmento ocupacional com maior representação no Estado do Amazonas era o grande grupo 7/8/9 - trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados -, com 31,7% dos empregos formais. Em seguida, vinham o grande grupo 3 - trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados (23,2%), o grande grupo 0/1 - trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados (21,1%) e o grande grupo 5 - trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene, auxiliar de saúde e beleza, segurança e assemelhados (15,9%). Os demais grupos ocupacionais totalizam 8,2% dos empregos formais, cada um com participação inferior a 5%.

Desagregando estas informações pelos subgrupos de ocupações, é possível observar a distribuição dos postos de trabalho no Estado do Amazonas, em 1994. No grande grupo 7/8/9, destacam-se os trabalhadores braçais não classificados sob

outras epígrafes (28,3%), os eletricitas, eletrotécnicos e assemelhados (19,3%) e os condutores de veículos de transporte e assemelhados (11,6%). No grande grupo 3, os postos de trabalho se concentram entre os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (41,0%) e os agentes de administração pública (31,4%). No grande grupo 0/1, a maioria é de professores (64,3%) e, no grande grupo 5, destacam-se os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados (43,2%) e os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (24,4%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, segundo os dados da Lei n°. 4.923, a expansão nos empregos formais do Amazonas ocorreu devido à ampliação no grande grupo 7/8/9, no grande grupo 5, no grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e assemelhados) e no grande grupo 3.

Ainda com base nos dados da Lei n°. 4.923, constata-se que a maior expansão do emprego deu-se nos subgrupos de eletricitas, eletrotécnicos e assemelhados (4.892 novos postos de trabalho), trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes (2.089), trabalhadores na fabricação de produtos de borracha e plástico (1.514), trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.164), vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (933) e professores (718).

Em contrapartida, houve demissões líquidas em alguns segmentos, tais como os de chefes intermediários administrativos, de contabilidade e finanças (537), trabalhadores na preparação de alimentos e bebidas (286) e trabalhadores no tratamento da madeira e na fabricação de papel e papelão (206). Ressalte-se que o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e assemelhados) apresentou saldo negativo, sobretudo devido ao subgrupo de gerentes de empresas, com eliminação de 216 postos de trabalho.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

No Estado do Amazonas, considerando os subgrupos e os grupos de base da CBO selecionados, o mais numeroso era a de professores (22,6%); seguida pelos trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (21,7%) e pelos eletricitistas, eletrotécnicos e assemelhados (13,3%). Esses três subgrupos reuniam 57,6% dos empregos técnicos no Amazonas, em 1994. Os professores eram, na sua grande maioria (88%), de primeiro grau e a metade dos trabalhadores em serviços administrativos era de auxiliares de escritório e assemelhados. Entre os eletricitistas e eletrotécnicos, 63,7% eram montadores de equipamentos eletrônicos.

Ressalte-se ainda que técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados, único subgrupo considerado como de ocupações técnicas estrito senso, reuniam 6.482 empregados, em 1994.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, houve expansão dos empregos em ocupações técnicas lato senso no Estado do Amazonas, pois foram registrados 53.778 admissões e 47.177 desligamentos, resultando em um saldo positivo de 6.601 postos de trabalho.

Os segmentos que mais contribuíram para tal expansão foram os subgrupos de eletricitistas, eletrotécnicos e assemelhados (4.909 novos postos de trabalho) e de trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.164). Por outro lado, houve retração em alguns subgrupos, como os de operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (64) e operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados (61). No subgrupo de Técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados, houve retração de 50 postos de trabalho.

Desagregando-se essas informações pelos chamados grupos de base, constata-se que a maior expansão ocorreu entre Montadores de equipamentos eletrônicos, com saldo positivo de 4.095 empregos. Quanto aos segmentos que apresentaram

retração destacam-se os reparadores de equipamentos elétricos e eletrônicos (com saldo negativo de 283 postos de trabalho), os técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (88) e Operadores de máquinas-ferramentas - produção em série (87).

RORAIMA

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 1994, os empregos existentes no Estado de Roraima estavam setorialmente distribuídos da seguinte maneira: serviços, com 56,0%; comércio, com 24,9%; construção civil, com 9,5%; indústria, com 8,5%; e Agropecuária, com 1,0%.

A mesorregião do Norte de Roraima apresentou a mesma distribuição observada no conjunto do Estado Já na mesorregião do Sul, a estrutura setorial do emprego era: construção civil (37,6%), serviços (30,4%), comércio (16,8%), indústria (14,8%) e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (0,4%).

A mesorregião do Sul de Roraima, que inclui as microrregiões de Caracará e Sudeste de Roraima, possui grande parte do seu território coberto pela floresta amazônica. No que se refere às atividades econômicas, podem ser destacadas a pecuária, a mais organizada do Estado, e o extrativismo vegetal, particularmente de madeira e castanha-do-pará. Quanto ao trabalho formal registrou-se, em 1994, a seguinte distribuição: construção civil (37,6%), serviços (30,4%), comércio (16,8%), indústria (14,8%) e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (0,4%).

A distribuição do emprego segundo subsetores de atividade econômica mostra que, no âmbito do setor de serviços, destacam-se os serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio e televisão (17,0%) e a administração pública direta e autárquica (52,8%). A mesorregião do Norte de Roraima apresentou característica semelhante, com estes dois subsetores perfazendo 70,3% dos postos de trabalho. Já na mesorregião do Sul de Roraima, os serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio e televisão são responsáveis por

32,9% dos empregos, mas mais importantes eram as instituições de crédito, seguros e capitalização, com 55,3% dos empregos.

O comércio manteve a distribuição padrão de 79,1% dos empregos no comércio varejista e 20,9% no comércio atacadista. Na construção civil, havia 886 postos de trabalho, naquele ano. Na indústria, observou-se que os principais subsetores no Estado eram: a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (35,8%); os serviços industriais de utilidade pública (22,8%); a indústria da madeira e mobiliário (22,2%) e a indústria de produtos minerais não-metálicos (11,8%). A mesorregião do Norte de Roraima apresentou distribuição semelhante à do conjunto do Estado, mas na mesorregião do Sul de Roraima, todos os empregos industriais pertenciam à indústria da madeira e do mobiliário.

O emprego industrial representou apenas 8,5% do total dos empregos no Estado e na mesorregião Norte, em 1994, mas, na mesorregião de Sul de Roraima, seu percentual foi pouco mais expressivo (14,8%). Ao desagregar o emprego neste setor, observa-se que os principais subsetores foram: a indústria de produtos alimentares, bebidas e álcool etílico, com 284 empregos (34,5%); os serviços industriais de utilidade pública, com 181 empregos (23,9%); e a indústria da Madeira e Mobiliário, com 139 empregos (18,4%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

A análise da flutuação dos empregos no período 1995-96 mostra ter havido 13.224 admissões e 10.672 desligamentos, em Roraima, o que equivale a um saldo positivo de 2.552 empregos. A evolução do emprego segundo setores de atividade econômica foi a seguinte: no comércio foram criados 1.233 novos empregos; nos serviços, 786; na construção civil, 267; na indústria, 234 empregos; e na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, 32.

A mesorregião do Norte de Roraima apresentou de flutuação de empregos semelhante ao Estado: geração de 1.200 empregos no comércio; 756 nos serviços; 305 na construção civil; 226 na indústria; e 31 na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Na mesorregião Sul de Roraima, o comportamento foi distinto:

redução de 38 empregos na construção civil, geração de 33 postos nos serviços e no comércio e relativa estabilidade nos demais setores.

Ao se desagregar cada setor de atividade, nota-se que, na indústria, a maioria dos empregos foram gerados nos serviços industriais de utilidade pública (219). Na indústria da madeira e do mobiliário, houve retração de 85 empregos. A mesorregião Norte de Roraima apresentou comportamento semelhante ao do total do Estado e, na mesorregião Sul de Roraima, registrou-se apenas a expansão de 8 empregos na indústria madeireira.

Em Roraima, no comércio varejista, foram registradas 3.971 admissões e 2.812 desligamentos (saldo positivo de 1.159 empregos) e, no comércio atacadista, 630 admissões e 556 demissões (saldo positivo de 74 empregos), movimento semelhante foi observado em ambas as mesorregiões do Estado.

A expansão do emprego nos serviços ocorreu principalmente nos subsetores de transporte e comunicações (865 admissões e 482 demissões), serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (2.373 admissões e 2.021 desligamentos) e o ensino (266 admissões e 160 desligamentos). Na mesorregião Norte de Roraima, observou-se comportamento semelhante ao do conjunto do Estado, mas na mesorregião Sul teve maior expressão o crescimento do emprego no subsetor de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

A análise da distribuição do emprego segundo grandes grupos ocupacionais, em 1994, mostra que o total de 20.215 empregos existentes em Roraima estava assim distribuído: 4,0% no grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados); 17,2% no grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e assemelhados); 48,2% no grande grupo 3 (trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados); 5,5% no grande grupo 4 (trabalhadores no comércio e assemelhados); 14,4% no grande grupo 5 (trabalhadores em serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e

embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e assemelhados); 0,5% no grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e assemelhados); e 10,2% no grande grupo 7/8/9 (trabalhadores na produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados).

Ao se desagregar os grandes grupos de atividade econômica, observou-se que, no grande grupo 0/1, foram dois os subgrupos que se destacaram no Estado: os professores, com 325 empregados (40,3%) e os técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados, com 184 empregados (22,8%). A mesorregião Norte de Roraima, mais uma vez, notabilizou-se pela similitude com o Estado, mas na mesorregião Sul de Roraima, 50,0% dos postos de trabalho eram do no subsetor de técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados.

No grande grupo 2 era expressiva a concentração no subgrupo membros do poder Legislativo, Executivo e Judiciário, com 3.331 empregados (95,9%), tal como na mesorregião Norte de Roraima (95,9%), mas na mesorregião Sul de Roraima houve registro de apenas 3 empregos no subgrupo gerentes de empresas.

O grande grupo 3 compunha-se basicamente de dois subgrupos: agentes da administração pública, com 7.512 empregados (77,0%) e trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 1.312 empregados (13,5%). Cerca de 90% dos postos de trabalho registrados na mesorregião Norte de Roraima foram notificados nos mesmos subgrupos do Estado, mas, na mesorregião Sul de Roraima cerca de 70% dos empregos eram de trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes.

grande grupo 4 - Trabalhadores de comércio e Trabalhadores Assemelhados - Vendedores, Empregados de comércio e Trabalhadores Assemelhados alcançou a cifra de 853 empregos (76,8%), seguido por Trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados não classificados sobre outras epígrafes com 15,6% dos empregos; a mesorregião de Norte de Roraima teve mais de 90% dos empregos nos mesmos Subgrupos, mas a mesorregião de Sul de Roraima 90% dos empregos

foram registrados em Vendedores, Empregados de comércio e Trabalhadores Assemelhados.

No grande grupo 5, destacaram-se os subgrupos de trabalhadores em serviços de proteção e segurança, com 1.620 empregados (55,6%) e de trabalhadores em serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados, com 880 empregados (30,2%) Distribuição semelhante foi encontrada nas duas mesorregiões.

O emprego no grande grupo 6 concentrava-se nos trabalhadores da Pecuária, com 63 empregos (62,4%), que deve estar sub-representado diante do elevado grau de informalidade que vigora neste subgrupo. Na mesorregião Norte, não há diferenças substantivas em relação ao conjunto do Estado, mas na Sul de Roraima, os trabalhadores florestais mostraram-se mais importantes, com 66,7% dos empregos.

No grande grupo 7/8/9, destacaram-se: os condutores de veículos de transporte e assemelhados, com 517 empregados (25,1%); os trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes, com 398 empregados (19,3%); e os trabalhadores da construção civil e assemelhados, com 218 empregos (10,6%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Entre 1995 e 1996, houve em Roraima 11.426 admissões e 9.269 demissões, resultando no saldo positivo de 2.157 empregos. Em todos os grandes grupos houve expansão do emprego: grande grupo 0/1, mais 128 empregos; grande grupo 2, mais 4 empregos; grande grupo 3, mais 260 empregos; grande grupo 4, mais 244 empregos; grande grupo 5, mais 299 empregos; grande grupo 6, mais 28 empregos; e grande grupo 7/8/9, mais 1.194 postos de trabalho.

Desagregando os grandes grupos com maiores movimentações, chegou-se aos seguintes resultados: grande grupo 0/1, crescimento do emprego concentrado em professores (50) e técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados (39); grande grupo 3, destaque para os despachantes, fiscais e cobradores de transportes (131) e trabalhadores nos serviços administrativos e assemelhados (101); grande grupo 4, destaque para o subgrupo vendedores, empregados no comércio e assemelhados

(154); grande grupo 5, destaque para os trabalhadores em serviços de proteção e segurança (106); e grande grupo 7/8/9, destaque para os trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes (466) e os trabalhadores da construção civil e assemelhados (199).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre os subgrupos selecionados, representativos das ocupações técnicas "lato senso", mereceram algum destaque os seguintes: agentes da administração pública, com 1.491 empregos (27,7%); trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 1.312 empregos (24,4%); e trabalhadores em serviços de proteção e segurança, com 1.251 empregos (23,3%).

No subgrupo agentes da administração pública, destacam-se os grupos de base dos agentes administrativos, com 1.204 empregos (80,8% do subgrupo) e o soa agentes superiores da polícia, com 246 empregos (16,5%).

No subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes, destacam-se os auxiliares de escritório e assemelhados, com 808 empregos (61,6% do subgrupo), e os trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados, com 201 empregos (15,3%).

Já o subgrupo de trabalhadores de serviços de proteção e segurança concentrava-se no grupo de base de policiais e assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 1.247 empregos, praticamente a totalidade do subgrupo.

Cabe ressaltar que Roraima possui, comparativamente aos outros Estados da Federação, um número proporcionalmente pequeno de professores, em particular de ensino de primeiro grau.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Não foram registradas movimentações importantes em Roraima, no período 1995-96, segundo os subgrupos selecionados. No geral, houve expansão de 351 empregos, resultado de 2.561 admissões e 2.210 desligamentos. Os subgrupos que

apresentaram maiores expansões líquidas em seus níveis de emprego foram: os trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (101 novos empregos); os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares (76); e os professores (43). A maior retração ocorreu entre os telefonistas, telegrafistas e assemelhados (22).

Ao ser desagregado o subgrupo trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados identificou-se que os grupos de base de recepcionistas teve saldo de 42 empregos e o de trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados, com saldo de 38 empregos.

O crescimento do emprego no subgrupo trabalhadores de máquinas fixas e equipamentos similares foi concentrado no grupo de base operadores de instalações de produção de energia elétrica e nuclear que apresentou saldo de 75 empregos.

No subgrupo de professores, ocorreu algo pouco comum nos dados gerais do país: a relativa estabilidade do número de professores de primeiro grau (menos 1 emprego) e o crescimento entre os professores de ensino pré-escolar (38 novos empregos).

PARÁ

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, o Estado do Pará contava com 365.046 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais. Este contingente estava concentrado na mesorregião Metropolitana de Belém, com 278.153 empregados (76,2%). Os outros 23,8% do emprego formal estavam distribuídos entre as demais mesorregiões do Estado, da seguinte forma: a mesorregião do Sudeste Paraense contava com 35.295 empregados (9,7%); a do Baixo Amazonas com 21.992 empregados (6%); a do Nordeste Paraense com 18.717 empregados (5,1%); a do Marajó com 5.528 empregados (1,5%) e a do Sudoeste Paraense com 5.361 empregados (1,5%).

Esta informação, quando desagregada para os setores da atividade econômica, mostra a elevada participação do setor serviços (62,5%) no conjunto do emprego estadual. Em seguida, vêm os setores indústria (17,4%), comércio (12,7%), construção civil (4,1%) e a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (3,3%).

Desagregando-se o setor serviços para o conjunto do Estado do Pará, destacam-se os subsetores da administração pública direta e autárquica, com 35,2% do emprego e o ensino, com 29,8%.

No setor indústria, os segmentos que têm maior peso no emprego estadual são os da indústria da madeira e do mobiliário (com 41% de participação) e da indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (com 16,3%).

Analisando-se estas informações distribuídas pelas mesorregiões, observa-se que as do Sudeste Paraense e Marajó têm um perfil diferente do restante do Estado, pois nelas o emprego formal concentra-se sobretudo na indústria, com 45,1% e 68,4%, respectivamente, do emprego regional. Nestas mesorregiões, o setor serviços fica numa posição secundária, com 29,7% do emprego na mesorregião do Sudeste Paraense e 18,5% do emprego na de Marajó.

Nas mesorregiões Metropolitana de Belém e Sudoeste Paraense, o setor comércio é o segundo mais importante, com 13,1% e 20,8%, respectivamente, do emprego regional. Nestas mesorregiões, a indústria ocupa o terceiro lugar, com 11,8% do emprego na mesorregião Metropolitana de Belém e 16,7% na do Sudoeste Paraense.

No setor agropecuária, extração vegetal, caça e pesca merecem, destaque as mesorregiões do Sudeste Paraense, do Nordeste Paraense e do Marajó, que contam com 6,3%, 10,8% e 8,1%, respectivamente, do emprego regional, índices superiores à participação do setor no conjunto do emprego do Estado (3,3%).

A única mesorregião em que a construção civil supera os 5% do emprego é a do Sudeste Paraense (7,1%). Na mesorregião de Marajó, o setor da construção civil não tem participação no emprego.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Nos anos 1995-96, segundo dados do Caged totalizados para o Estado do Pará, houve expansão do emprego no setor serviços, com um saldo de 7.811 admissões. Os subsetores que mais contribuíram para este resultado foram os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (4.712 novos empregos), os serviços médicos, odontológicos e veterinários (1.565 novos empregos) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (1.498 novos empregos). A mesorregião Metropolitana de Belém concentrou cerca de 71% destes novos empregos (5.543). Merece destaque também a mesorregião do Sudeste Paraense, que contribuiu com 1.389 novos empregos no setor serviços.

A indústria registrou retração do emprego com a perda de 4.072 postos de trabalho no conjunto do Estado. Os subsetores que mais contribuíram para este desempenho foram a indústria da madeira e do mobiliário (2.774 perdas) e a indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (871 perdas). As mesorregiões que mais contribuíram para este resultado foram a Metropolitana de Belém (2.184 perdas) e a do Baixo Amazonas (1.205 perdas).

O setor comércio também registrou expansão do emprego, com 2.754 novos empregos, 91,5% dos quais no comércio varejista (2.521). A mesorregião Metropolitana de Belém concentrou cerca de 60,7% do total destes novos empregos gerados (1.671). Destaca-se, também, a mesorregião do Sudeste Paraense, que contribuiu com 614 novos empregos.

O setor da construção civil também registrou retração do emprego, com a perda de 1.637 postos de trabalho. As mesorregiões que mais contribuíram para este resultado foram a do Sudeste Paraense (1.327 perdas) e a Metropolitana de Belém (761 perdas).

A agropecuária, extração vegetal, caça e pesca sofreu retração no período, registrando eliminação de 1.307 empregos. As mesorregiões que perderam mais postos de trabalho foram as do Sudeste Paraense (395 perdas), Metropolitana de Belém (375 perdas) e a do Nordeste Paraense (286 perdas).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado do Pará foram os seguintes: grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 27,4% do total; grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 24,4% do total; grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 18,9% do total; e grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), com 18,7% do total.

O grande grupo 3 é o principal grupo ocupacional da mesorregião Metropolitana de Belém, contando com 30,6% do emprego regional. Observando-se as informações detalhadas para os subgrupos de ocupação, merecem destaque, neste grande grupo, para o conjunto do Estado, os agentes da administração pública (39,9%) e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (31,8%).

A participação do grande grupo 7/8/9 no emprego das cinco mesorregiões em que aparece como principal segmento é a seguinte: Sudeste Paraense (49,2%); Baixo Amazonas (32%); Nordeste Paraense (26,5%); Marajó (66,4%); e Sudoeste Paraense (25,2%). No total do Estado, os subgrupos que se destacam são os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (23,5%), os condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (14,9%) e os trabalhadores de tratamento de madeira e de fabricação de papel e papelão (10%).

Para o conjunto do Estado, os segmentos que merecem destaque no grande grupo 5 são os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (39,9%) e os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (36,5%).

No grande grupo 0/1, o segmento dos professores é o que mais se destaca no Estado, (72,6%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Nos anos 1995-96, o segmento ocupacional que, no conjunto do Estado do Pará, registrou maior retração do emprego foi o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 4.331 perdas. Os subgrupos que mais contribuíram para este resultado foram os trabalhadores de tratamento da madeira e de fabricação de papel e papelão (1.589 perdas), os trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (1.467 perdas) e os encanadores, soldadores, chapeadores, caldeireiros e montadores de estruturas metálicas (1.028 perdas). Cerca de 75% dos postos de trabalho excluídos concentravam-se na mesorregião Metropolitana de Belém (3.341 perdas). Merecem destaque, também, a mesorregião do Sudeste Paraense e a de Marajó, que eliminaram 888 e 386 empregos, respectivamente.

O grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados) registrou expansão do emprego, com a criação de 2.022 novos empregos, destacando-se o subgrupo dos trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, que contribuiu com 1.352 novos empregos. Este resultado positivo foi observado em todas as mesorregiões, com destaque para a Metropolitana de Belém, com 1.500 novos empregos.

O grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) contou com 820 novos empregos, destacando-se o subgrupo dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (790 novos empregos). A mesorregião que mais contribuiu para esta expansão foi a Metropolitana de Belém, com 1.012 novos empregos. Apesar do desempenho geral positivo deste grupo ocupacional, as mesorregiões do Baixo Amazonas, de Marajó e do Sudoeste Paraense registraram um saldo negativo, com 358, 22 e 15 empregos excluídos, respectivamente.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram no Estado do Pará foram os professores (31,9%), os trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes (26,3%) e os agentes da administração pública (12,4%), os quais também se destacam, com pesos diferentes, nas mesorregiões Metropolitana de Belém, do Nordeste Paraense, de Marajó e do Sudoeste Paraense.

Detalhando-se as informações para os grupos de base selecionados, é possível observar que, os professores de ensino de primeiro grau detêm 65,4% do emprego no subgrupo dos professores. Este grupo de base tem peso significativo em todas as mesorregiões do Estado do Pará, mas na Metropolitana de Belém destaca-se também o segmento dos professores e instrutores de formação profissional (40,5%).

No subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes, os segmentos que têm maior peso no emprego são os auxiliares de escritório (50,5%) e os trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes (29,6%). Esta participação ocorre em todas as mesorregiões, apresentando pesos diferenciados, exceto nas do Sudeste Paraense e do Sudoeste Paraense.

No subgrupo dos agentes da administração pública, 84,5% do emprego está concentrado no segmento dos agentes administrativos. Esta situação se repete em todas as mesorregiões do Estado.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Os subgrupos selecionados da CBO no Estado do Pará registraram retração do emprego, com um saldo negativo de 631 postos de trabalho. Os subgrupos que registraram maiores perdas foram os operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (659), os eletricitas e eletrotécnicos (498), os técnicos e desenhistas técnicos (456) e os trabalhadores de serviços de contabilidade e caixas (439). Dos subgrupos selecionados que registraram expansão do emprego, destacam-se os

trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes (952) e os professores (541).

Analisando-se as informações desagregadas para os grupos de base da CBO selecionados, merecem destaque, entre os segmentos que registraram retração do emprego, os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (622 perdas), os auxiliares de contabilidade e caixas (492), os instaladores e reparadores de equipamentos e aparelhos de telecomunicações (256), os instaladores e reparadores de linhas elétricas e de telecomunicações (233) e os mecânicos de manutenção de máquinas (228). Dos grupos de base selecionados que registraram expansão do emprego, os principais são os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (687 novos empregos), os recepcionistas (626) e os professores de ensino de primeiro grau (370).

Na mesorregião Metropolitana de Belém, merecem destaque, entre aqueles segmentos que registraram retração do emprego, os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (525 perdas), os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (314 perdas), os instaladores e reparadores de equipamentos e aparelhos de telecomunicações (255 perdas) e os instaladores e reparadores de linhas elétricas e de telecomunicações (248 perdas). Entre os grupos de base selecionados que expandiram o emprego, sobressaem-se os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (707), os recepcionistas (503) e os professores de ensino de primeiro grau (362).

AMAPÁ

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, o Estado do Amapá contava com 28.219 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais . Este contingente concentrava-se na mesorregião do Sul do Amapá, com 28.080 empregados (99,5%).

A análise segundo os setores da atividade econômica mostra a elevada participação do setor indústria (49,6%) no conjunto do emprego estadual. Em seguida, vêm os setores serviços (35,6%), comércio (9,8%), construção civil (4,4%) e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (0,5%).

Desagregando-se o setor indústria para o conjunto do Estado do Amapá, verifica-se que 82% do emprego setorial está concentrado no subsetor dos serviços industriais de utilidade pública.

Nos serviços, o segmento administração pública direta e autárquica responde pela maior parte do emprego no setor (52,4%), seguido do comércio e administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos especializados (12,9%), transportes e comunicações (13,2%) e serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (11,8%).

O comércio varejista é responsável por 89,5% do emprego do setor comércio, e o atacadista pelos outros 10,5%.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, segundo os dados da Lei nº 4.923 totalizados para o Estado do Amapá, houve expansão do emprego no setor serviços, que contou com saldo de 1.205 admissões. Os subsetores que mais contribuíram para este resultado foram os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (697 novos empregos) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (507 novos empregos). Apesar do desempenho geral positivo do setor, o segmento da administração pública direta e autárquica registrou uma perda de 760 empregos, no período.

O setor comércio também registrou expansão do emprego, com um saldo de 1.736 admissões, 94,6% das quais no comércio varejista (1.643 novos empregos).

A indústria foi o único setor que registrou retração do emprego, com um saldo negativo de 135 postos de trabalho no conjunto do Estado. Os subsetores que mais

contribuíram para este desempenho foram a indústria extrativa mineral (439 perdas) e a indústria do papel, papelão, editorial e gráfica (208 perdas).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado do Amapá foram os seguintes: grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) com 43,8% do total; grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados) com 14,9% do emprego; grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados) com 14% do total; e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 10,8% do emprego. Estes quatro grandes grupos destacam-se com pesos semelhantes na mesorregião do Sul do Amapá, enquanto na do Norte do Amapá somente os grandes grupos 3, 5 e 7/8/9 possuem importância, ficando com 34%, 26,4% e 17,9%, respectivamente, do emprego regional.

Observando-se as informações estaduais detalhadas para os subgrupos de ocupação, merecem destaque, no grande grupo 3, agentes da administração pública (76,2%). No grande grupo 7/8/9, se destacam os condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (22,1%), trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (14%) e dos trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados (13,7%). O segmento que tem maior peso no grande grupo 2, é o dos membros superiores dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (94,8%).

No grande grupo 5, destacam-se os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (38,4%) e os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (37,5%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Nos anos 1995-96, segundo os dados da Lei nº 4.923, o grupo ocupacional que, no conjunto do Estado do Amapá, registrou maior expansão do emprego foi o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 940 novos empregos. Contribuíram para este resultado os subgrupos dos trabalhadores de serviços de proteção e segurança (800 novos empregos) e dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (140 novos empregos).

O grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados) contou com 594 novos empregos. O subgrupo de atividade que mais contribuiu para este resultado foi o dos trabalhadores não classificados sob outras epígrafes, com 523 novos empregos.

O grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) também expandiu o emprego, com 449 novos postos de trabalho. Contribuíram para este resultado os subgrupos dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (354 novos empregos) e dos despachantes, fiscais e cobradores de transportes coletivos (exceto trem) (208 novos empregos).

O grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados) registrou retração do emprego, com um saldo negativo de 164 postos. O subgrupo dos professores foi o que mais contribuiu para este resultado, eliminação de 102 empregos. As duas mesorregiões apresentaram um saldo negativo, no entanto a do Sul do Amapá perdeu 160 postos de trabalho.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram no Estado do Amapá foram os agentes da administração pública (45,6%) e os trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras

epígrafes (20,2%). Os agentes administrativos concentram 85% do emprego do subgrupo dos agentes da administração pública.

No subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes, destacaram-se os auxiliares de escritório (55,4%) e os trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem (20,1%).

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Os subgrupos selecionados da CBO no Estado do Amapá registraram retração do emprego, com um saldo negativo de 20 postos de trabalho. Os subgrupos que apresentaram maiores perdas de empregos foram os professores, com (saldo de 154 desligamentos), e os operadores de máquinas fixas e equipamentos similares, (112). Dos subgrupos que expandiram o emprego, o principal é o dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, (saldo de 364 admissões).

Analisando-se as informações desagregadas para os grupos de base da CBO selecionados, observa-se que os segmentos que eliminaram emprego foram o dos professores de ensino de primeiro grau (152 perdas) e o dos operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (97 perdas). Dos grupos de base selecionados que aumentaram o emprego, destacam-se os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (108 novos postos) e os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (104 novos empregos).

TOCANTINS

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

A partir das informações da Rais, havia, 27.011 empregos formais no Estado de Tocantins, em 31 de dezembro de 1994. Considerando-se os setores de atividade econômica e tomando-se apenas as informações válidas, observa-se, grande concentração no setor serviços (55,3%), seguido pelo comércio (20,7%), indústria

(14,0%), agropecuária, extração vegetal , caça e pesca (5,1%) e construção civil (4,9%).

Quando se desagrega o setor serviços, verifica-se que mais da metade dos empregos formais estão na administração pública direta e autárquica (52,0% do setor), além de transporte e comunicações (12,3%) e serviços médicos, odontológicos e veterinários (11,7%). Esses três subsetores são responsáveis por 76,0% dos postos de trabalho em serviços, no Estado de Tocantins.

O setor comércio é bastante concentrado, com 82,3% dos postos de trabalho no comércio varejista.

Na indústria, quase a metade dos empregos encontravam-se, em 1994, na indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico e em serviços industriais de utilidade pública (25,5% e 20,2%, respectivamente).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, segundo os dados do Caged, foram admitidos 198 trabalhadores e demitidos 243, em Tocantins com saldo negativo de 45 postos de trabalho.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

No Estado de Tocantins, em 31/12/1994 o segmento ocupacional com maior representação no Estado era o grande grupo 3, de (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) com 31,1% dos empregos. Em seguida, vinham o grande grupo 7/8/9, (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 22,2% do emprego; e o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene, auxiliar de saúde e beleza, segurança e trabalhadores assemelhados), com 15,9% do emprego.

No grande grupo 3, destacam-se os subgrupos de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (40,1%) e de agentes de administração pública (24,7%). No grande grupo

7/8/9, os principais subgrupos são os de condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (21,9%) e o de trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (10,7%). No grande grupo 5, há concentração de ocupações nos subgrupos de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (42,4%), de trabalhadores de serviços de proteção e segurança (23,1%) e de cozinheiros, garçons, barman e trabalhadores assemelhados (20,4%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No Estado de Tocantins, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, houve retração do emprego no Estado de Tocantins, sobretudo, em função do desempenho, do grande grupo 5, do grande grupo 7/8/9 e no grande grupo 6. Nos subgrupos de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (saldo de 30 postos de trabalho), de operadores de máquinas e implementos de agricultura, pecuária e exploração florestal (saldo negativo de 10), além de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados e de trabalhadores de curtimento, com saldo negativo de 7 postos de trabalho cada. Em contrapartida, houve expansão em alguns segmentos, tais como o de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (com saldo positivo de 12 postos de trabalho) o de telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados (saldo positivo de 7).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

No Estado de Tocantins, em 1994, dentre os subgrupos da CBO correspondente, o segmento mais numeroso era o de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (35,9%), seguido pelos professores (16,1%). Os trabalhadores de serviços administrativos eram, sobretudo, auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (60,7% do subgrupo) e os professores pertenciam principalmente, ao ensino de primeiro grau (91,5% do subgrupo).

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, foram registrados 51 admissões e 39 demissões em ocupações técnicas lato senso, resultando em saldo positivo de 12 postos de trabalho.

REGIÃO NORDESTE

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994 a Região Nordeste contava com 3.396.998 empregados. Segundo os setores da atividade econômica, observa-se a elevada participação do setor serviços (61,1%) no conjunto do emprego regional. Em seguida, vêm os setores indústria (18,1%), comércio (12,1%), construção civil (4,9%) e a agropecuária, com algo próximo a 4,5%.

Analisando-se estas informações para os Estados da Região do Nordeste, nota-se que o setor serviços tem peso significativo em todas eles, sobretudo nos Estados do Piauí, Maranhão e Paraíba, com aproximadamente 70% do emprego. Nos demais Estados da Região, o estoque de emprego existente aproxima-se do observado para a região (aproximadamente 60%).

Pouco mais de um quinto do emprego existente nos Estados do Ceará, Pernambuco e Alagoas é de responsabilidade do setor indústria. Os outros Estados da região, embora apresentem menor participação do emprego industrial, possuem uma distribuição do emprego setorial mais equilibrada, com destaque para o Estado da Bahia, que registra percentuais de emprego superiores aos observados na região tanto para a indústria como para os demais setores de atividade.

Desagregando-se os dados para o setor serviços, nota-se que a Região Nordeste teve, no subsetor da administração pública direta, o principal empregador, com cerca de 60% do emprego regional. Este percentual se distribui entre os Estados da região

de forma bastante diferenciada, variando de 41,5% a quase 77%. Sergipe é Estado que menos emprega e Piauí é o que mais emprega.

No setor indústria, os segmentos que tiveram maior peso no emprego na Região Nordeste foram: indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (17,5%); indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (36,1%); serviços industriais de utilidade pública (13,3%); indústria química e de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e material plástico (17,1%). Este último subsetor de atividade econômica tem maior peso relativo no emprego na indústria do Estado da Bahia (13,9%). Nos demais Estados, a participação está numa posição de intermediária a quase nula. O subsetor indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico foi o mais pujante, do ponto de vista de absorção de mão-de-obra, nos Estados de Alagoas, Paraíba e de Pernambuco, com 77,0%, 34,0% e 47,1%, respectivamente, do emprego setorial. O subsetor têxtil e do vestuário apresenta maior participação relativa no emprego setorial nos Estados do Ceará (31%) e de Sergipe (32,0%), sendo menos significativa no Estado do Maranhão (4,8%). Os serviços industriais de utilidade pública tiveram posição de destaque na geração de emprego na região. Os Estados do Maranhão (24%) e do Piauí (20%) foram os que mais empregaram.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-1996 a Região Nordeste registrou 2.264.157 admissões e 2.130.040 desligamentos, apresentando uma expansão de 134.117 postos de trabalho. Contribuíram para esse desempenho os setores de serviços, comércio e da construção civil. No entanto, tal performance não foi melhor porque os setores da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca e a indústria eliminaram cerca de 10.000 postos de trabalho.

A expansão do emprego, na Região Nordeste se deu nos setores serviços (77.000 admissões), comércio (53.443 admissões) e construção civil (13.938 admissões). A Bahia foi o único Estado da região que eliminou postos de trabalho no setor da construção da civil, mas foi o que mais empregou no setor serviços. Pernambuco

obteve a supremacia na economia regional ao empregar quase 13 mil trabalhadores no comércio.

Os subsetores que mais contribuíram para o desempenho positivo na economia regional do setor serviços foram os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (42.520 admissões) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (25.129 admissões). Os Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco foram os que mais ampliaram o nível de emprego nesses dois subsetores.

O subsetor instituições de crédito, seguros e capitalização registrou retração do emprego, com 15.241 desligamentos, a despeito do desempenho geral positivo do setor serviços. Neste subsetor não há exceção, pois todos os Estados da região eliminaram postos líquidos de trabalho. O Estado da Bahia foi o destaque negativo, eliminando cerca de 5 mil postos de trabalho, mais que o dobro da performance dos Estados do Ceará e Pernambuco.

Quatro Estados da Região Nordeste (Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco) foram os responsáveis pelo desempenho negativo do emprego no setor indústria, com 602 desligamentos líquidos. Só o Estado de Pernambuco eliminou quase 12 mil postos de trabalho, neutralizando praticamente o bom desempenho dos Estados do Ceará (7.356 novos postos de trabalho) e da Paraíba (3.684 novos postos de trabalho).

Os subsetores industriais que mais contribuíram para o desempenho negativo foram a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (5.909 desligamentos), os serviços industriais de utilidade pública (5.767 desligamentos) e a indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (4.550 desligamentos). Apesar deste saldo geral negativo do setor, a indústria de calçados contou com 7.975 admissões.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

A Região Nordeste possuía 3.537.272 postos de trabalho, os quais se distribuíam, segundo os grandes grupos da CBO, principalmente no grande grupo 3

(trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), que tem maior peso no emprego regional, com 27,8%. Os principais subgrupos são os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (38,5%) e os agentes da administração pública (38,2%). Em seguida, vem o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 22,1% do emprego, destacando-se os seguintes subgrupos: trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (18,5%); condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (15,3%); e trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados (12,5%). No grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), que representa 17% do emprego regional, destacam-se os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (46,7%) e os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (23,2%).

A espacialização do emprego por Estado da região nordestina mostra que o Estado do Maranhão e o Rio Grande do Norte tiveram participação igual à média regional no grande grupo 3, algo próximo a 43%. Nos grandes grupos 5 e 7/8/9, não há dispersão significativa do emprego entre os Estados, sendo que a variação no entorno da média regional (22,1%) é de 4 pontos percentuais. O Piauí participa com 30% do emprego no grande grupo 1, quase o dobro do observado para a região (16%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No biênio 1995-96, a região nordestina registrou a admissão de 2.056.413 trabalhadores e o desligamento de 1.960.987, resultando num saldo positivo de 105.516 empregos. Quase 50% desse saldo foram produzidos pelos Estados do Ceará e Bahia. O Estado de Alagoas foi o único que reduziu o seu estoque de empregos em 370 postos. Dos demais Estados com participação positiva na evolução do emprego da região, o Rio Grande do Norte contribuiu com o menor volume (446 novos empregos).

A evolução positiva do emprego na Região Nordeste foi resultado da boa performance dos principais contratantes líquidos de mão-de-obra: o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 36.607 admissões; o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 33.693 novos empregos; o grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados), com 26.084 admissões; e o grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), 10.774 admissões postos de trabalho.

Só dois grandes grupos registraram desempenho negativo na geração de emprego: o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados), com 4.840 desligamentos; e o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com 2.460 desligamentos.

A maior expansão absoluta líquida do emprego foi registrada no subgrupo dos trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (29.553 admissões), pertencente ao grande grupo 7/8/9. Embora todos os Estados da região nordestina tenham contribuído positivamente, a Bahia, o Ceará e Pernambuco geraram mais de 70% desse saldo.

Ocupa a segunda posição no rol dos subgrupos que produziram maior saldo absoluto líquido o dos vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (21.688 admissões), do grande grupo 4. Aqui também todos os Estados da região tiveram boa performance, mas Ceará, Bahia e Pernambuco contribuíram com algo próximo a dois terços deste total.

Os subgrupos dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (13.067 admissões) e dos cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (9.565 admissões), ambos integrantes do grande grupo 5, e o subgrupo dos professores (12.618 admissões), do grande grupo 0/1, geraram aumento do nível de

emprego. Nenhum Estado da região eliminou postos de trabalho nestes subgrupos. A maior participação continua com os Estados do Ceará, Bahia e Pernambuco, com aproximadamente dois terços do total do emprego do grande grupo regional.

O bom desempenho do emprego no grande grupo 7/8/9, só não foi melhor porque o subgrupo fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados desligou um contingente líquido de 7.515 trabalhadores. Somente o Estado do Maranhão gerou de 33 postos de trabalho neste subgrupo. Os demais Estados, principalmente Pernambuco, Sergipe e Ceará, desligaram mais trabalhadores do que contrataram.

A maior retração absoluta do nível de emprego regional ocorreu no subgrupo dos trabalhadores agrícolas especializados (6.960 desligamentos líquidos) do grande grupo 6, especialmente no Estado de Pernambuco, que dispensou, além do pessoal contratado, 5.233 trabalhadores. Os demais Estados dividem-se quase na mesma proporção entre os que foram contratantes líquidos de mão-de-obra e os que eliminaram postos de trabalho.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Considerando-se os 3.537.272 empregos existentes na Região Nordeste, em 31/12/94, para os quais a Rais efetivamente obteve o código referente à ocupação, tal como definida na CBO, as ocupações técnicas estrito senso somam 62.463 postos, representando apenas 1,8% do total dos casos válidos para esta categoria de análise. Com a adição dos subgrupos e grupos de base selecionados para representar as ocupações técnicas lato senso, esse número aumenta para 1.297.776 empregos, possibilitando, assim, um exame mais acurado da demanda, efetiva ou potencial, por cursos de educação profissional no Brasil.

A distribuição por subgrupo de base mostra que a concentração do emprego técnico regional está no dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (29,1%), no dos agentes da administração pública (21,4%) e no dos professores (19,0%). Está tríade apresenta em todos os Estados da região, a maior concentração do emprego, variando de pouco mais de 60% a quase 80%. Existe alternância quanto à posição de um desses subgrupos no conjunto de dados, quando comparada a distribuição interestadual.

Por exemplo, os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes participam, no Estado do Piauí, com 32,% e no Estado do Maranhão, com 57,6%. O maior peso relativo do emprego no subgrupo dos professores ocorre no Estado do Piauí (34,6) e o menor no Maranhão (11,9%).

Detalhando-se as informações para os grupos de base selecionados, observa-se que os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados concentram 47,2% do emprego do subgrupo trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes. Os professores de ensino de primeiro grau detêm 88,7% do emprego no subgrupo dos professores. No subgrupo dos agentes da administração pública, 92,7% do emprego está concentrado no segmento dos agentes administrativos.

O grupo de base dos professores do ensino de primeiro grau participa com mais de quatro quintos do emprego do setor, na maioria dos Estados nordestinos. Ceará (91,3%), Alagoas (92,3%) e Piauí (96,6%) ultrapassam em alguns pontos percentuais aquela marca.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

No biênio 1995-96, houve, nos subgrupos selecionados da CBO, acréscimo de 8.264 postos de trabalho. O subgrupo que mais contribuiu para este resultado foi o dos professores, com a contratação líquida de 8.376 trabalhadores.

O subgrupo que apresentou a pior performance, isto é, aquele de maior saldo líquido negativo no confronto de admissões e desligamentos, foi o de operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados, com a eliminação de 4.348 postos de trabalho. O principal responsável por esse resultado foi o grupo de base dos operadores de máquina de processamento automático de dados, que desligou quase 4 mil trabalhadores.

As ocupações técnicas, classificadas no subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados, perderam 2.082 postos de trabalho. Com exceção do grupo de base de técnicos de biologia, agronomia e trabalhadores assemelhados,

que ampliou o emprego em 30 postos, os demais tiveram perda de postos de trabalho. Somente dois Estados da região (Paraíba e Piauí) não eliminaram postos de trabalhos nesse subgrupo, sendo que os demais o fizeram e, especialmente os Estados da Bahia e Pernambuco, que registraram perda líquida de postos de trabalho em quase todos os grupos de base.

MARANHÃO

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, o Estado de Maranhão contava com 220.834 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais. A análise desta informação, quando desagregada para os setores de atividade econômica, mostra a elevada participação do setor de serviços, com 154.359 postos de trabalho (69,9% do total). Em seguida, vêm o setor industrial, com 25.711 (11,6%), o comércio com 24.711 empregos (11,2%), a construção civil, com 11.282 (5,1%) e a agropecuária com 4.771 postos de trabalho (2,2%).

Analisando-se estas informações para as mesorregiões do Estado, nota-se que o setor serviços tem peso significativo em todas elas, sobretudo na do Centro Maranhense (75,2%), na do Norte Maranhense (74,1%). O setor da indústria tem uma maior participação no emprego na mesorregião Oeste Maranhense (29,7%), seguido pela mesorregião do Leste Maranhense (20,9%), a do Sul Maranhense (12,5%). O emprego no setor de comércio é maior na mesorregião do Oeste Maranhense perfazendo, 24,9% do total, seguindo-se a mesorregião do Centro Maranhense (13,7%), as do Leste e Sul Maranhenses (ambas com 9,5% do emprego) e a do Norte Maranhense (9,4%).

Desagregando-se o setor serviços para o Estado do Maranhão, observa-se que 64,0% do emprego setorial está concentrado no subsetor da administração pública direta e autárquica, seguido pelo subsetor serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão, com 9,6% dos postos de trabalho, o de transportes e comunicações, com 8,5% do emprego.

Em todo o Estado do Maranhão, o subsetor de administração pública é o que mais concentra postos de trabalho. Assim, a mesorregião do Leste Maranhense possui 76,1% dos empregos neste subsetor, vindo a seguir a mesorregião do Sul Maranhense, com 73,0% do emprego estadual. As mesorregiões do Centro Maranhense e Norte Maranhense contam com 71,5% e 64,4% do emprego, respectivamente.

No setor indústria, os segmentos que mais têm participação no emprego estadual são: serviços industriais de utilidade pública (24,2%); indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (23,6%); e indústria da madeira e do mobiliário (17,9%). Assim, observa-se que, na mesorregião do Norte Maranhense, o subsetor de serviços industriais de utilidade pública representa 37,0% do emprego e o da indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico responde por 22,9% dos postos de trabalho. Na mesorregião do Centro Maranhense, representam 24,5% e 57,0%, respectivamente. Na mesorregião Sul Maranhense, destacam-se, além dos serviços industriais de utilidade pública (com 16,6%), a indústria do material de transporte, com 18,2% do emprego, e a indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico, com 55,2% do emprego.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Nos anos 1995-96, segundo os dados da Caged totalizados para o Estado do Maranhão, houve expansão do emprego com um saldo positivo de 5.560 novos empregos. Os setores de atividade econômica que mais contribuíram para esse resultado foram o comércio e os serviços. Foram gerados 3.885 novos empregos no setor comércio, a maioria no comércio varejista (2.964).

O setor serviços criou 3.343 novos empregos no período, destacando-se os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (2.611 novos empregos) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (1.387 novos empregos). Não obstante, as instituições de crédito, de seguros e de capitalização registraram 1.126 demissões e a administração pública direta e autárquica 118 desligamentos.

A indústria apresentou retração do emprego, com saldo negativo de 2.371 demissões, destacando-se os serviços industriais de utilidade pública, com 1.802 desligamentos, e a indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico, com 1.310 demissões. Cabe citar também a indústria da madeira e do mobiliário, com 457 demissões. A construção civil apresentou um saldo positivo de 1.612 admissões enquanto o setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca registrou saldo negativo, com 909 demissões.

Na mesorregião do Norte Maranhense, que inclui a capital São Luís, foram observadas 64.676 admissões e 60.441 desligamentos, com um saldo negativo de 4.235 empregos. Os setores que mais contribuíram para esse desempenho foram o comércio com 2.512 novos empregos, a construção civil (1.450 admissões), os serviços com 1.447 admissões e a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (135 admissões). No entanto, a indústria apresentou saldo negativo, com 1.309 desligamentos.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado de Maranhão eram os seguintes: grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados, com 42,7% do emprego; grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 21,3%; e grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), com 13,5% do emprego.

Observando-se as informações detalhadas para os subgrupos de ocupação, merecem destaque, no grande grupo 3, os subgrupos dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 64,6% do emprego, e o de agentes de administração pública, com 20,5% do emprego. No grande grupo 7/8/9, são mais representativos os subgrupos de trabalhadores não classificados sob outras epígrafes, com 29,7% do emprego, dos condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados, com 16,0% do emprego, e dos trabalhadores da construção civil e trabalhadores

assemelhados, com 10,3% do emprego. No grande grupo 0/1, destacam-se os professores com 65,2% do emprego, e os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados, com 16,1% do emprego.

Os grupos ocupacionais com maior representação no emprego na mesorregião do Norte Maranhense eram os seguintes: grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 49,4% do emprego; grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 19,7% do emprego; e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 11,4% do emprego.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Nos período 1995-96, segundo os dados da Lei n.º 4.923, registrou-se expansão do emprego no Estado do Maranhão, com 3.702 admissões. Os grupos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram: grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados), com 1.965 admissões; e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 1.466 admissões. O principal grupo ocupacional que apresentou retração do emprego foi o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados), com 1.702 demissões.

Analisando-se estas informações desagregadas para os subgrupos de ocupação, observa-se que a maior expansão do emprego ocorreu nos seguintes segmentos: no grande grupo 4, para os vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (1.737 admissões); no grande grupo 5, para os cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (441 admissões) e para os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (495 admissões). Destacam-se, ainda, os trabalhadores de serviços de proteção e segurança, com 339 admissões. O principal

subgrupo que registrou retração do emprego foi o de trabalhadores agrícolas especializados (1.903 demissões), pertencente ao grande grupo 6.

Na mesorregião do Norte Maranhense, houve expansão do emprego, com 2.667 admissões. Os principais grupos ocupacionais que registraram crescimento foram: grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com 1.216 admissões e o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 981 admissões.

No grande grupo 4, o responsável pelo crescimento foi o segmento dos vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados, com 1.061 admissões, enquanto no grande grupo 5, destacam-se os cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados, com 417 admissões, e os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados, com 235 admissões.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacavam no Estado de Maranhão eram os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (57,6%) e os professores (11,9%).

No subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, destacam-se os segmentos dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 76,5% do emprego e os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (16,6%). O grupo de base dos professores de ensino de primeiro grau concentra 89,2% do emprego do subgrupo dos professores.

Na mesorregião do Norte Maranhense, o subgrupo selecionado que mais se destacou foi o de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (66,9%).

No subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, destaca-se o segmento dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 66,9% do emprego.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

O Estado do Maranhão apresentou expansão do emprego (1.271 admissões) nos subgrupos selecionados da CBO. Os que mais contribuíram para este resultado foram: trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.261 admissões); e os professores (474 admissões). Os segmentos que registraram retração foram os de operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados, com 418 demissões, e de agentes de administração pública, com 255 demissões.

Observando-se as informações para o grupos de base da CBO selecionados, merecem destaque, entre os segmentos que registraram expansão, os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 530 novos empregos, os trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem, com 415 admissões, e os recepcionistas, com 325 admissões. Igualmente, os professores de ensino de primeiro grau contaram com 345 admissões. Dos grupos de base que tiveram retração, destacam-se os operadores de máquinas de processamento automático de dados, com 306 demissões e os agentes administrativos com 248 desligamentos.

A mesorregião do Norte Maranhense apresentou expansão do emprego (502 admissões), sendo que o subgrupo que mais contribuiu para tanto foi o dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 936 admissões, seguido pelo subgrupo dos professores, com 317 novos empregos. Os subgrupos que apresentaram retração do emprego foram os de operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados, com 488 desligamentos, os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados, com 240 demissões e ainda os agentes de administração pública, com 241 demissões.

PIAUÍ

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

De acordo com os dados da Rais existiam, em 31 de dezembro de 1994, 170.199 pessoas empregadas no Estado de Piauí, distribuídas segundo setor de atividade econômica da seguinte forma: 71,1% no setor serviço; 23,7% na indústria; 12,4% no comércio; 10,5% na construção civil; e algo próximo a 2% na agropecuária, extração vegetal e caça e pesca.

Detalhando-se a abordagem por subsetor de atividade, nota-se que a administração pública direta e autárquica responde por quase 76,5% do emprego do setor serviços no Estado.

Na indústria, destacam-se três subsetores: o de produtos alimentares, bebidas e álcool etílico (16,9%); o têxtil do vestuário e artefatos de tecido (21,6%); e o de serviços industriais de utilidade pública (20,6%).

No setor comércio, o maior contingente de empregados está no subsetor varejista (81,6%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No biênio 1995-96, segundo os dados do Caged, a dinâmica da economia Piauiense, do ponto de vista da geração de novos postos de trabalho, foi expressiva. Entre admissões e desligamentos, obteve-se um saldo positivo de 11.669 novas vagas incorporadas ao estoque existente. As contratações realizadas por todos os setores de atividade econômica, nas quatro mesorregiões do Estado, com exceção do agropecuário, extração mineral, caça e pesca da mesorregião do Norte Piauiense, que eliminou postos de trabalho, superaram significativamente as demissões.

O maior número de vagas líquidas (3.126) foi criado pelo setor industrial, fundamentalmente nos subsetores da indústria química de produtos farmacêuticos, veterinário, perfumaria, sabões, vela e material plástico e da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.

O setor comércio teve no varejista o principal subsetor gerador de postos líquidos de trabalho (2.061), enquanto o atacadista incrementou o emprego do setor em 727 postos.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Os dados da Rais, referentes a 31 de dezembro de 1994, indicam os maiores empregadores estaduais de mão-de-obra são os grande grupos 0/1 e 3, compostos por trabalhadores de profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados; e por trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados, respectivamente, cuja participação, no conjunto dos dados, situa-se em torno de 30 pontos percentuais.

O grande grupo 5 (trabalhadores de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e assemelhados) e o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados) participam, individualmente, com cerca de 16% do total do emprego.

Na estrutura de ocupações do grande grupo 0/1, nota-se, no subgrupo dos professores, com 71,7% do emprego, que todas mesorregiões têm participação expressiva, quase igual ou superior ao observado para o total.

No grande grupo 3, os principais empregadores são os agentes da administração pública, com 30,9%, e os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados, com 50,3%.

O subgrupo dos trabalhadores em serviços administrativos, conservação, limpeza de edifícios, de logradouros públicos e assemelhadas, detêm 51,7% do emprego do grande grupo 5.

No grande grupo 7/8/9, o emprego relativo está mais desconcentrado nos subgrupos. Os condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados, e os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes, são os subgrupos do grande grupo 7/8/9 com maior participação no emprego.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No período 1995-96 foram contratados 69.646 novos trabalhadores e demitidos outros 60.626 no Estado do Piauí, o que corresponde a um saldo positivo de 9.020 novas ocupações. Somente a mesorregião do Sudeste Piauiense teve saldo negativo de 82 postos de trabalho.

O subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, do grande grupo 3, e o subgrupo dos trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes, do grande grupo 7/8/9, tiveram a mesorregião do Centro-Norte Piauiense como a principal responsável pelo bom desempenho do emprego.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

O subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados, que participa com 6,5% do total dos empregos em ocupações técnicas lato sensu. Desse conjunto, o grupo de base dos técnicos de contabilidade, estatística e economia doméstica é o que tem maior expressão relativa no emprego do Estado (quase 47%) e das mesorregiões do Norte e Centro-Norte Piauiense, com 38,8% e 47,8%, respectivamente.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Os dados selecionados por subgrupos e grupos de base da CBO mostram a evolução do emprego técnico no biênio 1995-96. Foram admitidos 15.348 trabalhadores e dispensados 13.255, resultando num saldo positivo de 2.093 postos de trabalho.

Os grupos de base dos professores de ensino de primeiro grau, dos trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem e dos auxiliares de escritórios e trabalhadores assemelhados das mesorregiões Norte e Centro-Norte Piauiense contribuíram expressivamente para gerar a boa performance do emprego no Estado. O desempenho positivo, embora muito limitado, do grupo de base dos professores de ensino de primeiro grau e dos auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores

assemelhados das mesorregiões do sudeste e sudoeste piauiense também ajudou a produzir o incremento no nível de emprego.

CEARÁ

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

O setor serviços foi o que apresentou o maior número de vínculos empregatícios no Estado do Ceará, com 59,1% do emprego. Cerca de 70% dos postos de trabalho foram registrados na administração pública direta e autárquica (44,8%), no ensino (15,8%) e nos serviços médicos, odontológicos e veterinários (10,6%). Com exceção da mesorregião Metropolitana de Fortaleza, que apresentou uma pulverização relativamente homogênea dos postos de trabalho entre os subsetores, as demais apresentaram grande concentração (superior a 60%) em administração pública direta e autárquica.

O setor indústria registrou 22,0% dos empregos em todo o Estado, destacando-se os seguintes segmentos: indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (31,9%), indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (24,5%) e serviços industriais de utilidade pública (10,2%).

No setor comércio foram registrados 11,7% dos postos de trabalho, enquanto a construção civil contou com 5,3% do emprego e a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca com 1,9%.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, a flutuação dos empregos no Estado do Ceará foi positiva, com um saldo de 35.889 admissões. Houve expansão dos setores serviços (16.752 novos empregos), comércio (10.365 novos postos), indústria (7.356 admissões) e construção civil (2.044 admissões). O setor da agropecuária registrou retração com a perda de 628 postos de trabalho.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em dezembro de 1994, o segmento ocupacional de maior representatividade no Estado do Ceará era o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 26,8% do emprego. Em seguida, vinham o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 25,5%; o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene, auxiliar de saúde e beleza, segurança e trabalhadores assemelhados), com 20,2%; e o grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), com 18,5%.

No grande grupo 3, destacavam-se os subgrupos de agentes de administração pública (41,2%) e de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (34,5%). No grande grupo 7/8/9, preponderavam os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (13,6%), os condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (12,7%) e os trabalhadores de costura, estofados e trabalhadores assemelhados (12,3%). No grande grupo 5, os subgrupos mais importantes eram os trabalhadores de serviços administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (43,4%) e os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (25,6%). O segmento dos professores concentrava 69,5% do emprego do grande grupo 1.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No biênio 1995-1996, os segmentos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram os seguintes: grande grupo 7/8/9 (11.001 postos de trabalho), grande grupo 5 (7.342 novos empregos), grande grupo 0/1 (4.451 empregos), grande grupo 3 (4.167 postos) e grande grupo 4 (4.010 empregos). Os segmentos que registraram retração foram o grande grupo 6 (399 desligamentos) e o grande grupo 2 (219 desligamentos).

Os subgrupos que mais contribuíram para a expansão do emprego no grande grupo 7/8/9 foram os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (5.475 novos empregos) e os trabalhadores de fabricação de produtos de borracha e plástico (3.102 novos empregos). No grande grupo 5, os segmentos que registraram maior número de novos empregos foram os cozinheiros, garçons, barman e trabalhadores assemelhados (2.334 empregos) e os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (1.935 postos de trabalho). O segmento dos professores registrou um saldo positivo de 4.028 empregos, sendo um dos principais responsáveis pelo desempenho do grande grupo 1. O subgrupo dos trabalhadores serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com saldo positivo de 2.386 empregos, foi o segmento que mais contribuiu para a expansão do grande grupo 3. No grande grupo 4, o segmento que mais se destacou foi o dos vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados, que apresentou uma expansão de 3.045 empregos.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Dentre os subgrupos da CBO selecionados, os que mais se destacavam no Ceará foram os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (23,7%), os agentes da administração pública (22,6%) e os professores (22,2%).

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, houve expansão das oportunidades de emprego para os professores de ensino de primeiro grau (1.464 novos empregos), os professores de ensino pré-escolar (1.019 novos empregos), os recepcionistas (1.411 novos postos de trabalho) e os trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes (1.076 empregos). Em contrapartida, houve retração das oportunidades de emprego para os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (591 desligamentos).

RIO GRANDE DO NORTE

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

A partir das informações da Rais havia, em dezembro de 1994, 257.041 empregos formais no Rio Grande do Norte. Considerando-se os setores de atividade econômica e tomando-se apenas as informações válidas, observa-se grande concentração de empregos formais em serviços, com 65,3% dos postos de trabalho registrados. Seguem-se os setores de indústria (16,9%), comércio (10,3%), agropecuária (3,8%) e construção civil (3,7%).

No Leste Potiguar, o setor serviços fica próximo à média (66,3%, contra 65,3% no conjunto do Estado). Seguem-se a indústria, com a maior parcela regional (17,6%, contra 16,9% na média), o comércio 10,2% contra 10,3% no Estado), a construção civil (4,4%, contra 3,7% no Estado) e a agropecuária (1,5% contra 3,8% na média).

Quando se desagrega o setor serviços, registra-se grande concentração de empregos formais em administração pública direta e autárquica,- com 75,3% dos postos de trabalho do setor. No setor industrial, a maior parte dos empregos encontravam-se nos seguintes segmentos: indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (31,5%); indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (25,5%); extração de minerais (15,1%); e serviços industriais de utilidade pública (12,6%). Esses quatro subsetores respondiam por 84,7% dos empregos formais na indústria do Estado do Rio grande do Norte, em dezembro de 1994.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Entre janeiro de 1975 e dezembro de 1976, segundo os dados do Caged, foram admitidos 142.515 trabalhadores e demitidos 129.157 no Rio Grande do Norte, com saldo positivo de 13.358 postos de trabalho. Os segmentos que mais contribuíram para esta expansão foram: serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (com saldo positivo de 3.896 postos de trabalho); comércio varejista (saldo positivo de 3.724); indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (saldo positivo de 1.923); comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (saldo positivo de 1.502); e

comércio atacadista (saldo positivo de 1.205). Em contrapartida, observam-se saldos negativos em alguns subsetores, especialmente na indústria metalúrgica (com saldo negativo de 1.201 postos de trabalho), extração de minerais (saldo negativo de 658) e indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (saldo negativo de 492).

O Leste Potiguar teve os maiores saldos positivos em serviços (5.168 novos empregos) e no comércio (3.760 novos postos), mas também nos demais setores: indústria (418), construção civil (379) e agropecuária (172).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

No Rio Grande do Norte, em dezembro de 1994, o segmento ocupacional com maior representatividade era o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 43,4% dos postos de trabalho. Em seguida, vinham o grande grupo 7/8/9 de trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 17,8%; o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene, auxiliar de saúde e beleza, segurança e trabalhadores assemelhados), com 13,6% e o grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), com 12,1%. Os demais grupos ocupacionais totalizam 13,2% dos postos de trabalho, cada um com parcela inferior a 5%.

No grande grupo 3, registra-se grande concentração no subgrupo de agentes de administração pública (69,5%). No grande grupo 7/8/9, destacam-se os subgrupos de condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (14,5%), de trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados (14,3%) e de trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes (11,7%). No grande grupo 5, a maioria é de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (51,3%) e de trabalhadores de serviços de proteção e segurança (20,0%). No grande grupo 0/1, destacam-se os professores, com 63,7% dos postos de trabalho.

No Leste Potiguar, mais da metade dos empregos classificavam-se no grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 51,5%, maior parcela regional, contra 43,4% no Estado. Em seguida, vêm o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 16,4%, o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) com 10,0%, e o grande grupo 0/1 (trabalhadores de profissões científicas, técnicas e artísticas e trabalhadores assemelhados), com 9,2%. Com a mesma parcela de 4,8% estavam o grande grupo 0/1 (trabalhadores de profissões científicas, técnicas e artísticas e trabalhadores assemelhados) e o grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados). Finalmente, o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados), apresentava 3,4% dos empregos existentes na época.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, com base nas informações do Caged, a maior expansão do emprego no Rio Grande do Norte se deu para trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes (com saldo positivo de 2.399 postos de trabalho), vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (saldo positivo de 2.068), trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (saldo positivo de 1.978), trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (saldo positivo de 846) e professores (saldo positivo de 843).

Em contrapartida, houve demissões líquidas em alguns segmentos, tais como trabalhadores agrícolas especializados (com saldo negativo de 953 postos de trabalho), trabalhadores de costura, estofadores e trabalhadores assemelhados (saldo negativo de 366) e chefes intermediários administrativos, de contabilidade e finanças (saldo negativo de 204).

O Leste Potiguar apresentou o maior saldo positivo no grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com mais 3.284 postos de trabalho no período considerado. Seguem-se o grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com 1.888, o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 1.538, o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 1.305 e o grande grupo 0/1 (trabalhadores de profissões científicas, técnicas e artísticas e trabalhadores assemelhados) com 651.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Considerando-se os subgrupos e grupos de base da CBO selecionados para representar as ocupações técnicas lato senso, mais da metade era de agentes de administração pública (56,5%). Seguiam-se os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (16,2%) e professores (11,8%). Esses três subgrupos reuniam 84,5% dos postos de trabalho técnicos do Estado do Rio Grande do Norte, em dezembro de 1994.

Dos agentes de administração pública, quase a totalidade era composta por agentes administrativos (99,3%). Entre os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados, mais da metade era de auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (55,9% do subgrupo). Quanto aos professores, a grande maioria pertencia ao ensino de primeiro grau (77,5% do subgrupo).

Ressalte-se que o subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados reunia 3.343 empregos formais no Rio Grande do Norte.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, houve uma expansão dos empregos técnicos no Estado do Rio Grande do Norte, pois foram registrados 24.927

admissões e 23.140 desligamentos, resultando em saldo positivo de 1.787 postos de trabalho.

Os segmentos que mais contribuíram para tal expansão foram os subgrupos de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (com saldo positivo de 846 postos de trabalho), professores (saldo positivo de 561) e trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (saldo positivo de 206). Por outro lado, houve retração em alguns subgrupos, como os de operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (com saldo negativo de 143 postos de trabalho), operadores de instalações de processamentos químicos e trabalhadores assemelhados (saldo negativo de 128) e ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão (saldo negativo de 104). Ressalte-se que o subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados apresentou retração, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, com saldo negativo de 131 postos de trabalho.

Desagregando-se essas informações pelos chamados grupos de base, constata-se que a maior expansão ocorreu em trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem (com saldo positivo de 814 postos de trabalho), recepcionistas (saldo positivo de 310) e trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (saldo positivo de 281).

Quanto aos segmentos que apresentaram retração, destacam-se os grupos de base auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (com saldo negativo de 528 postos de trabalho) e operadores de máquinas fixas e equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (saldo negativo de 123).

PARAÍBA

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

O Estado da Paraíba contava, em 31 de dezembro de 1994, com 227.115 pessoas empregadas, das quais 64,4% encontravam-se na mesorregião da Mata Paraibana. Os outros 35,6% do emprego formal estavam distribuídos entre as demais mesorregiões do Estado, da seguinte forma: 22,4% no Agreste Paraibano, 9,8% no Sertão Paraibano e 3,5% em Borborema.

Esta informação, desagregada para os setores da atividade econômica, mostra a elevada participação do setor serviços (69,0%), no conjunto do emprego do Estado. Em seguida, vêm os setores indústria (17,6%), comércio (5,7%), agropecuária (4,0%) e construção civil (3,7%).

Desagregando-se o setor serviços, para o conjunto do Estado, observa-se que 69,0% do emprego setorial está concentrado nos subsetores da administração pública direta e autárquica (74,9%), dos serviços médicos, odontológicos e veterinários (6,9%) e dos serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio e televisão (5,3%). O subsetor da administração pública direta e autárquica tem destaque em todas as mesorregiões, variando entre 69% e 89,5%.

No setor indústria, os segmentos que possuem maior peso no emprego do Estado são os seguintes: indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (34,0%) e serviços industriais de utilidade pública (18,5%). Estes dois subsetores tem participação significativa em todas as mesorregiões do Estado.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, segundo os dados do Caged, no Estado da Paraíba e suas mesorregiões, todos os setores da atividade econômica registraram expansão do emprego, destacando-se serviços, indústria e comércio. O setor serviços gerou, no período, 7.008 novos empregos, particularmente nos serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (2.652 novos empregos), no comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços

técnicos especializados (2.036 novos empregos), em transportes e comunicações (1.779 novos empregos) e no ensino (972 admissões). Os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão têm peso no emprego de todas as mesorregiões do Estado.

A despeito do desempenho geral positivo do setor serviços, houve retração do emprego no subsetor instituições de crédito, seguros e capitalização (1.087 desligamentos) no Estado e em todas suas mesorregiões.

O setor da indústria contou com 3.684 novos empregos, concentrados basicamente nas mesorregiões de Mata Paraibana, com 3.261 admissões, nos seguintes subsetores: indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (1.837 admissões); indústria de calçados (853 contratações) e indústria metalúrgica (247 novos contratos).

O setor comércio contou com 3.107 novos empregos, dos quais cerca de 96,7% no comércio varejista.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Analisando-se a estrutura do emprego sob a ótica das ocupações, as informações disponíveis da Rais, referentes a 31 de dezembro de 1994, mostram que o grupo ocupacional com maior representação no emprego do Estado da Paraíba é o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 22% do emprego. Em seguida, vêm o grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados não classificados sobre outras epígrafes), com 18,7%, o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 17,4%, e o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com 17,3% dos empregos existentes.

O grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) participa na mesorregião Sertão Paraibano com 21,2% do emprego,

na de Borborema com 24,1%, na do Agreste Paraibano com 25,3% e na da Mata Paraibana com 20,9%.

O grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados) responde por 25,9% do emprego na para mesorregião do Sertão Paraibano, por 32,2% na de Borborema, por 22,1% na do Agreste Paraibano, e por 15,7% na da Mata Paraibana.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No período 1995-96, apoiando-se nas informações da Lei n ° 4.923, houve expansão do emprego no Estado e em todas as suas mesorregiões. Os grupos ocupacionais que registraram maior expansão foram: grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 3.718 admitidos, distribuídos nas mesorregiões Sertão Paraibano (417 admitidos), Borborema (197 novas contratações), Agreste Paraibano (1.753 novas admissões) e Mata Paraibana (1.351 admitidos); o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 2.376 novos empregos, tendo importante participação nas mesorregiões do Sertão Paraibano (53 admitidos), Borborema (26 admitidos), Agreste Paraibano (625 admitidos) e Mata Paraibana (1.672 novas admissões).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram no Estado da Paraíba foram os professores (25,7%), os agentes da administração pública (24,3%) e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (23,2%). Estes grupos selecionados também se destacam, com pesos diferentes, em todas as mesorregiões do Estado.

Detalhando-se as informações para os grupos de base selecionados, observa-se que, os professores de ensino de primeiro grau concentram 87,1% do emprego do subsetor professores. No subgrupo dos agentes da administração pública, 94,5% do

emprego está concentrado no segmento dos agentes administrativos. Os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes detêm 53,0% e 30,7% respectivamente do emprego estadual no subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Os subgrupos selecionados da CBO no Estado da Paraíba registraram expansão do emprego, com um saldo positivo de 2.290 empregos. Os que registraram maior ganho de empregos foram os professores (828 novos empregos), trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (809 novos contratos) e operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados (188 novos empregos).

Analisando-se as informações desagregadas para os grupos de base da CBO selecionados, merecem destaque, entre os segmentos que registraram expansão do emprego, os professores de ensino de primeiro grau (634 novos contratos), recepcionistas (557 novos empregos) e trabalhadores de serviços administrativos e trabalhos assemelhados não classificados sob outras epígrafes (338 admitidos).

Dos subgrupos que registraram saldo negativo de empregos, destacam-se os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares (204 perdas) e ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos e máquinas, veículos e instrumentos de precisão (83 demissões).

Desagregando-se estas informações para os grupos de base selecionados da CBO, merecem destaque, entre aqueles segmentos que registraram retração do emprego, os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (383 perdas) e os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (182 perdas).

PERNAMBUCO

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

A partir das informações da Rais, havia, em dezembro de 1994, 754.765 empregos formais com registros válidos, no Estado de Pernambuco, correspondentes a 93,6% do total de registros.

Considerando-se os setores de atividade econômica e tomando-se apenas as informações válidas, observa-se grande concentração de empregos formais em serviços (55,0%). Seguem-se os setores de indústria (21,4%), comércio (12,2%), agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (7,1%) e construção civil (4,2%).

No setor serviços, mais da metade dos empregos formais estão na administração pública direta e autárquica (55,5% do setor). Depois vêm o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (11,9%) e os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (10,2%). Esses três subsetores continham 77,6% dos postos de trabalho em serviços, em dezembro de 1994, no Estado de Pernambuco.

No setor industrial, destacam-se as indústrias de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (47,1%), têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (13,7%), serviços industriais de utilidade pública (8,9%) e química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e material plástico (6,3%). Nesses quatro subsetores, encontravam-se 76% dos empregos formais na indústria, em dezembro de 1994, no Estado de Pernambuco.

Em quatro mesorregiões do Estado, o emprego concentrava-se no setor serviços, sendo que em três com parcelas superiores à média estadual (55,0%): no Sertão (70,0%); no Agreste (62,0%); Região Metropolitana de Recife (60,6%); São Francisco (51,2%).

A distribuição de empregos na Mata Pernambucana, em dezembro de 1994, era diferente da encontrada nas demais regiões do Estado: enquanto nas outras mesorregiões a maior parcela era de ocupações em serviços, na Mata

predominavam os empregos na indústria (47,3%), com porcentagem em serviços de apenas 22,9%.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, segundo dados do Caged, foram admitidos 525.152 trabalhadores e demitidos 503.949, com saldo positivo de 23.203 postos de trabalho no Estado de Pernambuco.

Os segmentos que mais contribuíram para esta expansão foram o comércio varejista (saldo positivo de 11.201 postos de trabalho), os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (saldo positivo de 7.394), o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (saldo positivo de 4.757), a construção civil (saldo positivo de 4.018), os serviços médicos, odontológicos e veterinários (saldo positivo de 2.981) e o ensino (saldo positivo de 2.513). Em contrapartida, observam-se saldos negativos em alguns subsetores, especialmente na indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (com saldo negativo de 8.277 postos de trabalho), na indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (saldo negativo de 3.935), na indústria do material de transporte (saldo negativo de 2.637) e nas instituições de crédito, seguros e capitalização (saldo negativo de 2.080).

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, segundo os dados do Caged do Ministério do Trabalho, o saldo positivo da flutuação dos empregos no Estado de Pernambuco deveu-se sobretudo, à situação observada na Região Metropolitana de Recife, que contou com 17.287 novos postos de trabalho.

O setor com melhor desempenho no Estado pernambucano foi o de serviços (saldo positivo de 17.241), com grande participação da Região de Recife (13.210 postos de trabalho). Em seguida, vem o setor de comércio, com 12.845 novos postos de trabalho em todo o Estado, também cresceu sobretudo em Recife, onde o saldo positivo foi de 9.211 empregos.

A construção civil, com saldo positivo de 4.018 postos de trabalho em Pernambuco, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, obteve crescimento principalmente na

Região Metropolitana de Recife, onde o saldo positivo foi de 2.874. As outras quatro regiões do Estado, apesar de apresentarem saldos positivos no período, tiveram desempenho bem menor, no setor, entre 127, no Sertão, e 467, em São Francisco.

A indústria, que apresentou saldo negativo de 11.907 postos de trabalho, decresceu principalmente na mesorregião de Recife (saldo negativo de 7.613) e na Mata Pernambucana (saldo negativo de 6.013), com menor parcela no Agreste (perda de 55 postos). Em contrapartida, obtiveram saldo positivo para o setor industrial as mesorregiões de São Francisco (1.548 novos postos) e do Sertão (saldo positivo de 226).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em Pernambuco, considerando-se apenas os registros válidos para ocupação, eram 776.288 os empregos existentes em 31 de dezembro de 1994. Os segmentos ocupacionais com maiores representações eram o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) e o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene, auxiliar de saúde e beleza, segurança e trabalhadores assemelhados). Estes grupos respondiam, respectivamente, por 22,9%, 22,3% e 16,2% dos empregos no Estado.

Quanto aos subgrupos de ocupações, destacavam-se, no grande grupo 7/8/9, os condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (14,4%) e os trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados (11,8%). No grande grupo 3, os empregos formais se concentravam sobretudo nos subgrupos de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (43,3%), de agentes de administração pública (26,3%) e de trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (10,2%). No grande grupo 5, destacavam-se os subgrupos de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (47,2%) e de trabalhadores de serviços de proteção e segurança (23,0%).

A Região Metropolitana de Recife respondia por praticamente metade dos empregos existentes no Estado de Pernambuco, concentrados no grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 24,8% das ocupações e no grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 24,4% do emprego.

A Mata Pernambucana apresentava parcelas bem diferentes das demais regiões do Estado. Quase a metade dos postos de trabalho existentes (49,0%) correspondiam ao grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados), enquanto a média para o Estado era de 10,3% neste grande grupo.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, segundo os dados do Caged, houve expansão nos empregos formais de Pernambuco, resultante das 479.919 admissões e dos 466.209 desligamentos. Os grandes grupos responsáveis por esta ampliação foram: grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados); grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados); grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados); e grande grupo 1 (trabalhadores de profissões científicas, técnicas e artísticas e trabalhadores assemelhados).

Desagregando-se estas informações, constata-se que a maior expansão do emprego ocorreu nos subgrupos de trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (saldo de 7.296 admissões), de vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (5.477), de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (3.720), de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (2.411), de professores (2.135)

e de trabalhadores agropecuários polivalentes e trabalhadores assemelhados (2.033).

Observa-se, portanto, que os grupos ocupacionais que ofereceram maiores oportunidades de inserção profissional foram os relacionados ao setor terciário e com relativamente baixa exigência de qualificação profissional.

Na Metropolitana de Recife, com o maior saldo positivo regional (10.109, contra 13.710 na média estadual), a concentração de novos empregos ocorreu sobretudo no grandes grupos 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) com saldo positivo de 5.562, contra 6.276 na média estadual, no grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com 4.173 novos postos, contra média de 6.600 e no grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 2.879 novos empregos, contra 3.792 na média do Estado. O grande grupo 0/1 (trabalhadores de profissões científicas, técnicas e artísticas e trabalhadores assemelhados), apesar de registrar, em Recife, o maior saldo positivo regional (618 novos postos de trabalho), ficou abaixo da média para Pernambuco (saldo positivo de 1.216).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Dentre os subgrupos da CBO selecionados, os segmentos mais numerosos eram os de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (32,8%) de professores (14,7%) e de agentes de administração pública (12,5). Esses três subgrupos reuniam 60,0% dos postos de trabalho técnicos no Estado de Pernambuco, em dezembro de 1994.

Os trabalhadores de serviços administrativos eram, sobretudo, os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (51,5% do subgrupo) e trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (26,3%). Os professores pertenciam, principalmente, ao ensino de primeiro grau (83,1%). Os agentes de administração pública correspondiam, na sua grande maioria, a agentes administrativos (93,4%).

Ressalte-se que técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados, que compõem o subgrupo de ocupações técnicas estrito senso, reuniam 13.277 empregos formais no Estado de Pernambuco em 1994.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996 houve uma retração dos postos de trabalho técnicos no Estado de Pernambuco, onde foram registrados 98.255 admissões e 99.526 desligamentos, resultando em um saldo negativo de 1.271 postos de trabalho.

Os subgrupos que mais contribuíram para tal retração foram os de operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados (com saldo negativo de 4.479 postos de trabalho), de trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (saldo negativo de 832), de operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (saldo negativo de 667) e de trabalhadores de usinagem de metais (saldo negativo de 456).

Desagregando-se essas informações pelos chamados grupos de base, constata-se que a maior retração ocorreu entre operadores de máquinas de processamento automático de dados (com saldo negativo de 4.373 postos de trabalho), auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (saldo negativo de 1.182) e operadores de máquinas fixas e equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (saldo negativo de 628).

Quanto aos segmentos que apresentaram saldo positivo, aqueles com maior participação foram os de professores de ensino de primeiro grau (com saldo positivo de 991 postos de trabalho), de montadores de equipamentos elétricos (saldo positivo de 475) e de professores de ensino pré-escolar (saldo positivo de 269).

Ressalte-se que no subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados houve retração, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, com saldo negativo de 463 postos de trabalho.

ALAGOAS

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, o Estado de Alagoas contava com 249.863 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais. Este contingente estava concentrado na mesorregião do Leste Alagoano, com 223.063 empregados (89,3%). Os restantes 10,7% do emprego formal estavam distribuídos entre as mesorregiões do Agreste Alagoano, com 18.227 empregados (7,3%), e do Sertão Alagoanos com 8.573 empregados (3,4%).

Por setores de atividade econômica, observa-se a elevada participação de serviços (60,5%) no conjunto do emprego estadual. Seguem-se os de indústria (23,7%), comércio (8,5%), agropecuária (5,4%) e construção civil (1,9%).

Desagregando-se o setor serviços para o conjunto do Estado de Alagoas, verifica-se que 72,8% do emprego setorial se concentra no subsetor da administração pública direta e autárquica. No setor indústria, o segmento que tem mais empregos é o de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, que concentra 77,3% dos postos de trabalho industriais do Estado. O emprego no setor comércio está concentrado no segmento comércio varejista (81,2%), seguido do comércio atacadista (18,8%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, segundo dados do Caged totalizados para o Estado de Alagoas, houve expansão do emprego no setor comércio, que gerou 2.773 novos empregos, dos quais 887 no comércio varejista (68%). A mesorregião do Leste Alagoano concentrou cerca de 89% desse total (2.467 novos empregos).

A construção civil também registrou expansão do emprego, com um saldo positivo 1.710 empregos. A mesorregião do Leste Alagoano foi responsável por este desempenho, com a criação de 1.872 novos postos de trabalho.

O setor serviços apresentou com um saldo de 379 novos empregos. Os subsetores que mais contribuíram para este resultado foram transportes e comunicações (629 postos) e ensino (517 postos). A única mesorregião que registrou expansão neste

setor foi o Leste com um saldo positivo de 586 empregos. As mesorregiões do Sertão e do Agreste perderam, respectivamente, 161 e 46 postos de trabalho.

A agropecuária registrou retração no período, tendo eliminado 4.246 postos de trabalho. Esta retração ocorreu em todas as mesorregiões, mas a que mais contribuiu para este resultado foi o Leste, que registrou um saldo negativo de 3.704 empregos.

Na indústria também houve retração do emprego, com uma perda de 516 postos de trabalho. O subsetor mais atingido foi o de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, que eliminou 773 postos. A única mesorregião responsável pela retração do emprego industrial foi o Leste, que apresentou um saldo negativo de 1.085 empregos.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado de Alagoas eram os seguintes: grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 22,4% do total; grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 21,4%; grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), com 19,1%; e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliares de saúde e trabalhadores assemelhados), com 18%. Estes quatro grandes grupos destacavam-se em todas as mesorregiões do Estado, com pesos diferenciados.

O grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) é o mais numeroso nas mesorregiões do Leste (22,4%) e do Agreste (26%). Destacam-se neste grande grupo, para todo o Estado, os agentes da administração pública (44,7%) e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (34%).

O grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados) é o segundo

maior segmento nas mesorregiões do Leste (21,4%) e do Agreste (23,5%). No Estado, os subgrupos mais representativos são os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (36%) e os condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (15,4%).

O grande grupo 0/1 (trabalhadores de profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados) é o segundo segmento mais importante no emprego da mesorregião do Sertão (31,7%). Neste grande grupo, destaca-se o subgrupo dos professores, responsável por 68,1% do emprego no Estado.

O grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliares de saúde e trabalhadores assemelhados) é o mais numeroso na mesorregião do Sertão (33,6%). Neste segmento, os subgrupos com maior representatividade no Estado são os dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (48,4%) e dos trabalhadores de serviços de proteção e segurança (24,6%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No período 1995-96, segundo os dados do Caged, o segmento ocupacional que registrou maior retração do emprego, no Estado de Alagoas, foi o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados), com a eliminação de 2.318 postos de trabalho. O subgrupo dos trabalhadores agrícolas especializados contribuiu para este resultado com um saldo negativo de 2.421 empregos. A mesorregião do Leste foi a única a registrar perdas no setor –um total de 2.347 empregos.

O grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados) foi o que registrou maior expansão do emprego, com a criação de 1.464 postos de trabalho. O subgrupo dos vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados contribuiu com 1.124 novos empregos. Este resultado positivo foi observado em todas as mesorregiões, destacando-se a do Leste Alagoano, com 1.334 novos empregos.

O grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) apresentou um saldo positivo de 778 empregos. O subgrupo dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados contribuiu com 315 novos empregos e o dos cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados com 273. A mesorregião do Sertão foi a única a registrar perdas de postos de trabalho (9) neste grupo ocupacional.

O grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados) elevou o nível do emprego, com a criação de 422 postos de trabalho. O subgrupo dos professores foi o principal responsável por este desempenho ao gerar 346 novos empregos. A única mesorregião que registrou saldo negativo foi a do Sertão, que eliminou 31 postos de trabalho.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram no Estado de Alagoas – segundo dados de 31 de dezembro de 1994 - foram os professores (29,3% do emprego), os agentes da administração pública (23,8% do emprego) e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (21,4% do emprego). Também é significativa a participação deste subgrupos nas mesorregiões do Leste e do Agreste Alagoano. No Sertão, o subgrupo dos agentes da administração pública é pouco representativo.

Detalhando-se as informações para os grupos de base selecionados, observa-se que os professores de ensino de primeiro grau concentram 92,3% do emprego do subgrupo dos professores no Estado de Alagoas. No subgrupo dos agentes da administração pública, 89,3% do emprego corresponde ao segmento dos agentes administrativos.

No subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, destacam-se, no Estado, os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (54,3%) e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras

epígrafes (23,9%). A situação é semelhante em todas as mesorregiões, exceto na do Agreste Alagoano, onde são mais representativos os grupos de base selecionados dos recepcionistas (43,9%) e dos auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (34,2%).

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Os subgrupos selecionados da CBO, no Estado de Alagoas, registraram expansão do emprego, com um saldo geral positivo de 209 postos de trabalho. Os que registraram maior crescimento foram os professores (178 novos empregos), os operadores de instalações de processamentos químicos e trabalhadores assemelhados (171 novos empregos) e os eletricitas, eletrotécnicos e trabalhadores assemelhados (115 novos empregos). Dos segmentos que tiveram retração, destaca-se o de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, que eliminaram 240 postos de trabalho.

A análise das informações desagregadas para os grupos de base da CBO selecionados revela, entre os segmentos que apresentaram maior expansão do emprego, os recepcionistas (218 novos empregos), os operadores de instalações de processamentos químicos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (161 novos empregos) e os professores de ensino de primeiro grau (129 novos empregos). Entre os segmentos que registraram retração do emprego, estão os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (417 perdas) e os trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem (103 perdas).

Na mesorregião do Leste Alagoano, os subgrupos selecionados que mais se destacaram pela criação de novos postos de trabalho foram os operadores de instalações de processamentos químicos e trabalhadores assemelhados (171 novos empregos), os eletricitas, eletrotécnicos e trabalhadores assemelhados (125 novos empregos) e os professores (110 novos empregos). Entre os que apresentaram retração do emprego, aparece em primeiro lugar o dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, que eliminou 199 postos de trabalho.

SERGIPE

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, o Estado de Sergipe contava com 166.979 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais. Esta informação, quando desagregada por setor de atividade econômica, mostra elevada participação do setor de serviços, com 62,3% do emprego estadual. Seguem-se o setor industrial (15,6%), o comércio (13,1%), a construção civil (5,8%) e a agropecuária (3,3%).

Analisando-se estas informações para as mesorregiões do Estado, nota-se que o setor serviços tem peso significativo em todas elas, sobretudo na mesorregião do Agreste Sergipano (66,1%), seguindo-se a mesorregião do Leste Sergipano (62,5%) e a mesorregião do Sertão Sergipano (48,7%). O setor da indústria tem maior participação no emprego na mesorregião do Leste Sergipano (16,2%), seguido da mesorregião do Agreste Sergipano (9,8%) e da mesorregião do Sertão Sergipano, com 8,4%. O emprego no setor comércio é mais expressivo na mesorregião do Agreste Sergipano (19,4%), seguindo-se a mesorregião do Leste Sergipano, com 12,8%. O setor da construção civil emprega maior contingente de trabalhadores na mesorregião do Sertão Sergipano (32,8%), não passando dos cinco pontos nas demais mesorregiões. A participação da agropecuária estadual e regional na contratação da força de trabalho é muito reduzida.

Desagregando-se o setor serviços para o Estado de Sergipe, observa-se que 41,5% do emprego setorial está concentrado no subsetor da administração pública direta e autárquica, seguido do subsetor de ensino, com 21,3% dos postos de trabalho e do subsetor de serviços médicos, odontológicos e veterinários, com 11,4% do emprego. Em todo o Estado de Sergipe, o subsetor de administração pública é o que mais concentra postos de trabalho. Assim, tem-se a mesorregião do Sertão Sergipano com 83,5% dos empregos neste subsetor, seguida da mesorregião do Agreste Sergipano, com 77,1%, e da mesorregião do Leste Sergipano, com 37,9%.

O emprego industrial estadual concentra-se nos seguintes segmentos: indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (32,0%); indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (18,1%); e serviços industriais de utilidade pública (16,4%).

No Estado de Sergipe, o emprego no setor comércio é muito mais expressivo no subsetor de comércio varejista (85,4%), sendo que o comércio atacadista participa com 14,6% do emprego setorial. Esse perfil se mantém em todas as mesorregiões.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Nos anos 1995-96, segundo os dados do Caged totalizados para o Estado de Sergipe, os setores de atividade econômica que registraram expansão do emprego foram os serviços e o comércio.

O setor serviços gerou no período 1.674 novos empregos, destacando-se os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (1.015 novos empregos) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (1.482 novos empregos). Não obstante, as instituições de crédito, de seguros e de capitalização registraram perda de 1.406 postos.

Foram gerados 1.340 novos empregos no setor comércio, sendo a totalidade no comércio varejista, pois o comércio atacadista eliminou 116 postos. A indústria apresentou retração de 1.807 postos, sobretudo na indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (1.434). O segmento de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca também foi responsável pelo fechamento de 307 postos de trabalho. A construção civil criou somente 36 novos empregos.

Na mesorregião do Leste Sergipano, que inclui a capital do Estado, observa-se um saldo positivo de 411 empregos. O setor que mais se destacou quanto ao crescimento do emprego foi o de serviços, com 1.567 novas admissões. Seguem-se o comércio, com 918, e a construção civil, com 250. Houve retração de 2.108 postos de trabalho no setor de indústria e 216 no de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

O crescimento do emprego no setor de serviços concentrou-se no comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados, com 1.282 novos empregos, e nos serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (867 novos empregos). Cabe destacar, ainda, o fechamento de 1.172 postos de trabalho no subsetor das instituições de crédito, de seguros e de capitalização.

O subsetor da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (326 admissões) e o da indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e material plástico (112) foram os principais responsáveis pelo desempenho da economia regional no setor indústria. No entanto, a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido e a indústria extrativa mineral eliminaram 1.420 e 654 postos de trabalho, respectivamente.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado de Sergipe eram os seguintes: grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 25,3%; grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 23,9%; e grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), com 20,9%.

Observando-se as informações detalhadas para os subgrupos de ocupação, merecem destaque, no grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), o subgrupo dos agentes de administração pública, com 42,3% do emprego; e o de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 33,5%. No grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), são mais representativos os subgrupos de trabalhadores não classificados sob outras epígrafes, com 16,4% do emprego; os condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados, com 16,3%; e os trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados,

com 15,0%. No grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), destacam-se os professores, com 66,3% do emprego, e os médicos, cirurgiões-dentistas, médicos veterinários, enfermeiros e trabalhadores assemelhados, com 11,5%.

As mesorregiões do Sertão Sergipano, Agreste e Leste Sergipano têm o mesmo perfil ocupacional do Estado. Cabe destacar a mesorregião do Agreste, onde o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) concentra 24,0% do emprego.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Nos anos de 1995-96, segundo os dados do Caged totalizados para o Estado de Sergipe, registrou-se expansão de 446 postos de trabalho. Os grupos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram: grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), 1.939 novos postos de trabalho; grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados), com 815 novas ocupações; e grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais da pesca e trabalhadores assemelhados), com 298 novos postos. Ocorreu eliminação de postos de trabalho, principalmente no grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 2.061 postos; e no grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 416 postos.

Analisando-se estas informações desagregadas, observa-se maior expansão do nível de emprego no subgrupo dos cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (667); no dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (598), do grande grupo 5; e no de vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (654) do grande grupo 4.

A queda do nível de emprego deu-se no subgrupo de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras

epígrafes (1.323); no de trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (482) do grande grupo 3; no de fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados (1.125) e no de mestres, contramestres, supervisores de produção e manutenção industrial e trabalhadores assemelhados (473) do grande grupo 7/8/9.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO, destacaram-se, no Estado de Sergipe, professores (22,3%), trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (24,8%) e agentes da administração pública (19,3%).

O grupo de base dos professores de ensino de primeiro grau concentra 89,4% do emprego do subgrupo dos professores. No subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, destacam-se auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (59,8%) e os trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem (16,0%). Os agentes administrativos participam com 87,6% do emprego do subgrupo dos agentes da administração pública. Este perfil se repete nas mesorregiões.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

O Estado de Sergipe apresentou retração do emprego de 2.496 postos nos subgrupos selecionados da CBO. Contribuíram para este resultado, sobretudo, o subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.323); e dos trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (634). Esta performance negativa foi um pouco atenuada pelo desempenho dos subgrupos dos professores e dos secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados, que ampliaram o nível de emprego em 509 e 116 postos de trabalho, respectivamente.

Observando-se a redução do nível de emprego nos grupos de base selecionados da CBO, nota-se que houve retração entre os auxiliares de escritório e trabalhadores

assemelhados (858), trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem (347), recepcionistas (147) e auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (669). Não foi generalizada a eliminação de postos de trabalho, pois houve crescimento do nível de emprego no grupo de base dos professores de ensino de primeiro grau (323) e no dos secretários (116).

Apenas na mesorregião do Leste Sergipano, que inclui a capital do Estado, ocorreu queda significativa no nível de emprego, especialmente no subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.225), no dos trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (539), e no dos técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (366). No entanto, houve crescimento no nível de emprego no subgrupo dos professores (481) e no dos secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados (100).

A maior eliminação de postos de trabalho, entre os grupos de base, deu-se no de auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (746), de trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem (338), de recepcionistas (172) e de auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (569).

Os professores de ensino de primeiro grau e os secretários adicionaram ao estoque de emprego estadual 313 e 100 postos de trabalho, respectivamente.

BAHIA

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, o Estado da Bahia tinha 816.670 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais. Deste contingente, 64,9% concentravam-se na mesorregião Metropolitana de Salvador (530.128 empregados) e os restantes 35,1% distribuíam-se entre as demais mesorregiões do Estado: na do Sul Baiano, 88.610 empregados (10,9%); na do Centro-Norte Baiano, 63.899 empregados (7,8%); na do Centro-Sul Baiano, 58.701 empregados (7,2%); na do

Vale São-Franciscano da Bahia, 34.761 empregados (4,3%); na do Nordeste Baiano, 31.437 empregados (3,8%); e na do Extremo Oeste Baiano, 9.034 empregados (1,1%).

Estas informações, desagregadas para os setores da atividade econômica, indicam a elevada participação do setor serviços (59,9%) no conjunto do emprego estadual, seguindo-se o comércio (16,2%), a indústria (14,2%), a construção civil (5%) e a agropecuária (4,7%).

As informações sobre o setor serviços desagregadas para o Estado indicam que o subsetor da administração pública direta e autárquica responde por 50,1% do emprego, seguido de comércio e administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos especializados (12,3%), de transportes e comunicações (11,8%) e de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (10,7%).

No setor comércio, o emprego se concentra no segmento comércio varejista (81,8%), seguido pelo de comércio atacadista (18,2%). Esta distribuição do emprego setorial é mais ou menos idêntica em todas as mesorregiões do Estado, com exceção das do Centro-Norte e do Extremo Oeste Baiano, onde o comércio atacadista tem um peso ligeiramente maior: 26,3% e 25,5%, respectivamente.

No setor indústria, os segmentos mais representativos do estadual são o de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (24,3%), de serviços industriais de utilidade pública (19,5%) e de química e produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e material plástico (13,9%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, segundo dados do Caged totalizados para o Estado da Bahia, houve expansão do emprego no setor serviços, com um saldo de 21.354 novos empregos. Os subsetores que mais contribuíram para este resultado foram os de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (14.289 novos empregos) e o de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (7.807 novos empregos). A

mesorregião Metropolitana de Salvador concentrou cerca de 60% destes novos empregos (12.810).

O setor comércio criou 11.411 novos empregos, dos quais 89,4% no comércio varejista. A mesorregião Metropolitana de Salvador concentrou cerca de 52% do total de empregos gerados (5.971), seguindo-se o Sul (1.757) e o Centro-Sul Baiano (1.458).

Na indústria, foram gerados 379 novos empregos no conjunto do Estado. Os subsetores que mais contribuíram para este desempenho foram os de madeira e mobiliário (1.336 novos empregos), de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (1.259) e de borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústrias diversas (1.230). As mesorregiões onde mais se criaram empregos foram as do Centro-Norte Baiano (1.323) e Vale São-Franciscano (1.060). Registraram-se perdas de emprego industrial na Metropolitana de Salvador (1.986) e Nordeste Baiano (192).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado da Bahia eram: grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 27,5% do emprego; grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 22,9%; grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), com 18%; e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 17,1%. Estes quatro grandes grupos destacam-se em todas as mesorregiões do Estado, exceto na do Sul Baiano, em que o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados) é o quarto mais importante, com 16,4% do emprego, enquanto é reduzida a participação do grande grupo 0/1.

O grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) é o mais representativo nas mesorregiões Metropolitana de Salvador (30,5% do emprego regional), do Extremo Oeste (28,7%) e do Sul (21,7%). Por

subgrupos de ocupação, no Estado, destacam-se os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (37,3%) e os agentes da administração pública (33,4%).

O grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados) é o principal segmento das mesorregiões do Centro-Norte (28% do emprego regional) e Centro-Sul Baiano (26,2%). No Estado, destacam-se os subgrupos de condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (18%), os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (17%) e os trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados (13,3%).

O grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados) é o segmento que tem mais peso no emprego da mesorregião do Nordeste Baiano. Neste grande grupo, o subgrupo mais representativo no Estado é o dos professores, com 62,5% do emprego.

O grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) é o mais importante da mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia. No Estado, destacam-se os subgrupos dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (44%) e os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (21%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No período 1995-96, segundo dados do Caged para o Estado da Bahia, o segmento ocupacional que registrou maior expansão do emprego foi o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 9.789 novos empregos. Os subgrupos de ocupações que mais contribuíram para este resultado foram os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (8.492 novos empregos), os trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados (1.387) e os trabalhadores de tratamento de fumo e de fabricação de charutos e cigarros (1.011). Cerca de 60%

dos novos empregos gerados concentravam-se na mesorregião Metropolitana de Salvador (5.839), seguindo-se a do Centro-Norte Baiano, com 29% (2.847). A despeito do desempenho geral positivo do grande grupo 7/8/9, as mesorregiões do Vale São-Franciscano e do Extremo Oeste registraram retração, com a perda de 708 e 415 empregos, respectivamente.

O grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) gerou 9.018 novos empregos, distribuídos entre os subgrupos dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (3.989), os cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (2.549) e os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (1.125). Neste grande grupo, houve expansão do emprego em todas as mesorregiões do Estado, com destaque para a Metropolitana de Salvador (5.425 novos empregos), Vale São-Franciscano (1.269) e Sul Baiano (1.265).

O grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados) também registrou expansão, com um saldo de 5.062 novos empregos, destacando-se o subgrupo dos vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados, que gerou 5.019 novos empregos. Este resultado positivo foi observado em todas as mesorregiões, particularmente na Metropolitana de Salvador (1.279 novos empregos) e na do Sul Baiano (1.176).

O grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados) apresentou um saldo positivo de 2.055 empregos. O subgrupo dos trabalhadores agrícolas especializados contribuiu para este resultado com 2.452 novos empregos. As mesorregiões mais favorecidas foram as do Vale São-Franciscano da Bahia (1.414 novos empregos) e do Sul Baiano (1.331). Mesmo registrando um desempenho geral positivo no conjunto do Estado, o grande grupo 6 perdeu empregos nas mesorregiões do Nordeste Baiano (1.076 perdas) e Metropolitana de Salvador (556 perdas).

O grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados) gerou 1.149 novos empregos. O subgrupo dos professores foi o principal responsável por este desempenho, com 2.090 novos empregos. As únicas mesorregiões que registraram saldo negativo foram as do Vale São-Franciscano da Bahia (312 perdas) e do Nordeste Baiano (37).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, os subgrupos selecionados da CBO que mais se destacaram no Estado da Bahia foram os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (29,5%), os agentes da administração pública (17,7%) e os professores (15,7%). Estes subgrupos tiveram uma participação expressiva também nas mesorregiões do Centro-Norte, do Centro-Sul e do Nordeste Baiano. Nas mesorregiões do Sul, do Vale São-Franciscano e do Extremo Oeste, o subgrupo dos agentes da administração pública não está entre os mais representativos. A única mesorregião em que os professores não estão entre os três principais subgrupos selecionados de ocupação é a Metropolitana de Salvador. Na do Extremo Oeste Baiano, destaca-se também o subgrupo selecionado dos trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados, o que não ocorre em outras regiões.

As informações detalhadas para os grupos de base selecionados no Estado indicam que os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados concentram 59,5% do emprego do subsetor trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes. Este segmento tem uma participação superior a 60% em todas as mesorregiões. No subgrupo dos agentes da administração pública, 86,2% do emprego se concentra no segmento dos agentes administrativos, em todas as mesorregiões, com exceção da Metropolitana de Salvador, em que essa proporção cai para 56,7%. Os professores de ensino de primeiro grau detêm 87,1% do emprego estadual no subgrupo dos professores. Em todas as mesorregiões do Estado, esta proporção é superior a 80%.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Os subgrupos selecionados da CBO no Estado da Bahia registraram retração, com um saldo negativo de 1.004 empregos. Os mais atingidos foram os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (965 perdas), os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (670 perdas), os ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão (652 perdas) e os operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (631 perdas). Dos subgrupos que registraram expansão do emprego, destacam-se os professores (1.412 novos empregos) e os trabalhadores de serviços de higiene, embelezamento, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados (540).

A análise das informações desagregadas para os grupos de base da CBO selecionados indicam que os segmentos que registraram maior retração do emprego foram os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (2.087 perdas), os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (759), os mecânicos de manutenção de máquinas (654) e os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (562). Entre os que registraram expansão, destacam-se os recepcionistas (1.606 novos empregos) e os professores de ensino de primeiro grau (1.090).

Na mesorregião Metropolitana de Salvador, os subgrupo selecionados que tiveram mais perdas foram os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (863) e os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (712). Entre os que registraram expansão, destacam-se os professores (626 novos empregos) e os trabalhadores de serviços de higiene, embelezamento, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados (520).

REGIÃO SUDESTE

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, os empregos existentes na Região Sudeste estavam concentrados no Estado de São Paulo (59,8%), seguido do Estado do Rio de Janeiro (19,7%), Minas Gerais (17,2%) e Espírito Santo (3,0%).

Por setores de atividade econômica, observa-se a elevada participação do emprego no setor serviços (48,9%). Seguem-se os setores de indústria (27,2%), comércio (14,7%), construção civil (5,3%) e agropecuária (3,9%).

Desagregando-se o setor serviços, verifica-se que os subsetores que têm maior peso no emprego setorial são a administração pública direta e autárquica (37,1%), o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (17,0%), os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (15,5%) e os transportes e comunicações (13,3%).

No setor industrial, os segmentos que mais empregam são a indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (14%), a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (14%), a indústria metalúrgica (12,6%) e a indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e material plástico (10,8%).

O emprego no setor comércio está concentrado no segmento comércio varejista, que agrupa 79,1% dos postos de trabalho da região.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, segundo os dados do Caged, houve expansão do emprego nos setores serviços, comércio e construção civil; e retração na indústria e agropecuária. O setor serviços gerou 242.563 novos empregos, no período, destacando-se os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (155.338 novos empregos) e o comércio e administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos especializados (67.343 novos empregos).

O comércio registrou um saldo positivo de 176.188 novos empregos, dos quais 153.388 no comércio varejista. A construção civil teve um saldo de 6.618 novos empregos.

Na indústria, houve perda de 218.036 empregos, devido ao desempenho negativo dos seguintes subsetores: têxtil, vestuário e artefatos de tecidos (58.728), material de transporte (40.583), metalúrgica (30.121) e produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (21.852).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupação

Na Região Sudeste, o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados) reunia 33,1% do emprego; nele, destacam-se os subgrupos dos trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (15,9%), os condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (13%) e os trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados (9,6%). O grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) agrupava 23,1% dos postos de trabalho, com destaque para o subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (51,5%). O grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) representava 14,8% do emprego na região, sendo que os subgrupos mais significativos eram os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (39,6%), trabalhadores de serviços de proteção e segurança (21%) e cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (18,6%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupação

No período 1995-96, segundo dados do Caged, os segmentos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 142.470 novos postos de

trabalho; grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados), com 88.238; e grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), com 367. Por outro lado, os segmentos que registraram retração do emprego foram o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 104.197 postos de trabalho; o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados), com 31.797; o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com 28.036; e o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 6.835.

Desagregando-se estas informações pelos subgrupos, observa-se que a maior expansão do emprego ocorreu para os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (107.500 novos empregos), os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (67.014), os vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (56.688), os trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (39.110), os cozinheiros, garçons, barmem e trabalhadores assemelhados (36.169 novos empregos), os professores (36.142) e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (26.281). Os subgrupos que registraram maior retração do emprego foram os trabalhadores da usinagem de metais (37.619 demissões), os chefes intermediários administrativos, de contabilidade e finanças (35.578), os trabalhadores agrícolas especializados (35.285), os fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados (29.592), os gerentes de empresas (25.244) e os mestres, contramestre, supervisores de produção e manutenção industrial e trabalhadores assemelhados (22.074).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram na Região Sudeste, segundo dados de 31 de dezembro de 1994, foram os trabalhadores de

serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (37,1%) e os professores (10,7%).

Detalhando-se as informações para os grupos de base selecionados, destacavam-se, no subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (52% do emprego) e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (26,8% do emprego). O segmento dos professores de ensino de primeiro grau concentrava 83,2% do emprego do subgrupo dos professores.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

No período 1995-96, conforme os dados do Caged, os subgrupos selecionados da CBO registraram retração do emprego, com 47.399 demissões. Os segmentos que mais contribuíram para este resultado foram os trabalhadores da usinagem de metais (36.796 postos), os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (20.564 postos), os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (17.178 postos) e os operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (12.241 postos). Alguns subgrupos tiveram expansão do emprego, destacando-se os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (26.281 novos empregos) e os professores (17.835 novos empregos).

Estas informações, quando desagregadas para os grupos de base selecionados da CBO, revelam que os segmentos que registraram maior retração do emprego foram os operadores de máquinas-ferramentas (20.761 demissões), os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (17.025), os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (16.384), os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (11.071), os torneiros, fresadores, retificadores e trabalhadores assemelhados (10.512) e os mecânicos de manutenção de máquinas (10.123). Entre os grupos de base que registraram expansão do emprego, destacavam-se os recepcionistas (29.131 novos empregos), trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados

não classificados sob outras epígrafes (19.332), os professores de ensino de primeiro grau (9.519 novos empregos) e os professores de ensino pré-escolar (6.610).

MINAS GERAIS

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

No dia 31 de dezembro de 1994, segundo informações da Rais, havia no Estado de Minas 2.181.916 pessoas empregadas. Deste contingente, 51,5% concentrava-se na mesorregião de Belo Horizonte (1.124.375 empregados), 10,8% na do Sul/Sudoeste (234.790 empregados), 10% na do Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba (217.363 empregados), 9,2% na da Zona da Mata (234.790) e os restantes 18,5% nas demais mesorregiões.

O setor serviços respondia por 46,9% desses empregos, seguido da indústria (24,4%), do comércio (14,2%), da agropecuária (7%) e da construção civil (7,4%). Nas mesorregiões, a distribuição dos empregos reproduzia este padrão estadual, exceção feita à do Oeste de Minas, onde a indústria ocupava a primeira posição, respondendo por 41% dos postos de trabalho contra 31,6% dos serviços. Nas demais mesorregiões, a participação dos serviços variava entre 54,9% (Jequitinhonha) e 33,1% (Sul/Sudoeste); e a da indústria, entre 29,2% (Campo das Vertentes) e 13,4% (Vale do Mucuri).

Dentro do setor serviços, a maior parcela dos empregos, para todo o Estado, era oferecida pelo subsetor da administração pública direta e autárquica (41%), seguindo-se, todos na faixa de 14%, os de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio e televisão; de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados; e o de transporte e comunicações.

Nas mesorregiões do Estado, a participação do subsetor de administração pública direta e autárquica no emprego do setor serviços variava entre 65% (Jequitinhonha) e 36,1% (Zona da Mata); do subsetor de alojamento e alimentação, reparação e

conservação, rádio e televisão, entre 16,8% (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) e 11,8% (Campo da Vertentes); do subsetor comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados, entre 21,9% (Nordeste) e 11,9% (Norte); e do subsetor transporte e comunicações, entre 21,6% (Zona da Mata) e 12,6% (Vale do Mucuri).

No setor industrial, os empregos no Estado distribuíam-se, basicamente, entre os segmentos de metalurgia (19,4%), de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (16,2%) e têxtil, de vestuário e artefatos de tecido (15,1%). Este perfil de distribuição estadual dos empregos industriais se reproduzia na grande maioria das mesorregiões. Entre as exceções, destacam-se as elevadas participações da indústria metalúrgica no Vale do Rio Doce (58,8%) e Nordeste de Minas (31,3%); da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico no Vale do Mucuri (68,1%), na Central Mineira (43,2%) e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (36,5%); e do subsetor extrativo mineral no Jequitinhonha (37,1%) e Nordeste de Minas (21,7%).

O setor de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, que responde por apenas 7% do total de empregos no Estado, tem participações expressivas nas mesorregiões Nordeste (24,1%), Sul/Sudoeste (22,5%), Central Mineira (16,3%), Jequitinhonha (16,2%), Norte (14,4%) e Vale do Mucuri (13,8%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, segundo dados da Lei n. 4.923 totalizados para o Estado de Minas Gerais, o emprego cresceu no setores de serviços e comércio e reduziu-se nos de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, da Indústria e da Construção Civil.

O setor de serviços apresentou um saldo positivo de 50.917 empregos. As maiores contribuições foram dos subsetores de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio e televisão (33.598 novos empregos); de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (11.903); e de serviços médicos, odontológicos e veterinários (8.034).

As maiores perdas ocorreram nos setores de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, que apresentou um saldo negativo de 6.122 empregos. A indústria promoveu o maior número de desligamentos, com uma redução total de 1.674 empregos. Os segmentos industriais que mais demitiram foram o metalúrgico (12.200 desligamentos); têxtil, de vestuário e artefatos de tecido (5.436); e o extrativo mineral (4.258). Nos serviços, contrariando a tendência predominante no setor, o segmento de instituições de crédito, de seguros e de capitalização promoveu 9.409 demissões.

Em todas as mesorregiões mineira reproduziu-se o padrão estadual de expansão do emprego nos setores de serviços e comércio. Em termos absolutos, as maiores proporções de novos empregos nesses dois setores encontravam-se nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte (18.949 em serviços e 11.431 no comércio), Sul/Sudoeste (7.581 e 6.951) e do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (7.438 e 1.965).

O setor industrial, que para o total do Estado apresentou um saldo negativo de empregos, decorrente sobretudo do grande número de demissões nas indústrias da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (5.216 no setor siderúrgico, 2.376 no setor têxtil e 2.938 no extrativo mineral), floresceu em outras mesorregiões. Destacam-se o Sul/Sudeste, onde foram criados 3.824 postos de trabalho, e o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que promoveu 2.197 admissões. Os subsetores que mais geraram emprego foram o de madeira e mobiliário (4.794 admissões); de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões e velas (4.557); de papel, papelão, editorial e gráfica (3.755); e de material de transporte (3.651).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

As informações da Rais referentes a 31 de dezembro de 1994 indicam que os grupos ocupacionais com maior representação em Minas Gerais são: o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados); o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados); e o grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e

trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes). Estes três grupos respondem, respectivamente, por 34,3%, 22,5% e 13,9% dos empregos no Estado.

Este padrão estadual reproduz-se basicamente em todas as mesorregiões, com algumas variações. A participação do grande grupo 7/8/9 oscila de 51,7% no Oeste a 27,6% no Nordeste de Minas; e do grande grupo 3, de 26,5% na Metropolitana de Belo Horizonte a 13,9% na Central Mineira. O grande grupo 0/1, cujo subsetor de mais peso é o dos professores (54,7%), representa 18% dos empregos na Metropolitana de Belo Horizonte.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

As informações do Caged mostram que no período 1995-96 houve expansão do emprego no Estado e em todas as suas mesorregiões. Os grupos ocupacionais que mais geraram empregos foram o grande grupo 5 (trabalhadores em serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) e o grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados).

O grande grupo 5 apresentou um saldo positivo de 25.619 empregos no Estado. O subgrupo que mais contribuiu para esse resultado foi o de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados. Este subgrupo respondeu pela geração de 16.249 novos empregos. Outro subgrupo representativo é o de cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados, que promoveu 6.918 admissões.

Este desempenho favorável do grande grupo 5 repetiu-se em todas as mesorregiões, particularmente nas três mais importantes, que juntas concentram 60% dos empregos no Estado: a do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (3.273 novos empregos), a Metropolitana de Belo Horizonte (14.965) e a Sul/Sudoeste (2.417). Esses números equivalem, respectivamente, a 19%, 20,7% e 19% dos novos empregos no Estado.

No grande grupo 4 houve um acréscimo de 24.010 empregos, distribuídos principalmente nos subgrupos de vendedores, empregados do comércio e trabalhadores assemelhados; e de trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes. Estes dois subgrupos geraram, respectivamente, 16.269 e 8.574 novos empregos. O desempenho positivo do grande grupo 4 no Estado reproduziu-se em todas as mesorregiões. Destacam-se a Metropolitana de Belo Horizonte (7.531 novos empregos); a Sul/Sudoeste (3.349); a da Zona da Mata (3.133); a do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (3.030); e a do Vale do Rio Doce (2.224).

O grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados) também contribuiu para a expansão do emprego no Estado, gerando 9.525 novas ocupações. Os subgrupos mais representativos foram os trabalhadores agropecuários polivalentes e trabalhadores assemelhados (6.957 novos empregos) e os trabalhadores da pecuária (3.213). Em praticamente todas as mesorregiões, o grande grupo 6 apresentou resultados positivos no emprego. As exceções foram as mesorregiões do Vale do Mucuri (439 desligados) e Metropolitana de Belo Horizonte (236). Nesta última, o pior desempenho foi do subsetor de trabalhadores florestais (1.061 desligados).

Foram significativas ainda as participações do grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados); do grande grupo 0/1 (trabalhadores em profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados); e do grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados). O grande grupo 3 e o grande grupo 0/1 criaram, respectivamente, 7.701 e 2.438 novos empregos; e o grande grupo 7/8/9 realizou 1.156 admissões.

O único grupo de ocupação a apresentar retração, com a perda de 2.917 empregos, foi o grande grupo 2 (membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados). O subgrupo dos gerentes de empresa foi o que mais contribuiu para este resultado, com a perda de 2.645 empregos.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre os subgrupos da CBO selecionados para representar as ocupações técnicas lato sensu, os que mais se destacavam, em 31 de dezembro de 1994, no Estado de Minas Gerais, eram os trabalhadores em serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes; os professores; e os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados. Estes subgrupos respondiam, respectivamente, por 34,9%, 15,5% e 7,4% dos empregos técnico no Estado.

Nas mesorregiões, estes subgrupos são igualmente os que detêm as maiores participações no emprego técnico, com variações de peso. Além destes, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e no Sul/Sudoeste de Minas, destaca-se o subgrupo de trabalhadores em serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados, que representa, respectivamente, 8,7% e 8,4% do emprego técnico nessas mesorregiões.

No subgrupo dos trabalhadores em serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, a maior participação (52,7%) é dos auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados. Essa participação é superior a 60% em todas as mesorregiões do Estado, excetuadas a Metropolitana de Belo Horizonte (46%) e a de Jequitinhonha (57,1%)

No subgrupo de agentes da administração pública, o segmento dos agentes administrativos concentra 83,4% dos empregos técnicos no Estado (83,4%); e no subgrupo dos professores, 90,4% correspondem aos professores de 1º grau. Com pequenas variações, essas proporções são observadas em todas as mesorregiões.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Os subgrupos da CBO selecionados para representar as ocupações técnicas no Estado de Minas Gerais apresentaram um saldo positivo de 6.866 empregos. Destacam-se o de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (7.041 novos empregos); de secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados (2.821 novos contratos); e de professores (1.862 novos contratos). Entre as mesorregiões, apenas

três tiveram saldo negativo de emprego: a de Jequitinhonha (106 perdas), no Norte (16 demitidos) e Central Mineira (100 perdas)

A retração no emprego foi maior nos subgrupos de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (3.135 perdas); de operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares (1.949 perdas); e de trabalhadores em serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (1.178 perdas).

Dos segmentos que registraram expansão do emprego, as maiores proporções distribuíram-se entre os recepcionistas (4.613 novos empregos), os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (3.494 empregos), secretários (2.821 novos empregos) e professores de ensino de 1º grau (910 novos contratos).

Entre os grupos de base selecionados que tiveram retração do emprego, destacam-se os de técnicos de eletricidade, eletrônica e telecomunicações (996 perdas); de técnicos de obras civis, agrimensura, estradas, saneamento e trabalhadores assemelhados (535 desligamentos); e o de operadores de máquinas fixas e de equipamento similares não classificados sob outras epígrafes (1.666 perdas).

Na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, entre os subgrupos selecionados que tiveram saldo negativo de empregos, aparecem em primeiro lugar os de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (2.354 perdas); e de trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (1.449 perdas). Entre os que registraram expansão no emprego, destacam-se os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (4.545 novos empregos) e professores (577 novos empregos).

ESPÍRITO SANTO

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

O setor de atividade econômica mais importante no Estado do Espírito Santo, pelo número de empregos oferecidos em 1994, é o de serviços, que responde por 55% dos postos de trabalho, seguido do industrial (18,1%) e de Comércio (17,3%). Nas mesorregiões do Noroeste e do Sul espírito-santense, a participação do setor industrial diferencia-se da média do Estado, com proporções de 30,3% e 29,3%, respectivamente. No Litoral Norte, o setor de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, que responde por apenas 3,2% do emprego estadual, alcança 14,1%.

Dentro do setor de serviços, o segmento mais representativo é o da administração pública direta e autárquica, que concentra 40,7% dos postos de trabalho no Estado; seguem-se o de transporte e comunicação (16,7%) e o de serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio e televisão (14%). O segmento de administração pública predomina também em todas as mesorregiões, excetuada apenas a do Litoral Norte, onde cresce a participação do subgrupo comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (22,4%).

No setor industrial, as maiores proporções de emprego distribuem-se entre os segmentos de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (21,1%), têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (15,9%), metalúrgico (12,2%) e de produtos minerais não-metálicos (12,2%). O segmento de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico é também o mais representativo em todas as mesorregiões. Os demais segmentos apresentam pesos regionais diferenciados. No Noroeste, tem destaque o segmento têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (39,1%); no Litoral Norte, o de madeira e do mobiliário (24,1%) e o de papel, papelão, editorial e gráfica (14,4%); na Central, o metalúrgico (19,4%) e o têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (16,3%); e no Sul, o de produtos minerais não metálicos (34,6%) e o extrativo mineral (17,1%).

Movimentação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, o Estado do Espírito Santo registrou expansão no emprego nos setores de comércio (11.442 postos de trabalho), indústria (5.295), serviços (4.272) e construção civil (1.698). Nos dois primeiros, esta expansão foi verificada em todas as mesorregiões, enquanto nos demais houve oscilações conforme a região.

O setor de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca apresentou retração no Estado, com um saldo negativo de 790 empregos, mas as maiores perdas verificaram-se no Litoral, com um saldo negativo de 1.381 postos de trabalho.

No setor de serviços, os segmentos que mais geraram empregos foram os de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio e televisão (2.602); de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (1.599); de serviços médicos, odontológicos e veterinários (1.516). Em contrapartida, houve perdas expressivas de empregos nos segmentos de instituições de crédito, de seguros e de capitalização (2.494) e de transportes e comunicações (1.515).

Na indústria, os segmentos de material de transporte e metalúrgico geraram, respectivamente, 1.568 e 1.401 novos empregos.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

As informações da Rais referentes a 31 de dezembro de 1994 indicam que os grupos ocupacionais com maior representação no Espírito Santo são: o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados); o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados); e o grande grupo 5 (trabalhadores em serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados). Estes três grupos respondem, respectivamente, por 31,7%, 26,9% e 16,2% dos empregos no Estado.

Por subgrupos de ocupações, destacam-se: no grande grupo 7/8/9, os trabalhadores da construção civil (15,4%), os condutores de veículos de transporte (16,6%) e os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (14,8%); no grande grupo 3, os agentes de administração pública (30,3%) e os trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes (40,9%); no grande grupo 5, os trabalhadores em serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios e logradouros públicos (48,1%) e os trabalhadores em serviços de proteção e segurança (21,0%). Foi observado esta mesma dinâmica em todas as mesorregiões.

Movimentação dos empregos segundo grupos de ocupações

As informações do Caged mostram que no período 1996-96 houve expansão do emprego no Estado e em todas as suas mesorregiões. Os grupos ocupacionais que mais geraram empregos foram o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados) e o grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados).

O grande grupo 7/8/9 apresentou um saldo positivo de 7.959 empregos no Estado. Excluindo os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes, que respondeu pela geração de 4.065 novos empregos, os subgrupos que mais contribuíram para esse resultado foram o de trabalhadores de costura e estofadores (1.689) e o de trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (1.070).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Entre os subgrupos da CBO selecionados para representar as ocupações técnicas lato senso, os que mais se destacavam, em 31 de dezembro de 1994, no Estado do Espírito Santo, eram os professores de ensino de primeiro grau (82% dos empregos dos professores), os auxiliares de contabilidade e caixas (83,7% dos empregos dos trabalhadores de serviços de contabilidade e caixas) e os auxiliares de escritório (59,9% dos empregos dos trabalhadores de serviços administrativos não classificados sob outras epígrafes).

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

No período 1995-96, tendo por referência os registros administrativos do MTb totalizados para o Estado do Espírito Santo, houve expansão da demanda por mão-de-obra entre os segmentos representativos das ocupações técnicas lato senso, com um saldo líquido de 2.560 admissões.

A expansão do emprego foi maior entre os subgrupos de recepcionistas (saldo de 1.118 admissões), professores de ensino de primeiro grau (saldo de 1.105 admissões) e classificadores de correspondência, carteiros e mensageiros (saldo de 368 admissões). Dos subgrupos que registraram retração do emprego, as maiores proporções distribuíram-se entre os auxiliares de contabilidade e caixas (saldo de 233 desligamentos), os auxiliares de escritório (saldo de 263 desligamentos) e os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (saldo de 388 desligamentos).

RIO DE JANEIRO

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

O Estado do Rio de Janeiro, em 1994, apresentava um total de 2.493.133 empregos. Este contingente distribuía-se nas seguintes mesorregiões: Metropolitana do Rio de Janeiro (2.156.091 empregos), Norte (73.361), Noroeste (24.283 empregos), Sul (140.269), Baixadas (36.968) e Centro Fluminense (62.161).

O setor de serviços concentrava cerca de 60% dos empregos, seguido da indústria (19,2%), do comércio (16,8%), da construção (4,6%) e da agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca (0,9%).

Dentro do setor de serviços, destacavam-se os subsetores de administração pública direta e autarquia, com 34% dos empregos; de alojamento, alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (16,8%); de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (16,7%). Em todas as

mesorregiões, o segmento de administração pública direta e autarquia respondia por mais de 30% dos postos de trabalho setoriais.

Na indústria, as maiores participações eram dos subsetores têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (14,8%); de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (14,4%); e químico e de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabão, velas e material plástico (13,3%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 1996, foram registrados, no Estado do Rio de Janeiro, 2.261.111 admissões e 1.170.199 desligamentos, com um saldo positivo de 90.912 postos de trabalho. Os setores que mais se expandiram foram os de serviços (61.576 empregos), comércio (48.992) e construção civil (11.0680). A única retração ocorreu na indústria, que apresentou um saldo negativo de 32.126 empregos.

No setor de serviços, a maior expansão foi observada nos segmentos de alojamento, alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (42.297 empregos); e de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (19.934 empregos). Contrariando a tendência predominante no setor, o segmento de instituições de crédito, de seguros e de capitalização apresentou expressiva retração, com um saldo negativo de 20.599 posto de trabalho.

A retração do emprego na indústria resultou basicamente das perdas nos subsetores têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (9.455); de serviços industriais de utilidade pública (8.801); e de material de transporte (8.633). As mesorregiões mais afetadas por essa retração foram o Sul (3.381 perdas), a Metropolitana do Rio de Janeiro (29.728) e o Centro Fluminense (1.167).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os segmentos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado do Rio de Janeiro eram: grande grupo 7/8/9 (trabalhadores

de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 26,3% dos empregos; grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 25,8% dos empregos; grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 17,3% dos empregos.

Por subgrupos de ocupações, constata-se que os segmentos de maior importância relativa, no grande grupo 7/8/9, eram os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (17,2%), os condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (15,8%) e os trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados (10,8%). No grande grupo 3, predominavam os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (44,0%), os agentes de administração pública (21,5%) e os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (12,6%). No grande grupo 5, a maior parte dos empregos era de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (41,9%), de cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (20,0%) e de trabalhadores de serviços de proteção e segurança (18,9%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupação

No período 1995-96, segundo os dados do Caged, houve expansão do emprego no Rio de Janeiro, com saldo positivo de 63.305 postos de trabalho. Essa expansão se deu, principalmente, no grande grupo 5 (trabalhadores de Serviços de Turismo, Hospedagem, Serventia, Higiene e Embelezamento, Segurança, Auxiliar de Saúde e Trabalhadores Assemelhados), com 37.458 novos empregos, e no grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com 20.301. Houve um único grupo de atividade que apresentou retração no período: o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com um saldo negativo de 7.349 empregos.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram no Estado do Rio de Janeiro – segundo dados de 31 de dezembro de 1994 – foram: no segmento de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, os grupos de base de auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados e o de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (54,9% e 23,5%, respectivamente, do subgrupo); no segmento de trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados, o grupo de base de auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (86,1% do subgrupo); de professores de ensino de primeiro grau (85,8% do subgrupo de professores); e os de agentes administrativos (91,9% do subgrupo de agentes de administração pública).

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

No Estado do Rio de Janeiro, os subgrupos selecionados da CBO registraram retração do emprego, com um saldo geral negativo de 919 postos de trabalho. Os segmentos que registraram maiores perdas foram: os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (menos 4.137 empregos); os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (menos 3.466); os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares (menos 2.309); os trabalhadores da usinagem de metais (menos 1.582); e os ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão (menos 1.298). Em contrapartida, houve expansão das oportunidades de emprego para os trabalhadores de serviços de administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (6.684 novos empregos), professores (mais 4.915); os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (mais 1.427) e os classificadores de correspondência, carteiros e mensageiros (mais 1.262).

Desagregando estas informações para os grupos de base, destacam-se, entre os segmentos que apresentaram maior retração do emprego, os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (menos 4.088 empregos),

auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (menos 2.508), operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (menos 1.971 empregos). Entre os segmentos que registraram expansão do emprego, destacam-se os recepcionistas (6.404 novos empregos), os professores de ensino de primeiro grau (3.101 novos empregos) e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (2.910 novos empregos).

SÃO PAULO

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

No dia 31 de dezembro de 1994, segundo informações da Rais, havia no Estado de São Paulo 7.566.163 pessoas empregadas, das quais 46,1% no setor de serviços, 31,1% na indústria, 14% no comércio, 4,8% na construção civil e 4,8% na agropecuária.

No setor de serviços, os subsetores com maior peso no emprego eram os de administração pública direta e autárquica (37,1%); de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (18,3%); e de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (15,4%).

Na indústria, os subsetores mais expressivos eram o têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (13,6% dos empregos); de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (13,2%); de química e de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e material plástico (11,9%); metalúrgico (11,1%); de material de transporte (9,8%); e de papel, papelão, editorial e gráfica (6,1%).

No comércio, 77,7% dos empregos concentravam-se no subsetor comércio varejista e os restantes 22,3% no de comércio atacadista (22,3%).

O setor de serviços, com uma participação média de 46,1% no Estado, predominava em sete mesorregiões, alcançando sua maior representatividade (52,9%) na

Metropolitana de São Paulo. Nesta mesorregião, como na grande maioria, o segundo setor em importância era o industrial, respondendo por 28,5% dos empregos existentes contra a média estadual de 31,1%.

O setor industrial superava o de serviços em seis mesorregiões: Macro Metropolitana Paulista, de Campinas, Piracicaba, Araraquara e Araçatuba, alcançando proporções que variavam entre 44,2% (Piracicaba) e 31,6% (Araraquara). Apenas nas mesorregiões do Vale do Paraíba e de Presidente Prudente, o setor de comércio ocupava a segunda posição.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, segundo os dados do Caged totalizados para o Estado de São Paulo, houve retração do emprego na indústria (189.531 desligamentos), na agropecuária (30.188) e na construção civil (5.514); e expansão nos serviços (125.798 novos empregos) e no comércio (74.425).

Em oito das quinze mesorregiões do Estado, foram registradas perdas nos dois anos considerados, sendo a maior em Ribeirão Preto (22.766 empregos eliminados).

A Região Metropolitana de São Paulo apresentou um saldo negativo de 10.973 postos de trabalho, sobretudo em decorrência da forte retração no setor industrial (136.735 empregos eliminados), mas também das perdas na Construção Civil (6.762). Os demais setores apresentaram saldos positivos: o de serviços gerou 82.747 novos empregos; o de comércio, 49.446; e o agropecuário, 331.

De maneira geral, houve retração do emprego na grande maioria das mesorregiões, excetuadas as do Litoral, do Vale do Paraíba, de Marília, de Presidente Prudente e Bauru, que apresentaram saldos positivos em praticamente todos os setores de atividade.

Na indústria, as maiores perdas ocorreram nos subsetores têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (44.615 desligamentos); de material de transporte (37.169); e de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (24.688).

No setor de serviços, os segmentos que mais contribuíram para a expansão do emprego foram os de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (76.933 novos empregos); e de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (33.907). Apesar do desempenho positivo do setor, houve retração do emprego no segmento de instituições de crédito, seguros e capitalização (35.854 desligamento).

Dos novos empregos gerado no comércio, 95% concentraram-se no segmento de comércio varejista.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Segundo as informações disponíveis da Rais, referentes a 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representatividade no Estado de São Paulo são o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados) e o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados). Ambos respondem, respectivamente, por 35,1% e 22,2% dos empregos estaduais. Seguem-se o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) e o grande grupo 0/1 (trabalhadores de profissões científicas, técnicas e artísticas e trabalhadores assemelhados), com participações idênticas de 14,4%. No conjunto, os quatro grupos concentram 86% das ocupações no Estado.

Em todas as mesorregiões paulistas, sem exceções, o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados) alcança as maiores porcentagens, assim como no conjunto do Estado, em que representa 35,1% dos postos de trabalho.

Na mesorregião Metropolitana de São Paulo, a participação deste grupo no emprego é de 31,6%. Seguem-se o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 25,3%; o grande grupo 0/1 (trabalhadores de profissões científicas, técnicas e artísticas e trabalhadores assemelhados), com 17,8%; e o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem,

serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) com 15,3%.

No grande grupo 7/8/9, os segmentos mais representativos são os de trabalhadores não classificados sob outras epígrafes; de condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados; e de trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados. Estes três subsetores representam, respectivamente, 15,8%, 12% e 7,8% do emprego setorial.

No grande grupo 3, o segmento dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes concentra 56,3% das ocupações, seguindo-se o de trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (11,7%) e o de agentes de administração pública (10,1%).

No grande grupo 5, são mais representativos os segmentos de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (37,8%); de trabalhadores de serviços de proteção e segurança (22,2%); e de cozinheiros, garçons, barman e trabalhadores assemelhados (18,8%).

No grande grupo 0/1, o maior peso recai sobre o segmento dos professores (52,1%). Com participações menores, aparecem os segmentos de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (15,2%) e de médicos, cirurgiões-dentistas, médicos veterinários, enfermeiros e trabalhadores assemelhados (12%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No período entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, de acordo com informações da Lei nº 4.923 totalizadas para o Estado de São Paulo, o grupo ocupacional que registrou maior retração do emprego (121.687 desligamentos) foi o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados). Seguem-se o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados), com 42.560 desligamentos; o grande grupo 2 (membros dos Poderes Legislativo,

Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com 17.366 desligamentos; e o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 17.270 desligamentos.

Os grupos ocupacionais que apresentaram maior expansão foram o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados) e o grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com saldos de 78.570 e 39.203 novos empregos, respectivamente.

A Região Metropolitana de São Paulo registrou o maior saldo negativo regional, com a perda de 49.163 empregos no período, devido, principalmente, à redução de 86.319 postos de trabalho no grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados) (menos). Também contribuiu para este resultado o desempenho do grande grupo (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), que eliminou 13.658 empregos, e do grande grupo 2 (membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com menos 12.647 empregos.

Em contrapartida, foram registrados saldos positivos no grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), que criou 50.478 novos empregos, e no grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com mais 20.510 empregos.

Entre os subgrupos, as perdas mais significativas de emprego foram registradas entre os trabalhadores de usinagem de metais (36.682 desligamentos); trabalhadores agrícolas especializados (36.581); chefes intermediários administrativos, de contabilidade e finanças (23.827); fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados (20.983); ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão (16.969);

trabalhadores de fabricação de calçados e artefatos de couros (16.083); e gerentes de empresas (15.625).

Os maiores saldos positivos foram observados nos subgrupos de trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes (62.961 novos empregos); de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (31.584); de vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (23.161), de trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (21.048); e de professores (20.093).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

As informações da Rais relativas às ocupações técnicas (subgrupos selecionados da CBO), conforme consta na Rais de 31 de dezembro de 1994, destacam a expressiva participação no emprego estadual do subgrupo de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (37,9%). Neste subgrupo, os segmentos mais representativos são os de auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (50,6%) e de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (28,1%).

No subgrupo dos professores, com uma participação de 9,7% no Estado, o segmento dos professores de ensino de 1º grau responde pela expressiva maioria de 79,3% do emprego setorial.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

No período 1995-96, conforme os dados da Lei n°. 4.923 totalizados para o Estado de São Paulo, os subgrupos selecionados da CBO, que agregam as profissões técnicas, registraram retração do emprego, com 55.900 desligamentos. Os segmentos que mais contribuíram para este resultado foram os de trabalhadores de usinagem de metais (35.988 desligamentos); de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (13.650); e de trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (10.985).

Em oposição a esta tendência, alguns subgrupos apresentaram expansão do emprego, entre os quais os dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (11.123 novas ocupações), dos professores (9.683) e dos agentes de administração pública (3.123).

Para os grupos de base selecionados da CBO, entre os segmentos que registraram maior retração do emprego, destacam-se os de operadores de máquinas-ferramentas (21.728 desligamentos); auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (13.647); e auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (10.097). Entre os apresentaram expansão do emprego, aparecem em primeiro lugar o dos recepcionistas (17.001 novos empregos); dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (12.318); e dos professores de ensino de 1º grau (4.403).

REGIÃO SUL

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, segundo registros da MTb, a Região Sul contava com 3.973.068 pessoas empregadas, concentradas, principalmente, no Estado do Rio Grande do Sul 1.708.501 empregados (43,0%), seguido pelo Estado do Paraná, com 1.372.917 (34,6%) e pelo Estado de Santa Catarina, com 891.650 (22,4%).

A análise da distribuição setorial do pessoal empregado na Região Sul mostra a elevada participação do setor serviços (44,5). Em seguida, vêm os setores indústria (31,0%), comércio (16,0%), agropecuária (4,3%) e a construção civil (4,1%).

Analisando-se estas informações para os Estados da Região Sul, nota-se que o setor serviços tem peso significativo, sobretudo no Estado do Paraná (49,3%) e Rio Grande do Sul (44,4%). No Estado de Santa Catarina, o setor tem um peso relativamente menor no emprego formal, com 37,5%, compensado pela significativa participação do emprego industrial, com 40,8%. O setor Indústria tem participação

menor nos Estados do Rio Grande do Sul (32,0%) e Paraná (23,5%). O emprego no setor comércio tem um peso semelhante em todos os Estados do Sul do país, variando pouco em torno do percentual regional, de 16,8% a 14,3%. Os setores da construção civil e agropecuária apresentam participação reduzida em todos os Estados da Região Sul, só ultrapassando os quatro pontos percentuais no Estado do Paraná, onde a construção civil detém 4,8% e a agropecuária 5,6% do emprego formal, respectivamente.

Desagregando-se o setor serviços para a Região Sul, observa-se um razoável grau de diversificação, com 45,4% do emprego setorial concentrado no subsetor da administração pública direta e autárquica. Os subsetores de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão e do transporte e comunicações ficam com 14,2% e 12,3%, respectivamente, seguidos pelo comércio, administração de imóveis e valores mobiliários, serviços técnicos-profissionais, com 11,3% do emprego formal do setor. Em todos os Estados da Região Sul, o subsetor da administração pública direta e autárquica é o que tem peso mais significativo no emprego setorial. Na Estado do Rio Grande do Sul, ele detém 44,9% do emprego no setor serviços, seguido pelo subsetor de serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio, televisão (12,7%). No Estado do Paraná, este subsetor conta com 47,5% do emprego formal do setor, seguido também dos serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio, televisão (14,8%). O mesmo comportamento pôde ser observado no Estado de Santa Catarina, com a participação destes subsetores ficando em 42,2% e 16,6%, respectivamente.

No setor indústria, os segmentos que têm maior peso no emprego da Região Sul são os seguintes: indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (15,9%); indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (13,0%); indústria da madeira e do mobiliário (12,7%); indústria de calçados (11,1%); e indústria mecânica (7,4%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, segundo os dados da Lei nº 4.923, a Região Sul apresentou um saldo de 2.554 desligamentos, devido, ao setor Indústria, que eliminou 32.950 empregos, que foram registrados em quase todos subsetores, com destaque para a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (12.723 desligamentos) e a indústria metalúrgica (5.127 desligamentos). O setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca também registrou saldo negativo, com 2.349 desligamentos. Já o setor comércio apresentou um saldo positivo de 17.871 admissões, a despeito do desempenho do comércio atacadista, que contou com 3.577 desligamentos no período. O setor serviços teve um saldo positivo de 8.393 admissões, para o que contribuíram sobretudo os subsetores: serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (28.933 admissões); comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (22.161 admissões); e ensino (10.268 admissões). No entanto, foram registrados desligamentos nos subsetores da administração pública direta e autárquica (32.113), das instituições de crédito, seguros e capitalização (24.110) e de transportes e comunicações (4.441).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Analisando-se a estrutura do emprego sob a ótica das ocupações, as informações do MTb, mostram que os segmentos de maior representação na região Sul eram: grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 38,5% do emprego; grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 20,8% do emprego; grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados não classificados sobre outras epígrafes), com 13,8%; e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 12,7%.

Do grande grupo 7/8/9, merecem destaque os subgrupos: trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (15%); condutores de veículos de transporte e

trabalhadores assemelhados (11,3%); e trabalhadores da fabricação de calçados e artefatos de couro (8,7%). No grande grupo 3, destacam-se os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (46,3%) e os agentes da administração pública (22,1%). No grande grupo 5, os subgrupos mais representativos foram o dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (37,5%), o dos trabalhadores de serviços de proteção e segurança (23,8%) e o de cozinheiros, garçons, barman e trabalhadores assemelhados (15,4%).

Estes quatro grandes grupos têm participação semelhante em todos os Estados da Região Sul. O grande grupo 7/8/9 representa 46,6%, 37,9% e 34,2% do total de empregos existentes em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente. Entretanto, os subsetores deste grande grupo obtiveram desempenhos diferentes nos diversos Estados.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Entre 1995 e 1996, segundo os dados da Lei nº 4.923 totalizados para a Região Sul, o saldo foi de 27.352 desligamentos. Os grupos ocupacionais que registraram retração foram o grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados não classificados sobre outras epígrafes), com 22.577 desligamentos, o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com 7.788 desligamentos, o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 21.202 desligamentos, o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 12.797 desligamentos, e o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com 7.788 desligamentos. Já os grupos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com

23.531 admissões, o grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e trabalhadores assemelhados), com 13.458 admissões, e o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados), com 23 novos empregos.

Desagregando-se estas informações para os chamados subgrupos, nota-se que a maior retração do emprego ocorreu para os professores (19.790 demissões), chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças (9.378 demissões), trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (7.389 desligamentos) e gerentes de empresas (7.172 desligamentos).

Os subgrupos que registraram maior expansão do emprego foram os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (10.824 admissões), os cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (7.486 admissões) e os trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (7.156 admissões).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Considerando-se os 1.320.802 empregos existentes em 31/12/94 para os quais a Rais efetivamente obteve o código referente à ocupação, tal como definida na CBO, as ocupações técnicas estrito senso somam 69.790, representando apenas 2% do total dos casos válidos para esta categoria de análise. Com a adição dos subgrupos e grupos de base selecionados segundo os critérios anteriormente apontados, esse número aumenta para 7.546.583 empregos, possibilitando, assim, um exame mais acurado da demanda, efetiva ou potencial, por cursos de educação profissional no Brasil.

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacavam no país eram os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (29,9%), os professores (19,0%) e os agentes da administração pública (9,4%).

Detalhando-se as informações para os grupos de base selecionados, observa-se que os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados concentram 61,8% do

emprego do subsetor trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes. Os professores de ensino de primeiro grau detêm 92,9% do emprego no subgrupo dos professores. No subgrupo dos agentes da administração pública, 87,5% do emprego concentra-se no segmento dos agentes administrativos.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Examinando-se esta informações desagregadas para os grupos de base selecionados da CBO na Região Sul, observa-se que os segmentos que registraram maior retração do emprego foram os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (7.666 desligamentos), agentes da administração pública (5.189 desligamentos), trabalhadores da usinagem de metais (4.925 demissões) e professores (4.736 demissões). Entre os grupos de base que apresentaram expansão do emprego, estão os secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados (2.839 admissões), trabalhadores das artes gráficas (871 novos empregos), classificados de correspondência, carteiros e mensageiros (781 admissões).

Os subgrupos de base que obtiveram maior expansão de emprego foram o dos recepcionistas (4.773 admissões) e o dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (3.430 admissões), a despeito do desempenho negativo do grupo de base ao qual pertencem.

Os subgrupos de base com maior retração de emprego foram os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (9.479 demissões), os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (7.978 desligamentos) e os professores de ensino de primeiro grau (6.749 desligados).

PARANÁ

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

A partir das informações da Rais, havia, em 31 de dezembro de 1994, 1.372.917 empregos formais no Estado do Paraná.

Considerando-se os setores de atividade econômica e tomando-se apenas as informações válidas, observa-se grande concentração de empregos formais em serviços (49,3%). Seguem-se os setores de indústria (23,5%), comércio (16,8%), agropecuária (5,6%) e construção civil (4,8%).

Quando se desagrega o setor serviços, registra-se a participação da administração pública direta e autárquica, com 47,5% do setor, além de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (14,8%), transporte e comunicações (12,2%) e comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (10,5%). Esses quatro subsetores representavam 85% dos postos de trabalho em serviços, no Estado do Paraná, em 1994.

No setor industrial, destacam-se as indústrias de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (20,8%), da madeira e do mobiliário (18,2%), têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (10,7%), do papel, papelão, editorial e gráfica (7,9%) e serviços industriais de utilidade pública (7,1%). Nesses cinco subsetores encontravam-se 64,7% dos empregos formais na indústria do Estado do Paraná, em 1994.

Na mesorregião Metropolitana de Curitiba, o setor serviços participou com 58,7% e a indústria com 21,3% dos postos de trabalho, seguidos do comércio (com 13,7%) e a agropecuária, que apresentou a menor porcentagem regional (0,7%).

Na mesorregião do Sudeste Paranaense, a maioria dos postos de trabalho eram ligados à indústria (46,8%), com a segunda maior parcela em serviços (31,4%) .

O Centro-Sul Paranaense registrou as duas maiores porcentagens em serviços e na indústria (35,2% e 31,3%, respectivamente), bem acima do terceiro maior setor

regional, o comércio (com 19,4% dos postos de trabalho). Na agropecuária, os empregos registrados correspondiam a 10,6%, quase o dobro da média (5,6%). Na mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, predominava o setor de serviços (40,0%), seguido pela agropecuária (25,3%, contra 5,6% na média estadual), a maior parcela regional. A construção civil registrou a menor porcentagem regional, com 1,3% dos postos de trabalho (contra 4,8%, na média estadual).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

Entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996, segundo os dados do Caged do Ministério do Trabalho, foram admitidos 1.259.786 trabalhadores e demitidos 1.267.766, com saldo negativo de 7.980 postos de trabalho. Os segmentos que mais contribuíram para esta retração foram os da administração pública direta e autárquica (com saldo de 28.433 desligamentos), de instituições de crédito, seguros e capitalização (saldo de 9.960 desligamentos) e da agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca (saldo de 3.514 desligamentos). Em contrapartida, observam-se saldos positivos nos subsetores de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (saldo de 12.761 postos de trabalho), de comércio varejista (10.358 novos empregos), da construção civil (saldo positivo de 4.488), do ensino (saldo positivo de 3.981) e de serviços médicos, odontológicos e veterinários (saldo positivo de 3.671).

Em contrapartida, a Região Metropolitana de Curitiba apresentou saldo geral positivo de 15.918. Foram sobretudo os setores de serviços e de comércio, nessa mesorregião, que registraram expansão, com 8.770 e 7.271 novos empregos, respectivamente.

No Centro Sul Paranaense, registram-se saldos negativos (total de menos 1.731 postos de trabalho) em todos os setores de atividade, com maior intensidade na indústria (perda de 809) e menor na agropecuária (perda de 128).

No Sudoeste Paranaense, o saldo foi de 27.592 desligamentos, devido, sobretudo, aos serviços (perda de 29.241), mas também à agropecuária (53 demissões). Os demais setores apresentaram saldos positivos: comércio (690 novos postos de trabalho); indústria (560); e construção civil (452).

No Oeste Paranaense, o saldo positivo (4.027 novos postos de trabalho) ocorreu sobretudo graças à indústria (2.461) e aos serviços (2.138). Nos outros três setores, os saldos foram negativos: agropecuária (perda de 251); construção civil (menos 222) e comércio (99 demissões).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Analisando-se a estrutura do emprego sob a ótica das ocupações, as informações do MTb, referentes a 1994, mostram que maior representação no Estado estava no grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 34,2% dos empregos formais. Em seguida vêm o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 21,8%, o grande grupo 0/1 (de trabalhadores de profissões científicas, técnicas e artísticas e trabalhadores assemelhados), com 14,6%, o grande grupo 5 (de trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene, auxiliar de saúde e beleza, segurança e trabalhadores assemelhados), com 14,1%, e o grande grupo 4 (de trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com 7,9%.

No grande grupo 7/8/9, destacam-se os subgrupos de trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes (17,9%) e condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (14,7%). No grande grupo 3, os empregos formais se concentram sobretudo nos subgrupos de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (45,8%) e de agentes de administração pública (23,0%). No grande grupo 0/1, a maioria corresponde a professores (63,5%), vindo a seguir os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (11,7%) e médicos, cirurgiões-dentistas, médicos veterinários, enfermeiros e trabalhadores assemelhados (9,6%). No grande grupo 5, destaca-se o subgrupo de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (46,2%). No grande grupo 4, a maioria é composta de vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (64,4%) e, no grande grupo 6, os postos de trabalho concentram-se nos subgrupos de trabalhadores agropecuários polivalentes e

trabalhadores assemelhados (40,1%) e de trabalhadores agrícolas especializados (25,1%).

Na Região Metropolitana de Curitiba, a maior parcela de empregos (30,0%) correspondia ao grande grupo 7/8/9 da CBO. Seguiam-se o grande grupo 3 (com 24,2%), o grande grupo 0/1 (com 19,3%, a maior parcela regional neste grande grupo) e o grande grupo 5 (15,8%, também a maior porcentagem regional neste grande grupo). Os grupos citados reuniam quase 90% dos empregos existentes.

A mesorregião do Sudeste Paranaense tinha mais da metade dos empregos no grande grupo 7/8/9, com 52,9%, maior parcela regional neste grande grupo (34,2% na média estadual).

A mesorregião do Oeste Paranaense também tinha a maior parcela de empregos no grande grupo 7/8/9 (33,7%). Em segundo lugar, vinha o grande grupo 3, com a maior parcela regional neste grupo de atividade (25,5%, contra 21,8% na média estadual). Seguiam-se o grande grupo 5 (14,7%) e o grande grupo 4 (10,5%, maior porcentagem regional neste grupo de atividade, com média estadual de 7,9%).

Na mesorregião Centro Oriental Paranaense, a maior parcela de empregos também era ligada ao grande grupo 7/8/9 (44,0%), seguido pelo grande grupo 3 (15,1%).

No Norte Central Paranaense, a maior porcentagem foi registrada no grande grupo 7/8/9 (36,8%), seguido pelo grande grupo 3 (21,4%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No período 1995-96, segundo dados do MTb, a já citada retração registrada nos empregos formais do Paraná ocorreu devido à diminuição de postos de trabalho no grande grupo 0/1 (saldo de 25.569 demissões), no grande grupo 3 (saldo de 6.777 desligamentos), no grande grupo 2 (saldo de 3.468 desligamentos) e no grande grupo 6 (saldo de 1.687 desligamentos).

A maior retração do emprego deu-se nos subgrupos de ocupações de professores (saldo de 25.629 desligamentos), agentes de administração pública (saldo de 4.387 desligamentos), trabalhadores agrícolas especializados (saldo negativo de 3.845),

chefes intermediários administrativos, de contabilidade e finanças (saldo negativo de 3.612), gerentes de empresas (saldo negativo de 3.301) e trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (saldo negativo de 2.961).

Em contrapartida, houve expansão em alguns segmentos, tais como trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes (com saldo positivo de 10.476 postos de trabalho), vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (saldo positivo de 3.988), trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (saldo positivo de 3.942) e cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (saldo positivo de 2.746).

Ressalte-se que o grande grupo 0/1 apresentou retração devido, sobretudo, ao subgrupo de professores (saldo de 25.629 desligamentos). O grande grupo 3 obteve saldo negativo devido aos subgrupos agentes de administração pública (4.387 demissões), chefes intermediários administrativos, de contabilidade e finanças (3.612 demissões) e trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas (2.961 demissões).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, entre os grupos de base da CBO representativos das ocupações técnicas lato sensu, os que mais se destacavam no Estado do Paraná eram os dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (31,3%), de professores (19,0%) e de agentes de administração pública (11,6%). Esses três subgrupos reuniam 61,9% dos empregos técnicos no Estado do Paraná, em 1994.

Os trabalhadores de serviços administrativos eram, sobretudo, auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (59,0% do subgrupo) e trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (19,1%). Os professores pertenciam, principalmente, ao ensino de primeiro grau (93,9%). Os agentes de administração pública eram, na sua grande maioria, agentes administrativos (92,0%).

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

No período 1995-96, tomando-se por base os registros administrativos do MTb totalizados para do Paraná, constataram-se 240.791 admissões e 254.163 desligamentos, resultando em um saldo de 13.372 desligamentos.

Os segmentos que mais contribuíram para tal retração foram os subgrupos de professores (com saldo negativo de 6.529 postos de trabalho), agentes de administração pública (saldo negativo de 4.577), trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (saldo negativo de 3.038), operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (saldo negativo de 1.700) e ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão (saldo negativo de 1.028).

Ressalte-se que no subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos houve retração, com saldo de 440 desligamentos.

Desagregando-se essas informações pelos chamados grupos de base, constata-se maior retração entre os professores de ensino de primeiro grau (saldo de 7.794 desligamentos), agentes administrativos (saldo negativo de 4.635), auxiliares de contabilidade, caixas (saldo negativo de 3.304), auxiliares de escritório (saldo negativo de 2.094) e operadores de máquinas fixas e equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (saldo negativo de 1.525).

Quanto aos segmentos que apresentaram expansão do emprego, aqueles com maior participação foram os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (com saldo positivo de 2.210 postos de trabalho), recepcionistas (saldo positivo de 2.014), secretários (saldo positivo de 1.106) e telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados (saldo positivo de 874).

O maior saldo negativo foi observado na mesorregião Sudoeste Paranaense, com perda de 28.124 postos de trabalho no período de dois anos. Este resultado foi consequência, sobretudo, das demissões registradas em três grandes grupos da mesorregião: o grande grupo 0/1 (saldo de 15.402 desligamentos); o grande grupo 5

(saldo de 8.910 desligamentos); e o grande grupo 3 (saldo de 4.930 desligamentos). Em contrapartida, foram registrados saldos positivos em três grandes grupos: no 7/8/9 (saldo de 756 admissões); no 6 (saldo de 231 admissões) e no 4 (saldo de 202 admissões).

Na Metropolitana de Curitiba, com saldo positivo de 9.595 postos de trabalho, foi registrada expansão do emprego em três grandes grupos: no 5 (saldo de 10.860 admissões), no 4 (3.656 novos empregos) e no 6 (saldo de 125 admissões). Nos outros quatro grandes grupos foram observados saldos negativos: o 7/8/9 (2.412 desligamentos), no 2 (2.090 demissões), no 3 (464 desligamentos) e no 0/1 (perda de 80 postos).

No Oeste Paranaense, registrou-se saldo de 2.565 admissões, a maioria no grande grupo 7/8/9 (1.917 admissões), seguido pelo grande grupo 0/1 (759 admissões), grande grupo 5 (314 admissões) e grande grupo 3 (83 admissões).

O Centro Oriental Paranaense obteve o saldo de 1.003 admissões, principalmente devido ao desempenho do grande grupo 5 (643 admissões), do grande grupo 0/1 (saldo de 547 admissões), e do grande grupo 6 (337 admissões). Houve saldo negativo no grande grupo 7/8/9 (407 desligamentos) e no grande grupo 2 (172 desligamentos).

O Norte Central Paranaense registrou saldo geral negativo (perda de 2.524 postos de trabalho), sobretudo devido ao resultado do grande grupo 0/1 (12.232 desligamentos), mas também ao do grande grupo 2 (536 desligamentos). Nos demais grandes grupos, foram constatados saldos positivos: no 7/8/9 (5.016 admissões), no 5 (2.548 admissões) e no 4 (1.653 admissões).

SANTA CATARINA

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, o Estado de Santa Catarina contava com 891.650 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais. Este contingente

estava distribuído nas mesorregiões do Estado da seguinte forma: Vale do Itajaí com 221.378 empregados (24,8%); Norte Catarinense com 193.899 empregados (21,7%); Grande Florianópolis com 187.775 empregados (21,1%); Oeste Catarinense com 136.112 (15,3%); Sul Catarinense com 105.317 empregados (11,8%); e Serrana com 47.169 empregados (5,3%).

Desagregando-se esta informação para os setores da atividade econômica, observa-se que o setor indústria tem maior participação, com 40,8% do emprego estadual, seguido pelos setores serviços (37,5%), comércio (14,3%), construção civil (3,9%) e agropecuária (3,4%).

Analisando-se estas informações distribuídas pelas mesorregiões, constata-se que a indústria é o setor de atividade econômica mais importante em todas as mesorregiões do Estado, exceto na Grande Florianópolis, onde o setor serviços concentra 68,5% do emprego. Nas demais mesorregiões, o setor serviços ocupa a segunda posição quanto ao número de empregos formais. O setor comércio (13%) é o segundo mais importante na Grande Florianópolis e ocupa a terceira posição nas demais mesorregiões. A participação da construção civil no emprego das mesorregiões varia de 2,8% a 4,7%. A agropecuária tem uma posição relativamente mais destacada nas mesorregiões Serrana (10%) e Oeste Catarinense (8,5%), sendo que nas demais a participação no emprego é bem menor.

Desagregando-se o setor Indústria para o conjunto do Estado de Santa Catarina, merecem destaque os seguintes segmentos: indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (27,2%); indústria da madeira e do mobiliário (15,7%); e indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (14,2%).

No setor serviços, os principais subsetores são os da administração pública direta e autárquica (42,2%); e dos serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (16,6%).

No Estado de Santa Catarina, o emprego no setor comércio está concentrado no segmento comércio varejista (83,9%), sendo que o atacadista conta com 16,1% do emprego setorial.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período 1995-96, segundo os dados da Lei nº 4.923 totalizados para o Estado de Santa Catarina, houve expansão do emprego no setor serviços, com um saldo de 21.322 novos empregos. Os segmentos que mais contribuíram para este resultado foram os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (12.487 novos empregos) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (8.794 novos empregos). A mesorregião que mais se destacou para este resultado foi a da Grande Florianópolis, com a criação de 7.242 novos postos de trabalho.

O setor comércio contou com 7.650 novos empregos, 98% dos quais no comércio varejista. As mesorregiões que mais contribuíram para este resultado foram a do Vale do Itajaí (2.090 novos empregos), a do Norte Catarinense (2.042 novos empregos) e a da Grande Florianópolis (1.911 novos empregos).

A agropecuária registrou expansão do emprego no Estado, com a criação de 551 novos empregos. A única mesorregião que teve exclusão de postos de trabalho no setor foi a do Norte Catarinense (914 perdas). A mesorregião que mais contribuiu para o resultado positivo foi a do Oeste Catarinense, com a geração de 926 novos empregos.

Na construção civil, foram criados 331 novos empregos no Estado. No entanto, nas mesorregiões do Vale do Itajaí e na Serrana foram excluídos 934 e 292 postos de trabalho, respectivamente. A mesorregião que registrou o maior número de novos empregos foi a da Grande Florianópolis (632).

O único setor de atividade que registrou retração do emprego no período foi a indústria, com a exclusão de 16.976 postos de trabalho no conjunto do Estado. O subsetor que mais contribuiu para este resultado foi a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (10.308 perdas). As mesorregiões que registraram as maiores perdas de postos de trabalho foram as do Vale do Itajaí (10.782) e do Norte Catarinense (6.257).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado de Santa Catarina foram: grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 46,6% do emprego; grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados), com 18,2% do emprego; grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados), com 12,6% do emprego; e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 10,7% do emprego.

O grande grupo 7/8/9 é o principal segmento em todas as mesorregiões, exceto na da Grande Florianópolis, onde ocupa a terceira posição, com 18,6% do emprego. No Estado, os subgrupos que se destacam são os dos trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (16,5%), dos condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (10,1%) e dos trabalhadores de costura, estofadores e trabalhadores assemelhados (10,7%).

O grande grupo 3 é o segundo grupo ocupacional mais importante em todas as mesorregiões do Estado. Observando-se as informações detalhadas para os subgrupos de ocupação, merecem destaque, neste grande grupo, para todo o Estado, os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (48,3%) e os agentes da administração pública (22,4%).

O grande grupo 0/1 é o segmento que tem maior peso no emprego da mesorregião da Grande Florianópolis. Neste segmento, destacam-se os subgrupos dos professores (53%) e dos técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (17%).

No grande grupo 5, os segmentos que merecem destaque, para o conjunto do Estado, são os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza

de edifícios, logradouros públicos (35,6%), os trabalhadores de serviços de proteção e segurança (21,7%) e os cozinheiros, garçons, barmen (19,2%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No período 1995-96, segundo os dados da Lei nº 4.923, o grupo ocupacional que, no Estado de Santa Catarina, registrou maior expansão do emprego foi o grande grupo 5, que contou com 8.124 novos empregos, destacando-se para este resultado os subgrupos dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (4.590 novos empregos) e dos cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (1.409 novos empregos). Este último segmento registrou expansão do emprego em todas as mesorregiões do Estado, com destaque para a da Grande Florianópolis (4.622 novos empregos).

O grande grupo 4 também registrou expansão, com um saldo de 4.039 novos empregos, destacando-se o subgrupo dos vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (2.400 novos empregos) e o dos trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.820 novos empregos). Este resultado positivo foi observado em todas as mesorregiões do Estado.

O grande grupo 6 contou com 2.025 novos empregos. O subgrupo dos trabalhadores agropecuários polivalentes e trabalhadores assemelhados contribuiu para este resultado, com 1.008 novos empregos. A mesorregião que registrou maior expansão foi a do Oeste Catarinense, com 1.117 novos empregos.

O grande grupo 0/1 registrou saldo positivo, contando com 660 novos empregos. O subgrupo dos professores foi o principal responsável por este desempenho, com 1.945 novos empregos. Apesar do desempenho geral positivo deste grupo ocupacional, o segmento dos técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados teve perda de 1.218 postos de trabalho. As mesorregiões do Vale do Itajaí e do Norte Catarinense registraram saldo negativo de empregos de 316 e 107, respectivamente.

O grande grupo 7/8/9 registrou retração do emprego, com a exclusão de 6.463 postos de trabalho. Os subgrupos de ocupações que mais contribuíram para este resultado foram os fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados (2.968 perdas), os mestres, contramestres, supervisores de produção e manutenção industrial e trabalhadores assemelhados (1.890 perdas), os trabalhadores de fabricação de calçados e artefatos de couro (1.478 perdas), os ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão (1.187 perdas) e os trabalhadores de tratamento da madeira e de fabricação de papel e papelão (1.016 perdas). As mesorregiões que registraram maiores perdas de postos de trabalho foram as do Vale do Itajaí (5.551) e do Norte Catarinense (3.248).

O grande grupo 2 registrou retração do emprego, com a eliminação de 1.419 empregos. O subgrupo dos gerentes de empresas foi o que mais contribuiu para este resultado, com a exclusão de 1.227 postos de trabalho. Todas as mesorregiões registraram saldo negativo de empregos, destacando-se a do Vale do Itajaí, que perdeu 462 empregos.

O grande grupo 3 também apresentou retração do emprego, com a perda de 640 postos de trabalho. Destacaram-se, para este resultado, os subgrupos dos chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças (1.681 perdas) e os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (1.084 perdas). Esta retração foi observada em todas as mesorregiões, exceto na da Grande Florianópolis, que contou com 2.297 novos empregos neste grupo ocupacional.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram no Estado de Santa Catarina foram os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (30,6%) e os professores (16,5%). Estes dois subgrupos se destacam, com pesos diferentes, em todas as mesorregiões do Estado, exceto na do Norte Catarinense, onde o segmento dos trabalhadores da usinagem de metais é o

segundo mais importante, com 25,1% do emprego. Na mesorregião da Grande Florianópolis, o subgrupo selecionado dos agentes da administração pública (15,9%) também está entre os de maior peso no emprego.

Detalhando-se as informações para os grupos de base selecionados, é possível observar que, no Estado de Santa Catarina, os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados concentram 65,4% do emprego do subsetor trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes. Os professores de ensino de primeiro grau detêm 85,3% do emprego estadual no subgrupo dos professores.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Os subgrupos selecionados da CBO, no Estado de Santa Catarina, registraram retração do emprego, com um saldo negativo de 2.853 empregos. Os subgrupos que registraram mais perdas de empregos foram os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (1.218 perdas), os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (1.154 perdas), os ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão (1.019 perdas) e os operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (992 perdas). Dos subgrupos que registraram expansão do emprego, destaca-se o dos operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados, que contou com 1.550 novos empregos.

Analisando-se as informações desagregadas para os grupos de base da CBO selecionados, merecem destaque, entre os segmentos que registraram retração do emprego, os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (1.213), os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (1.125) e os mecânicos de manutenção de máquinas (1.017). Dos grupos de base selecionados que expandiram o emprego, o principal foi o dos operadores de máquinas de processamento automático de dados, com 1.402 novos empregos.

Na mesorregião do Vale do Itajaí, dos subgrupos selecionados que apresentaram saldo negativo de empregos, destacam-se os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras

epígrafes (728 perdas), os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (682 perdas), os ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão (586 perdas), os eletricitistas, eletrotécnicos e trabalhadores assemelhados (540 perdas) e os trabalhadores da usinagem de metais (516 perdas). Dos subgrupos selecionados que tiveram expansão do emprego, ressalta-se o dos secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados, com 144 novos empregos.

Desagregando-se estas informações para os grupos de base selecionados da CBO, merecem destaque, entre aqueles segmentos que registraram retração do emprego, os mecânicos de manutenção de máquinas (588 perdas), os trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem (525 perdas), os eletricitistas, eletrônicos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (399 perdas), os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (363 perdas) e os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (329 perdas). Entre os grupos de base selecionados que apresentaram expansão do emprego, destaca-se o dos secretários (144 novos empregos).

Na mesorregião do Norte Catarinense, entre os subgrupos selecionados da CBO que tiveram perdas no emprego, os principais foram os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (500), os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (378) e os operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (331). Dos subgrupos selecionados que tiveram crescimento no emprego, destaca-se o dos agentes da administração pública (146 novos empregos).

Desagregando-se estas informações para os grupos de base selecionados da CBO, observa-se que os principais segmentos que sofreram exclusão de postos de trabalho foram o dos auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (602), os técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (325), os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (322), os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (181) e os trabalhadores de serviços de abastecimento e

armazenagem (181). Entre aqueles segmentos que registraram expansão do emprego, destaca-se o dos agentes administrativos (143 novos empregos).

Na mesorregião da Grande Florianópolis, entre os subgrupos selecionados da CBO que registraram expansão do emprego, destacam-se o dos operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados (1.756 novos empregos), os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (741 novos empregos), os eletricitistas, eletrotécnicos e trabalhadores assemelhados (372 novos empregos) e os professores (338 novos empregos). O segmento que mais perdeu emprego foi o de agentes da administração pública (114).

Desagregando-se estas informações para os grupos de base selecionados das CBO, observa-se que os segmentos que mais expandiram o emprego foram os operadores de máquinas de processamento automático de dados (1.608 novos empregos), os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (362 novos empregos) e os recepcionistas (311 novos empregos). Dos grupos de base que tiveram saldo negativo de empregos, destacam-se o dos trabalhadores de obras civis, agrimensura, estradas, saneamento e trabalhadores assemelhados (165 perdas) e o de agentes administrativos (114 perdas).

Na mesorregião do Oeste Catarinense, os subgrupos selecionados da CBO que mais reduziram o emprego foram os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (261 perdas) e os técnicos desenhistas técnicos (239 perdas). Daqueles que registraram expansão do emprego, merecem destaque o dos secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados (178 novos empregos) e o dos agentes técnicos de vendas e representantes comerciais (141 novos empregos).

A análise destas informações para os grupos de base selecionados da CBO mostra que os segmentos que mais perderam empregos foram os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (293), os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes

(173), os técnicos de biologia, agronomia e trabalhadores assemelhados (162), os auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados (161) e os trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem (154). Dos segmentos que registraram expansão do emprego, merecem destaque os secretários (178 novos empregos), os vendedores praticistas, representantes comerciais e trabalhadores assemelhados (129 novos empregos) e os recepcionistas (124 novos empregos).

RIO GRANDE DO SUL

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

De acordo com os dados da Rais, existiam, em 31 de dezembro de 1994, 1.708.495 pessoas empregadas no Estado de Rio Grande do Sul, distribuídas, segundo os setores de atividade econômica, da seguinte forma: 44,4% no setor serviços; 32,0% na indústria; 16,3% no comércio; 3,6 % na construção civil; e 3,8% nas atividades de agropecuária, extração vegetal e a caça e pesca.

Detalhando-se a abordagem do mercado de trabalho, por subsetor de atividade, nota-se que a administração pública direta e autárquica respondeu por 44,9% do emprego no setor serviços. A indústria de calçados destacou-se ao empregar 23,6% do setor, vindo depois a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, com 14,1%. O restante está distribuído equilibradamente entre os demais subsetores. Já no comércio, o maior contingente dos 278.396 empregados concentrou-se no subsetor varejista (80,4%).

Observou-se que, na mesorregião do Nordeste Rio-Grandense, 19,8% dos empregos foram registrados na indústria da madeira e do mobiliário; na mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense, foram 20,1% postos de trabalho registrados na indústria da borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústrias diversas; tanto na mesorregião do Centro Ocidental Rio-Grandense quanto na mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense, o subsetor de serviços industriais de utilidade pública registrou 16,6% e 21,0%, respectivamente; na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, a indústria metalúrgica teve expansão de 9,7%, enquanto a indústria química

de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumes, sabões e velas cresceu 8,7%; na mesorregião do Noroeste Rio-Grandense, 20,5% do emprego encontrava-se na indústria mecânica.

Em serviços, todas as Mesorregiões apresentaram a mesma dinâmica do Estado, podendo-se apenas ressaltar que, na mesorregião do Nordeste Rio-Grandense e na mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense, a participação foi de 27,1% e 28,4%, respectivamente, abaixo do Estado e das demais Mesorregiões.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No biênio 1995-96, segundo os dados do Caged, a dinâmica da economia do Estado do Rio Grande do Sul apresentou um saldo de 7.452 desligamentos. Contribuiu para isso, fundamentalmente, o setor industrial, com 17.052 demissões. No entanto, o saldo geral líquido só não foi maior porque os demais setores, sem exceção, obtiveram saldos positivos: construção civil (1.662 admissões); serviços (6.740 admissões); comércio (584 admissões) e agropecuária (614 admissões).

Cabe ressaltar que as Mesorregiões do Centro Ocidental Rio-Grandense, do Noroeste Rio-Grandense e do Centro Oriental Rio-Grandense apresentaram, diferentemente do Estado e das demais Mesorregiões, uma expansão no setor industrial: saldo de 488, 1.481 e 1.658 admissões, respectivamente. Por sua vez, as Mesorregiões do Sudeste Rio-Grandense, do Sudoeste Rio-Grandense, do Noroeste Rio-Grandense e do Centro Ocidental Rio-Grandense registraram retração de postos de trabalho em agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. A mesorregião Metropolitana de Porto Alegre foi a única a notificar retração dos empregos na construção civil (saldo de 1.515 desligamentos).

No Rio Grande do Sul, os subsetores da indústria que apresentaram expansão foram o da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (4.238 admissões) e o da indústria de produtos minerais não metálicos (5 admissões).

No entanto, as Mesorregiões do Nordeste Rio-Grandense, do Sudeste Rio-Grandense e do Sudoeste Rio-Grandense registraram retração dos empregos no

subsetor indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, com saldo de 171 e 239 desligamentos, respectivamente.

Já o subsetor de atividade dos serviços de alojamento, alimentação reparação e manutenção residencial, rádio e televisão obteve saldo de 16.501 admissões. No entanto, no setor serviços, os institutos de crédito, seguros e capitalização apresentaram saldo 10.763 desligamentos.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

O grupos ocupacionais com maior representação no emprego do Estado foram o grande grupo 7/8/9 (37,9%) e o grande grupo 3 (21,4%). A seguir, vêm o grande grupo 5 (12,8%), o grande grupo 0/1 (13,7%), o grande grupo 6 (3,2%) e o grande grupo 2 (2,8%).

Dentro do grande grupo 7/8/9, destacam-se os subgrupos dos trabalhadores da fabricação de calçados e artefatos de couro (18,7%) e dos trabalhadores braçais não classificados sob outras epígrafes (11,9%).

Salienta-se que, nas Mesorregiões do Sudoeste Rio-Grandense e do Centro Ocidental Rio-Grandense, o subgrupo de trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados registrou 12,9% e 20,9%, respectivamente, estando acima das demais Mesorregiões e do Estado. Da mesma forma, o subgrupo de trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas destacou-se percentualmente nas Mesorregiões do Sudeste Rio-Grandense (22,3%), do Centro Oriental Rio-Grandense (10,6%) e do Noroeste Rio-Grandense (11,6%).

Quanto ao grande grupo 3, o segundo mais importante na geração do emprego, observa-se que a distribuição por subgrupo é muito concentrada. Cerca de dois terços do emprego correspondem aos agentes de administração pública (21,3%) e aos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (45,8%). Destaca-se apenas que, na mesorregião do Nordeste Rio-Grandense, o subgrupo trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas (13,1%) assume um valor relativo superior àquele registrado no Estado e nas demais Mesorregiões.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

O saldo de emprego no Estado foi de 13.972 desligamentos concentrados, principalmente, no grande grupo 3 (saldo de 13.785 desligamentos), no grande grupo 7/8/9 (saldo de 12.132 desligamentos) e no grande grupo 2 (saldo de 2.901 desligamentos).

Apresentaram expansão do emprego o grande grupo 0/1 (saldo de 2.332 admissões), o grande grupo 4 (saldo de 3.384 admissões) e o grande grupo 5 (saldo de 9.445 admissões).

O crescimento do emprego, no grande grupo 5, está concentrado quase exclusivamente nos subgrupos de cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (saldo de 3.331 admissões) e de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (saldo de 6.106 admissões).

A retração do emprego explica-se, preponderantemente, pelos saldos dos subgrupos de trabalhadores da usinagem de metais (3.919 desligamentos) e de condutores de veículos de transporte (3.326 desligamentos).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram no Estado do Rio Grande do Sul foram os professores e de trabalhadores de serviços administrativos, trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 20,1% e 28,5% da mão-de-obra, respectivamente. O subgrupo que classifica os trabalhadores oriundos de escolas técnicas apresentou participação inexpressiva na composição do estoque referido, algo em torno de 4%. No entanto, há concentração do emprego em duas das categorias que o compõem: nos técnicos de eletricidade, eletrônica e telecomunicações (22,3%); e nos técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (22,4%).

O subgrupo dos professores compõe-se de três categorias, sendo que só a do grupo de base dos professores de ensino de 1º. grau alcança 94,9% da distribuição. Sobressai-se, também, o grupo de base dos agentes administrativos, com 81,9% do total do emprego do subgrupo no qual está inserido.

Vale ressaltar que, na mesorregião do Noroeste Rio-Grandense, na mesorregião do Sudeste Rio-Grandense e na mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense, o grupo de base técnicos de biologia, agronomia e trabalhadores assemelhados foi o que apresentou o número mais alto de empregos dentro de seu subgrupo: 28%, 14,6% e 36,7% dos empregos, respectivamente. Já a mesorregião do Nordeste Rio-Grandense diferencia-se das demais pela expressiva concentração de postos de trabalho em técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados não classificados sobre outras epígrafes (35,2% dos empregos).

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Para os segmentos selecionados, nos anos de 1995 e 1996, foram admitidos 266.724 trabalhadores e dispensados 283.496, resultando num saldo de 16.822 desligamentos

Tal performance foi alcançada devido, principalmente, aos grupos de base de auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados, com saldo de 6.172 desligamentos, e de auxiliares de serviço de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (saldo de 3.549 desligamentos).

REGIÃO CENTRO-OESTE

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 1994, a Região Centro-Oeste contava com 1.489.196 pessoas empregadas, das quais 39,1% encontravam-se no Distrito Federal, 30,6% em Goiás, 15,9% no Mato Grosso do Sul e 14,4% no Mato Grosso. Por setor de atividade econômica, observa-se a elevada participação dos serviços, com 65,2% do

emprego regional, seguidos pelo comércio (13,3%), indústria (11%), construção civil (5,6%) e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (4,6%).

O setor serviços é o que mais emprega em todas as unidades federativas da região, com participação de 80,8% no Distrito Federal; 56,3% em Goiás; 54,4% em Mato Grosso do Sul; e 53,5% em Mato Grosso. O comércio, embora responsável por apenas 9,2% dos empregos no Distrito Federal, tem participação superior a 15% nos três Estados da região. O mesmo ocorre com a indústria, que responde por apenas 3,6% dos empregos no Distrito Federal, mas representa 18,4% no Mato Grosso, 16,9% em Goiás e 11,2% no Mato Grosso do Sul. Ao contrário da construção civil, cuja participação é inferior a 6% em todas as unidades territoriais da região, a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca concentra 12,4% dos empregos existentes em Mato Grosso do Sul.

Desagregando o setor serviços para o conjunto da Região Centro-Oeste, observa-se que 57,6% do emprego setorial concentra-se no subsetor da administração pública direta e autárquica, seguido dos serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (11,1%). Na indústria, os segmentos com maior peso no emprego regional são: a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (37,1%), os serviços industriais de utilidade pública (15,4%) e a indústria da madeira e do mobiliário (10,7%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

O nível de emprego na Região Centro-Oeste, no período 1995-96, aumentou em 56.377 postos de trabalho, resultado da admissão de 1.115.054 trabalhadores e da demissão de outros 1.058.677. O único setor de atividade econômica em que houve retração do emprego foi a agropecuária (394 desligamentos). O setor serviços gerou, no período, 33.332 novos empregos, destacando-se os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (20.208 admissões) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (10.428 admissões). Apesar do desempenho geral positivo do setor, o subsetor das instituições de crédito, seguros e capitalização sofreu retração de 8.981 empregos, distribuídos por todos os Estados

da região. Foram gerados 18.244 novos empregos no comércio, cerca de 77,9% no comércio varejista. Na indústria, foram criados 2.763 novos empregos, com destaque para os subsetores da indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (2.775 admissões) e da indústria da madeira e do mobiliário (2.429 admissões). A construção civil gerou 2.432 novos empregos, no período.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego na Região Centro-Oeste foram: grande grupo 3 (trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados), com 30,4% do emprego; grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados), com 20,8% do emprego; e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços em turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e assemelhados), com 16,7% do emprego. Observando as informações detalhadas para os subgrupos de ocupação, merecem destaque, no grande grupo 3, os agentes da administração pública (43,4%) e os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (32,1%). No grande grupo 7/8/9, destacam-se os condutores de veículos de transporte e assemelhados (19,6%), os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (15,5%) e os trabalhadores da construção civil e assemelhados (15,2%). No grande grupo 5, merecem destaque os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados (44,9%) e os cozinheiros, garçons, barmen e assemelhados (15,4%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Foi positiva a evolução do emprego, na Região Centro-Oeste, no biênio 95-96, por grandes grupos e subgrupos da CBO. Entre admissões (1.0131.053) e demissões (988.682), foi gerado um saldo positivo de 42.731 postos de trabalho. Os grupos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram: o grande grupo 7/8/9, com 15.673 admissões; o grande grupo 5, com 14.696 admissões; o grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e assemelhados), com 11.561 admissões e o grande

grupo 1 (trabalhadores nas profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados), com 4.324 admissões.

Os grupos de ocupação que registraram retração foram: o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com 1.825 desligamentos; o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e assemelhados), com 1.082 desligamentos; e o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados, com 976 desligamentos.

Desagregando estas informações por subgrupos, nota-se que a maior expansão do emprego ocorreu entre os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (12.331 admissões), os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados (7.612), os trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (6.540), os vendedores, empregados de comércio e assemelhados (6.376) e os professores (5.683). Dos subgrupos com retração do emprego, destacam-se os trabalhadores agropecuários polivalentes e assemelhados (6.301 desligamentos), os chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças (4.302) e os gerentes de empresas (1.523).

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, entre os subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram na Região Centro-Oeste foram os trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (30,2%), os agentes da administração pública (24,6%) e os professores (10,1%).

Detalhando as informações para os grupos de base selecionados, pode-se observar que os auxiliares de escritório e assemelhados concentram 57,6% do emprego do subsetor trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes. No subgrupo dos agentes da administração pública, 90,3% do emprego concentrava-se no segmento dos agentes administrativos. Os professores de ensino de primeiro grau detêm 88,8% do emprego no subgrupo dos professores.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

Os subgrupos selecionados da CBO na Região Centro-Oeste registraram expansão de 3.448 novos empregos. Os subgrupos que mais contribuíram para este resultado foram os professores (3.121 admissões), os secretários, datilógrafos, estenógrafos e assemelhados (2.120) e os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.400). Dos subgrupos com retração do emprego, destacam-se os agentes da administração pública (1.305 desligamentos), os operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (1.059) e os técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados (1.007).

Analisando as informações desagregadas para os grupos de base da CBO selecionados, merecem destaque, entre os segmentos que registraram expansão do emprego, os recepcionistas (2.868 admissões), os secretários (2.120) e os professores de ensino de primeiro grau (2.037). Dos grupos de base com retração do emprego, destacam-se os auxiliares de escritório e assemelhados (2.255 desligamentos), os agentes administrativos (1.315), os auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados (918) e os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (877).

MATO GROSSO DO SUL

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Os dados da Rais mostram, que o estoque de pessoas empregadas no Mato Grosso do Sul, em 31 de dezembro de 1994, era de 236.825 pessoas e se distribuía segundo setor de atividade econômica da seguinte forma: 54,4,% no setor serviços; 11,2% na indústria; 16,3% no comércio; 5,8 % na construção civil; e 12,8% na agropecuária, extração vegetal e a caça e pesca.

Espacializando-se estes dados por mesorregiões do estado, percebe-se alteração do perfil do emprego em todas. A única a manter certa aproximação com o estado é a do pantanais sul mato-grossense. Nessa mesorregião o estoque de emprego é de

16.548 postos de trabalho que, a exemplo do que ocorre no estado, está concentrado no setor serviço (51%), seguido pelo comércio e agropecuária, 16% e 20%, respectivamente. No entanto, destoa significativamente do estado no setor agropecuário, pois emprega relativamente mais de um terço de trabalhadores do que o estado. É comum a todas as mesorregiões, a concentração do emprego no setor serviço, seguido do agropecuário, com exceção da mesorregião do leste de Mato Grosso do Sul, onde o setor agropecuário supera o de serviços na contratação de pessoal em 1 ponto percentual. Uma outra exceção é a mesorregião do centro norte do Mato Grosso do Sul, composta territorialmente também pela capital Campo Grande, que emprega o menor contingente de trabalhadores no setor agropecuário. No entanto, é a mesorregião que tem o maior número de trabalhadores (144.624), mais de 60% do estoque estadual de emprego.

As mesorregiões do sudoeste e do leste de Mato Grosso do Sul tinham 49.018 e 26.635 trabalhadores empregados, respectivamente, com distribuição relativa por setor de atividade muito parecida. Nestas mesorregiões, o setor industrial é mais pujante do que no estado e nas demais mesorregiões, emprega em ambas, cerca de 17% da sua força de trabalho. O setor serviços é o mais importante na absorção de mão de obra na mesorregião do sudoeste de Mato Grosso do Sul, emprega 38% dos trabalhadores. Na mesorregião do leste de Mato Grosso do Sul, os serviços empregam menos trabalhadores do que o agropecuário, enquanto este emprega 31% da força de trabalho regional aquele emprega 30%.

Detalhando-se a abordagem do mercado de trabalho, por subsetor de atividade, nota-se que a administração pública direta e autárquica responde por 59% do emprego do setor serviço do estado, 62% na mesorregião do centro norte Mato Grosso do Sul, 55% na mesorregião de Pantanais Sul Mato-Grossense e 50% na mesorregião do sudoeste de Mato Grosso do Sul. Nesta mesorregião e na do leste de Mato Grosso do Sul, os serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio e televisão representam 19% e 13%, respectivamente, do emprego setorial.

A indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, ao lado dos serviços industriais de utilidade pública destacam-se no conjunto do setor Industrial estadual

ao empregar, 53% e 13%, respectivamente. O perfil do emprego industrial estadual altera-se substantivamente quando comparado a mesorregião do pantanais sul de mato-grossense, que tem no subsetor da indústria extrativa mineral o maior concentrador de mão de obra, 45% do setor.

Já no comércio, o maior contingente de empregados está no varejista (82%), isso tanto no Estado como nas suas mesorregiões . Ele não é inferior a 80% em nenhuma mesorregião do estado.

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No biênio seguinte, 1995-1996, segundo os dados da Lei nº. 4.923, a dinâmica da economia do Estado de Mato Grosso sul, do ponto de vista da evolução do emprego foi positiva. Entre admissões (197.511) e desligamentos (194.790) registrou um saldo positivo de 2.721 postos de trabalho. Contribuiu para isso, contratações líquidas de mão de obra realizadas pelos setores serviços (3.224), comércio (1.515) e indústria (1.186). No entanto, o saldo geral líquido não foi maior porque o setor da Agropecuário e da construção civil dispensaram mais do que contrataram, 3.200 trabalhadores.

A evolução do emprego no Estado de Mato Grosso do Sul, segundo suas mesorregiões, mostra que nas mesorregiões de Pantanais Sul Mato-grossense e na do leste o estoque de empregos reduziu-se em 1.070 postos. O Setor Serviços foi o responsável pela geração do saldo líquido negativo do emprego em ambas as mesorregiões.

Ao mesmo tempo que o setor serviços foi o determinante para a péssima performance das mesorregiões acima referidas, foi , também, nas mesorregiões do centro norte, que inclui a capital do estado, e do sudoeste o principal gerador de empregos líquidos 2.845, e 2.276 postos de trabalho, respectivamente. Naquela mesorregião, o incremento do emprego foi de 2.447 postos de trabalho e nesta, de 1.344 postos.

Os subsetores de atividade dos serviços de alojamento, alimentação reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (1.511 novos empregos), e da

administração pública direta e autárquica (1.076 novos empregos) foram os principais geradores líquidos de novos postos de trabalho no estado. Esses dois segmentos sobressaíram somente na mesorregião do centro Norte do Mato Grosso Sul, que gerou no serviços de alojamento, alimentação reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (2.212 novos empregos), isto é, mais de 50% das vagas de emprego do setor no estado. No entanto, esse mesmo subsetor teve a maior perda líquida de postos de trabalho (1.776) na mesorregião do Leste de Mato Grosso do Sul.

O comércio varejista ampliou o estoque do emprego do setor em 1.411 posto, o que corresponde a 93% do saldo líquido do setor no Estado. Com exceção da mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul onde o comércio varejista perdeu postos de trabalho, nas demais, sua participação atingiu os 100% dos novos postos de trabalho do setor.

O bom desempenho do emprego no setor industrial foi fundamentalmente gerado na indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico que criou no estado 1.030 novos empregos, o qual foi quase totalmente produzindo nas Mesorregiões do sudoeste e do Centro Norte do Estado de Mato Grosso do Sul.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Analisando-se o comportamento do emprego à luz das ocupações, segundo grandes grupos e subgrupos, os dados da Rais, referentes a 31 de dezembro de 1994, revelam uma distribuição mais equilibrada do que a observada nos setores e subsetores da atividade econômica.

O volume de emprego no estado em 31/12/1994 era de 244.424 postos, distribuídos, sobretudo, nos Grandes grupos 2- Membros dos poderes legislativo, executivos, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados, com 17%; 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) com 22 % do emprego e 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados) com 23%. Os demais grandes grupos tiveram participações no emprego estadual que variou dos 8 a 12 pontos percentuais.

A concentração do emprego se deu no subgrupo dos membros superiores dos poderes legislativo, executivo e judiciário, com 93% das ocupações do grande grupo 2. Os agentes de administração pública (com 26%) e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outra epígrafes (com 41%) são os subgrupos mais dinâmicos do ponto do emprego do grande grupo 3. Os condutores de veículos (19%) e os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (22%) foram os maiores empregadores de mão de obra do grande grupo 7/8/9.

A espacialização do emprego no estado de Mato Grosso, entre as suas mesorregiões, revela que a mesorregião do centro norte de mato grosso tem o maior estoque, 150.533 posto de trabalho, correspondendo a 61% do emprego total do estado. Desse subconjunto, 23% encontram-se no grande grupo 3 - trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados, especialmente nos agentes da administração pública (29%) e nos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (39%); 27% no grande grupo 2, sobretudo no subgrupo dos membros superiores dos poderes legislativo, executivo e judiciário (96%); e, por último, 19% no grande grupo 7/8/9 em que se sobressaem com aproximadamente 20% do emprego total do grande grupo os trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados; condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados; e trabalhadores não classificados sob outra epígrafes.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

A evolução do emprego por grandes grupos, no biênio 95/96, no Estado de Mato Grosso Sul teve saldo positivo de 1.639 postos de trabalho. Foram admitidos 187.078 trabalhadores e dispensados outros 185.439.

O crescimento do nível de emprego foi, principalmente, produto do grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados) do grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados); e do grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores

assemelhados) que adicionaram, respectivamente, 1.345, 1.855 e 1.332 postos de trabalho à economia estadual.

O incremento do emprego, no período, não foi melhor porque o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) eliminou, sobretudo nos subgrupos dos chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças e dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, 1.761 postos de trabalho

O saldo do emprego no grande grupo 4 foi gerado pelos subgrupos dos vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (493 novas vagas) e trabalhadores de comércio e trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (830 novas vagas). O subgrupo dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados produziu o maior saldo líquido de empregos (1.118 postos) do grande grupo 5.

Das quatro mesorregiões componentes do estado de Mato Grosso do Sul, as mesorregiões dos Pantanaís do sul mato-grossense e a do leste de mato grosso do sul comprometeram sobremaneira o nível de emprego estadual. Elas, juntas, eliminaram quase mil postos de trabalhos, basicamente no grande grupo 7/8/9, que perdeu postos de trabalhos em muitos dos seus subgrupos. No entanto, os que mais registraram perdas absolutas de postos de trabalho foram o dos trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados da mesorregião dos pantanaís do sul mato-grossense, (289 postos) e dos condutores de veículos de transporte não classificados sob outras epígrafes (256 postos) da mesorregião do leste de Mato Grosso do Sul.

Houve incremento no nível de emprego estadual, devido o bom desempenho das mesorregiões do Centro Norte (902 novos postos de trabalho) e do Sudoeste de Mato Grosso do Sul (1.702 novos postos de trabalhos). O grande grupo 5 teve participação significativa na ampliação do nível de emprego de ambas regiões, porém é na mesorregião do Centro Norte que sua contribuição é mais expressiva

(1.223 novos postos), ajudando inclusive a compensar parte da eliminação de empregos de alguns dos grandes grupos. É comum também as mesorregiões em estudo e ao grande grupo 5, o subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados como o maior gerador, em termos absoluto, de postos de trabalho.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Segundo subgrupos e grupos de base, destacam-se os trabalhadores de serviços de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados; os professores; os agentes da administração pública; e os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes como os principais segmentos empregadores de mão de obra, com 10%, 10%, 13% e 37%, respectivamente, nos subgrupos selecionados do Estado de Mato Grosso do Sul. Estes subgrupos selecionados também são, sem exceção, os maiores empregadores de mão de obra nas mesorregiões do Estado. De todos os subgrupos, o de maior significância é o dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes que tem participação no emprego igual ou superior a 33% . Nas mesorregiões do centro norte, do leste e do sudoeste do estado de mato grosso sul, os outros subgrupos destacados como grandes empregadores têm quase a mesma participação no emprego da média estadual.

A distribuição do estoque de emprego, no estado de Mato Grosso do Sul, por grupos de base da CBO selecionados revela os professores de ensino de primeiro grau, com 89% do emprego do seu subgrupo, esse segmento em todas as mesorregiões tem participação igual ou superior 88%; os auxiliares de escritórios, com 56% do emprego do subgrupo mostra também peso expressivo no emprego regional, pois emprega não menos de 53% da força de trabalho do subgrupo em todas as mesorregiões do Estado; A média estadual do emprego no grupo de base dos agentes administrativos, é 83% do emprego do subgrupo, sendo que nas mesorregiões do Estado ele é também muito concentrado, com 76% e por último estão os auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados com 86%

emprego do subgrupo; Neste segmento, o menor percentual foi observado na mesorregião do Centro Norte de Mato Grosso do sul, 83% do emprego do subgrupo. Nas outras mesorregiões o seu peso é bem mais expressivo, não inferior a 88%.

O Subgrupo dos técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados que classifica os profissionais oriundos de escolas técnicas apresentou participação inexpressiva na composição do estoque de empregos estadual e regional, 4%. Os grupos de base da CBO com destaque no emprego estadual são os técnicos de biologia, agronomia e trabalhadores assemelhados; e os técnicos de eletricidade, eletrônica e telecomunicações, cada um com participação de 25% do emprego do subgrupo dos técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados. Esses grupos de base concentram também o emprego nas mesorregiões do Estado. O grupo de base da CBO dos técnicos de eletricidade, eletrônica e telecomunicações só é hegemônico na mesorregião do centro norte de Mato Grosso do Sul, que engloba a capital do Estado, Campo Grande, com 31% do emprego. Nas outras, a maior participação do emprego é técnicos de biologia, agronomia e trabalhadores assemelhados: 27% na mesorregião do Leste, 33% na do Sudoeste e 29 na de pantanais sul Mato-grossense.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

O contingente de ocupações selecionados, no Estado de Mato Grosso do Sul, capta um subconjunto menor em razão da exclusão do setor público estatutário. Para os segmentos selecionado, nos anos de 1995 e 1996, foram admitidos 36.194 trabalhadores e dispensados 37.737 resultando num saldo negativo 1.543 postos de trabalho destruídos.

Tal performance foi alcançada graças a evolução do desemprego líquido observado, principalmente, nos segmentos de trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados (1.118) e no de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados (589). O grupo de base dos auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados perderam 1.261 postos de trabalho líquidos dentro do segmento.

Enfatiza-se, também, que, nas profissões técnicas propriamente ditas, a destruição de posto de trabalho foi geral. Com exceção do segmento composto pelos

desenhistas, técnicos desenhistas e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafe que aumentou em 23 postos o estoque de emprego.

O desempenho, nesse nível de análise, do emprego no estado de Mato Grosso do Sul, não foi pior porque cresceu em 543 postos no subgrupo dos professores e em 386 no dos trabalhadores de serviços de contabilidade, caixa e trabalhadores assemelhados.

A regionalização do emprego por mesorregião mostra que as quatro mesorregiões do estado tiveram perda de postos de trabalho. As mesorregiões do centro Norte – inclui a capital do estado, e a do leste responderam por 75% da perda de postos de trabalho no estado. A exemplo do observado no estado, o subgrupo que mais desempregou, em todas as mesorregiões foi a dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, especialmente, no grupo de base da CBO dos auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados.

Há também semelhança entre o estado e suas mesorregiões no que diz respeito ao subgrupo maior contratante líquido de mão de obra: Os professores, sobretudo no grupo de base dos professores de ensino de primeiro grau.

MATO GROSSO

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Os dados da Rais mostram que em 31 de dezembro de 1994, havia um estoque de 214.032 pessoas empregadas no Estado de Mato Grosso, distribuído segundo setor de atividade econômica da seguinte forma: 53,5% nos serviços, 18,4% na indústria, 16,7% no comércio, 4,0 % na construção civil e 7,4% na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

Espacializando-se estes dados pelas cinco mesorregiões do Estado, percebe-se alteração do perfil do emprego em quatro delas. A única a manter certa aproximação com o Estado é a do centro-sul matogrossense, que inclui a capital, Cuiabá. Nessa

mesorregião o estoque de emprego era de 134.307 postos de trabalho que, a exemplo do que ocorre no Estado, concentra-se nos serviços (66%), seguidos pelo comércio e indústria, 14,5% e 13,2%, respectivamente. No entanto, destoa significativamente do Estado no setor agropecuário, que só emprega 1,7% de sua força de trabalho.

Detalhando a abordagem do mercado de trabalho por subsetor de atividade, nota-se que a administração pública direta e autárquica responde por 62,2% do emprego do setor serviços, 65,7% na mesorregião do centro-sul matogrossense, quase 55% nas mesorregiões nordeste, norte e sudoeste matogrossense, e 40% na mesorregião do sudeste mato-grossense. Nesta última, os serviços de transporte e comunicações e os serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio e televisão representam cerca de 15% do emprego setorial da região.

A indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, ao lado da indústria da madeira e do mobiliário contribuem com 37,2% e 29,6%, respectivamente, do emprego industrial. O perfil do emprego industrial estadual altera-se radicalmente quando a unidade de análise é a mesorregião. A indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico emprega 64,6% da força de trabalho industrial do sudeste mato-grossense, 80,7% do nordeste mato-grossense e 84% do sudoeste mato-grossense. O emprego industrial é mais desconcentrado na mesorregião do centro-sul mato-grossense, onde a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico emprega 31,4 dos trabalhadores regionais, os serviços industriais de utilidade pública 27,4% e a indústria da madeira e mobiliário 11%.

No comércio, o maior contingente de empregados está no varejista (81,4%), tanto no estado como nas mesorregiões, só sendo inferior a 80% na mesorregião do norte matogrossense (77,9%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No biênio seguinte, 1995-96, segundo os dados da Lei nº. 4.923, a dinâmica do emprego do Estado de Mato Grosso foi positiva. Entre admissões (212.463) e desligamentos (206.516), foi adicionado ao estoque de empregos 5.947 novos postos de trabalho. Contribuíram para isso as contratações líquidas de mão-de-obra

realizadas pelos setores serviços (7.250), comércio (5.494) e agropecuário (256). O saldo líquido só não foi maior porque a construção civil e a indústria dispensaram, em termos líquidos, cerca de 7 mil trabalhadores.

A mesorregião do centro sul mato-grossense experimentou o maior incremento no nível de emprego, adicionando ao estoque do emprego regional 6.506 postos de trabalho. Aqui também indústria e construção civil dispensaram mais do que contrataram. No entanto, o comércio e os serviços, que contrataram cerca de 3 mil e 5 mil novos trabalhadores, respectivamente, mais que compensaram as demissões.

Nenhum setor de atividade econômica teve perda líquida de postos de trabalho nas mesorregiões do sudeste e norte mato-grossense. O saldo líquido positivo do emprego foi de 3.093 e 2.049 postos, respectivamente. A indústria, com 1.112 contratações, e o comércio, com outras 951, foram os setores que mais contribuíram para alcançar o desempenho positivo da mesorregião do sudeste mato-grossense. O incremento do emprego na mesorregião do norte mato-grossense ocorreu em todos os setores, destacando-se a indústria, com 823 contratações adicionais, e o comércio, com 564.

A mesorregião do nordeste mato-grossense incorporou 1.181 novos postos de trabalho. Somente o setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca destruiu 8 postos de trabalhos, os demais, especialmente, a indústria (532) e os serviços (449) geraram saldos líquidos positivos de empregos.

Os subsectores de atividade dos serviços de alojamento, alimentação reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (2.719 novos empregos), e do comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (4.302 novos empregos) foram os principais geradores líquidos de novos postos de trabalho. Esses dois segmentos sobressaíram nas várias mesorregiões do Estado, com exceção da mesorregião do sudeste mato-grossense, onde os serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação, rádio, televisão destruíram 88 postos de trabalho, e da mesorregião do nordeste mato-grossense onde o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos profissionais ocupa o terceiro lugar na geração de novos emprego. Quase dois terços dos saldos

líquidos de postos de trabalhos apontados nos dois subsetores do setor serviços da economia do Mato Grosso ocorreram na mesorregião do centro-sul matogrossense.

O comércio varejista ampliou seu estoque de empregos em 4.302 postos, o que corresponde a 78,5% do saldo líquido do setor. Na mesorregião do Norte matogrossense, seu desempenho superou o saldo do conjunto do setor. Essa mesorregião foi a única onde o comércio atacadista perdeu postos de trabalho (161). Quem mais contribuiu para a obtenção do saldo positivo do comércio, em termos absolutos, foi a mesorregião do centro-sul matogrossense, com 2.006 novos postos de trabalho, no comércio varejista e 916, no atacadista.

O péssimo desempenho do emprego no setor industrial foi fundamentalmente gerado na indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico nas mesorregiões do sudoeste mato-grossense (quase 8 mil postos eliminados) e do centro-sul mato-grossense (1.788 postos de trabalho eliminados).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Analisando o comportamento do emprego, segundo grandes grupos e subgrupos ocupacionais, os dados da Rais referentes a 31 de dezembro de 1994, mostram uma distribuição do estoque de 222.468 ocupações mais equilibrada do que a observada nos setores e subsetores da atividade econômica.

A distribuição do emprego segundo grandes grupos mostra que o 3 (trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados) reúne 27,7 % dos empregos, e o 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados), 24,9%, de modo que, juntos, totalizam algo próximo a 52,0% das ocupações. Sobressaem-se, no grande grupo 3, os agentes da administração pública (35,8%) e os trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (34,4%) e, no grande grupo 7/8/9, os condutores de veículos de transporte e assemelhados (cerca de 20%).

Além desses, o grande grupo 0/1 (trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados) abrigam quase 16% do total. Neste segmento, o

subgrupo que mais emprega é o dos professores, com 70,2%. O restante dos grandes grupos participa na contratação de mão de obra com até 13,2%.

A espacialização do emprego no Estado do Mato Grosso, entre as suas mesorregiões, mostra que a do centro-sul matogrossense possui o maior estoque, 139.142 postos de trabalho, correspondendo a 62% do emprego total do Estado. Desse subconjunto, 32,5% encontra-se no grande grupo 3 - trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados (27,7 %) que têm nos subgrupos dos agentes de administração pública (44,6%), e nos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (28,2%) os maiores empregadores de mão de obra.

A distribuição relativa do emprego por grandes grupos é praticamente a mesma nas mesorregiões do nordeste e sudeste de Mato Grosso. Em ambas, 23% e 27% da força de trabalho estão empregados nos grandes grupos 0/1 e 7/8/9, respectivamente. Cerca de 50% dos trabalhadores do grande grupo 0/1, nas duas mesorregiões, concentram-se no subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes. No grande grupo 7/8/9, as duas mesorregiões empregam no subgrupo dos condutores de veículos de transporte e assemelhados, 22% da sua força de trabalho. Nas mesorregiões do sudeste e nordeste mato-grossenses, o subgrupo dos trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas, do grande grupo 7/8/9, concentra 15,5% e 26,2%, respectivamente.

As mesorregiões do norte e sudoeste mato-grossense, a exemplo das duas últimas, têm um perfil ocupacional, por grandes grupos, muito parecido. O emprego está distribuído, entre o grande grupo 0/1 (aproximadamente 17%) e o grande grupo 7/8/9 (pouco mais de 40%). Nota-se que o subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes participa com cerca de 50% do emprego do grande grupo 3, nas duas mesorregiões. Há coincidência na categoria dos trabalhadores não classificados sob outras epígrafes, pois em ambas as mesorregiões, concentra cerca de 21% do emprego do grande grupo 7/8/9.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Ao analisar o desempenho do emprego, sob a perspectiva dos setores e subsetores de atividade econômica, notou-se ampliação do emprego. Na análise dos grandes grupos e subgrupos de atividade da classificação brasileira de ocupações, ao tratar a mesma questão, percebe-se um resultado na mesma direção, isto é, um saldo também positivo, porém de menor magnitude.

A justificativa para esse fenômeno talvez esteja na perda de informação e na captação se restringir exclusivamente ao segmento organizado da economia, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deixando de fora o setor estatal sob cujas relações trabalhistas são regidas por legislação específica.

A evolução do emprego por grandes grupos, no biênio 95/96, no estado de Mato Grosso, apresentou saldo positivo de 1.948 postos de trabalho. Foram admitidos 197.570 trabalhadores e dispensados outros 195.222.

O grande grupo 6 gerou um saldo líquido negativo de 4.731 empregos, quase exclusivamente decorrente das demissões no subgrupo dos trabalhadores agrícolas especializados, que tiveram 5.061 vagas eliminadas.

O crescimento do nível de emprego decorreu, principalmente, do desempenho do grande grupo 4 e do grande grupo 5, que adicionaram, respectivamente, 3.316 e 2.386 postos de trabalho à economia estadual. O saldo do emprego no grande grupo 4 foi gerado pelos subgrupos dos vendedores, empregados no comércio e assemelhados (1.630 vagas) e trabalhadores no comércio e não classificados sob outras epígrafes (1.518 vagas)

O subgrupo dos trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados produziu o maior saldo líquido de empregos (1.152 postos) do grande grupo 5. Destaque-se que somente o subgrupo dos lavadeiros, tintureiros e trabalhadores assemelhados eliminou quatro postos de trabalho, enquanto que os demais apresentaram desempenho positivo.

Das cinco mesorregiões componentes do estado do Mato Grosso, a do sudoeste mato-grossense comprometeu sobremaneira o desempenho do nível de emprego estadual. Ela destruiu 7.411 postos de trabalho, basicamente no grande grupo 6 (5.390 postos de trabalho) em que o subgrupo dos trabalhadores agrícolas especializados eliminou, em termos líquidos, mais postos de trabalho do que o saldo do grande grupo, além de quase 2 mil postos no grande grupo 7/8/9.

O incremento no nível de emprego estadual deveu-se ao bom desempenho das demais mesorregiões. O maior volume líquido de emprego foi criado na mesorregião do centro-sul mato-grossense (pouco mais de 5 mil postos de trabalho). Esse resultado foi produzido nos grandes grupos 4 e 5. Cada um gerou, aproximadamente, 2 mil novas vagas. Os subgrupos de vendedores, empregados no comércio e trabalhadores assemelhados (742 novos postos de trabalhos) e dos trabalhadores de comércio e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (951 novos postos de trabalhos) produziram, praticamente, o saldo do grande grupo 4. Já o subgrupo dos trabalhadores não classificados sob outras epígrafes gerou quase o dobro de emprego do saldo líquido do grande grupo 7/8/9.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Dentre os subgrupos da CBO representativos das ocupações técnicas lato senso, chegou-se a um estoque de 61.560 postos de trabalho. Pode-se apontar os agentes da administração pública e os trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes como os principais segmentos empregadores dessa mão de obra, com 15,9% e 34,5%, respectivamente. O subgrupo dos técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados apresentou participação inexpressiva na composição daquele estoque (5,2%). Cerca de dois terços das ocupações selecionados estão na mesorregião do centro sul mato-grossense, que apresenta o mesmo perfil ocupacional do Estado.

O subgrupo dos agentes da administração pública, com 15,9% do emprego dos segmentos selecionados, compõe-se de três categorias, sendo que só a do grupo de Base dos agentes administrativos responde por cerca de 81,0%, tanto no Estado como na mesorregião do centro-sul mato-grossense. Essa igualdade também se

verifica no grupo de base dos auxiliares de escritório pois, em ambas, o emprego se aproxima de 61%.

Nas demais mesorregiões, o grupo de base dos auxiliares de escritório e assemelhados, do subgrupo dos trabalhadores de serviços administrativos, concentra o maior número de ocupações, registrando percentual não inferior 60,0% do subgrupo. Também, neste universo de análise, quando comparado ao Estado e à mesorregião do centro-sul matogrossense, o segundo lugar na absorção de mão de obra é do grupo de base dos professores de ensino de primeiro grau com cifras que variam de 88% a 98% do subgrupo. O subgrupo dos trabalhadores em serviços de contabilidade e processamento automático de dados, correspondem a pouco mais de 10% do emprego em cada uma das dessas mesorregiões.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

A flutuação do emprego capta um subconjunto menor em razão da exclusão de boa parte do setor público. Para os segmentos selecionados, no período 1995-96, foram admitidos 36.194 trabalhadores e dispensados outros 37.737, resultando num saldo negativo 1.543 postos de trabalho.

Tal performance decorreu dos desligamentos líquidos observados, principalmente, nos segmentos de trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados (1.118) e no de técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados (589). Nas profissões técnicas propriamente ditas, a destruição de posto de trabalho foi geral, com exceção apenas do segmento dos desenhistas, técnicos desenhistas e assemelhados não classificados sob outras epígrafes, que criou 48 postos de trabalho.

GOIÁS

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

Em 31 de dezembro de 94, o Estado de Goiás contava com 563.101 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais. Estes dados revelam

também a elevada participação do setor de serviços (52,1%) no conjunto do emprego regional, a que se seguem o comércio (17,8%), a indústria (17,3%), a construção civil (9,1%) e a agropecuária (3,6%).

Em todas as mesorregiões do Estado, o setor de serviços tem peso significativo, sobretudo na do Noroeste (61,8%), seguindo-se as do Leste (60,2%), do Centro (58,5%), do Sul (46,7%) e do Norte (48,3%). O setor industrial tem maior participação nas mesorregiões do Norte (25,1%), do Sul (19,0%), do Centro (16,6%), do Leste (12%) e do Noroeste (12%); e o comércio, nas mesorregião do Sul (19,2%), do Leste (17,8%), do Centro (16,0%), do Norte (13,4%) e do Noroeste (10,2%).

No setor de serviços, 46,4% do emprego concentra-se no segmento da administração pública direta e autárquica, enquanto o de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão representa 12,9% dos postos de trabalho setoriais e o de transportes e comunicações, 11,6%.

O subsetor de administração pública é o que mais emprega em todo o Estado. A mesorregião Noroeste detém 72,3% dos empregos neste subsetor, seguindo-se as do Norte (65,7%), do Leste (59,2%) e do Sul (56,2%). Os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão representam, respectivamente, 14,4% e 11,2% do emprego setorial nas mesorregiões do Sul e do Centro, sendo pouco significativos nas demais. O subsetor de transportes e comunicações tem maior peso na mesorregião do Leste (18,9%), do Centro (9,9%) e do Norte e Sul (8,8%).

No setor da indústria, os segmentos que têm maior participação no emprego estadual são os de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (33,6%); têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (14,3%); e de serviços industriais de utilidade pública (13,4%).

Na mesorregião do Sul, o subsetor de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico responde por 58,1% dos postos de trabalho e o de serviços industriais de utilidade pública, por 6,9%. Na do Noroeste, estas proporções são de 42,8% e 14,3%, sendo também representativa a participação do subsetor extrativo mineral (37,9%). Na mesorregião do Leste, destacam-se os subsetores de produtos

alimentícios, de bebidas e álcool etílico (35,5%); de produtos minerais não-metálicos (19,3%); e o químico e de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e material plástico (11,3%). No Centro, os de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (29,4%); de utilidade pública (17,9%); e de têxtil, vestuário e artefatos de tecidos (16,7%). No Norte, o extrativo mineral (60,4%) e o metalúrgico (20,1%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1996, houve expansão do emprego em Goiás com a criação de 31.219 postos de trabalho. Os setores que mais contribuíram para este resultado foram serviços (13.684 novos empregos) e indústria (6.529).

No setor serviços, destacam-se os segmentos de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (7.270 admissões); de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (2.839); e de ensino (2.144). No subsetor de instituições de crédito, de seguros e de capitalização registrou-se saldo negativo de emprego, com 2.210 demissões.

Na indústria, os segmentos que mais expandiram o emprego foram os de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (1.533 admissões); de têxtil, vestuário e artefatos de tecidos (1.395); e metalúrgico (1.202). O de serviços industriais de utilidade pública apresentou desempenho negativo, com 1.824 demissões.

Na mesorregião do Centro Goiano, que inclui a capital do Estado, onde se concentra cerca de dois terços do emprego estadual, registra-se um saldo positivo de 20.339 empregos, graças ao desempenho dos setores de serviços (10.596 admissões), comércio (3.956), indústria (3.654) e construção civil (1.843).

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

Os grupos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado de Goiás, em 31 de dezembro de 1994, segundo a classificação da CBO, eram os seguintes:

grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados); grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados); e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados). Este três grupos representavam, respectivamente, 27%, 25,5% e 18,8% do emprego no Estado

No grande grupo 3, destacam-se os subgrupos de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (41,2% do emprego); e de agentes de administração pública (31,7%).

No grande grupo 7/8/9, os segmentos mais representativos são os de condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (18,0% do emprego); e os de trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (14,9).

No grande grupo 5, aparece em primeiro lugar o segmento de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (52,1%), seguido do de cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (15,8%) e de trabalhadores de serviços de proteção e segurança (14,6%).

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

No período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1996, o Estado de Goiás apresentou crescimento do nível de emprego de 26.750 postos, segundo Grandes Grupos e subgrupos da CBO. Os grupos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram: grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 10.798 admissões; o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 5.243 novos empregos; e o grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com 4.552 admissões.

No grande grupo 7/8/9, os segmentos que mais expandiram o emprego foram os de trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (5.103 admissões); de trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (3.040); e trabalhadores de costura, estofadores e trabalhadores assemelhados (1086). No grande grupo 5, destacam-se os segmentos de cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (1.660 admissões) e de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (2.885). E no grande grupo 4, os de vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (2.458 admissões) e trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1934 admissões).

A mesorregião do Centro Goiano, que inclui a capital do Estado, apresentou expansão do emprego com um saldo positivo de 16.931 admissões. Os grupos ocupacionais que registraram expansão no emprego foram o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 7.334 admissões); o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 4.100 admissões; e o grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com 3038 admissões

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO os que mais se destacavam no Estado de Goiás eram: trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (30,3% do emprego), agentes de administração pública (18,6%) e professores (11,9% do emprego).

Na mesorregião do Centro Goiano, que concentra o maior contingente de trabalhadores do estado, cerca de dois terços, em 31 de dezembro de 1994, os subgrupos selecionados que mais se destacaram foram os de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras

epígrafes (29,5% do emprego), de agentes de administração pública (21,5%) e dos professores (17,2%).

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

O Estado de Goiás, apresentou expansão do emprego (3.498 admissões) nos subgrupos selecionados da CBO. Os subgrupos que mais contribuíram para este resultado foram: trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.626); os professores (1.158); e os secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados (994). Os segmentos que registraram retração foram: operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados, com 481 demissões, e operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares, com 578 demissões.

A mesorregião do Centro Goiano apresentou expansão no emprego (3.338 admissões), sendo que os subgrupos que mais se destacaram foram o dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 2.024 admissões, os secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados, com 738 admissões, e os professores, com 618 novas vagas.

DISTRITO FEDERAL

Distribuição dos empregos segundo setores de atividade econômica

O perfil da economia do Distrito Federal, sob o ângulo do mercado Formal de Trabalho, é mostrado através das informações do Cadastro Geral de Empregados - Caged e da relação Anual de Informações Sociais – Rais, obtidos pelo Ministério do Trabalho junto ao setor organizado da economia.

Em 31 de dezembro de 1994, havia 582.338 pessoas empregadas no Distrito Federal, distribuídas, segundo setor de atividade econômica, da seguinte forma: 80,8% no setor de serviços, 3,6% na indústria, 9,2% no comércio, 5,7% na

construção civil e 0,6% no setor primário, especificamente nas atividades de agropecuária, extração vegetal e a caça e pesca.

A administração pública direta e autárquica responde por quase 60% do emprego no setor de serviços. A indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico absorve mais mão de obra no setor industrial (27,7%), seguindo-se os serviços industriais de utilidade pública (23,7%). No comércio, o maior contingente de empregados encontra-se no segmento varejista (83%).

Flutuação dos empregos segundo setores de atividade econômica

No biênio seguinte, 1995-1996, conforme mostra a dinâmica da economia do Distrito Federal, do ponto de vista da geração de novos postos de trabalho foi positiva. Entre admissões (289.927) e desligamentos (273.347), a economia distrital gerou um saldo positivo de 16.490 novos postos de trabalho. Contribuiu para isso, o desempenho de todos os setores de atividade econômica. No entanto, comércio e serviços juntos criaram quase 84% dos novos posto de trabalho.

Os subsetores varejista e atacadista do setor comércio produziram mais de um quarto dos novos postos de trabalho (4.762). A contribuição maior dada a flutuação positiva do estoque de emprego foi, no entanto, do setor serviços (9.174 postos), através, principalmente dos serviços de alojamento e alimentação, reparação e conservação de rádio e televisão (8.708 postos). A despeito dessa performance, o subsetor das instituições de crédito, de seguros e de capitalização fechou de forma líquida quase 4 mil postos de trabalho.

Distribuição dos empregos segundo grupos de ocupações

O comportamento do emprego à luz das ocupações, segundo Grandes Grupos e Subgrupos, os dados da Rais, referentes a 31 de dezembro de 1994, mostra uma distribuição mais equilibrada do que a observada nos setores e subsetores de atividade econômica.

A distribuição do emprego, por grandes grupos, destaca: o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados) com

cerca de 40%; o grande grupo 5 (trabalhadores de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e assemelhados) com 18,3%; o grande grupo 0/1 (trabalhadores de profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados) e o grande grupo 7/8/7 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados) ambos com aproximadamente 14%.

Descendo a mais um nível na estrutura das ocupações, o subgrupo dos professores participa do emprego no grande grupo 0/1, com cerca de 40%; no grande grupo 3, a maior concentração do emprego está nos subgrupos dos agentes da administração pública, com 58,6% e dos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 22,9%; o subgrupo dos trabalhadores em serviços administrativos, conservação, limpeza de edifícios, de logradouros públicos e assemelhadas responde por aproximadamente 44% do emprego no grande grupo 5; e, por último, cabe apontar os subgrupos que classificam os condutores de veículos de transportes e trabalhadores assemelhados e os trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados, como os destaques do grande grupo 7/8/9 na absorção de mão de obra, com cerca de 50%.

Flutuação dos empregos segundo grupos de ocupações

Assim, de um total de 7 grande grupos, somente 2 apresentam no biênio, 1995-1996, eliminação de postos de trabalho. Os demais, especialmente o 5 (trabalhadores de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e assemelhados) e o 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados) criaram 5.212 e 5.279 postos de trabalho, respectivamente. No biênio 95/96, houve a expansão de 12.034 postos de trabalho.

No grande grupo 5, os subgrupos de cozinheiros, garçons, barmen e de trabalhadores de serviços administrativos, conservação e limpeza de edifícios foram os maiores empregadores líquidos, isto é, no confronto entre criação e eliminação de postos de trabalho, o resultado é positivo. O volume de emprego, 4.457 novas

vagas, criado nos subgrupos, corresponde a quase 88% total do emprego do grande grupo.

O outro responsável pela flutuação positiva do emprego foi o subgrupo dos trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (5.443 postos) que praticamente produziu o saldo do grande grupo 7/8/9, pois de um total de 29 subgrupos só 5 não tiveram perda de postos de trabalho.

Os subgrupos de chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças e os agentes de administração pública foram os principais responsáveis pelo fechamento de postos de trabalho do grande grupo 4, pois eliminaram, respectivamente 1.999 e 1.060 postos.

Distribuição dos empregos segundo ocupações técnicas

Pode-se apontar os grupos de base da CBO dos professores do ensino de primeiro grau (2.289 contratações líquidas) e do de ensino pré-escolar (1.405 contratações líquidas), dos auxiliares de escritórios e trabalhadores assemelhados (24.748 contratações líquidas), dos trabalhadores em serviços administrativos, trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (10.614 contratações líquidas), de pessoal de enfermagem e trabalhadores assemelhados (exceto enfermeiros) (10.587 contratações líquidas) e dos agentes administrativos (59.867 contratações líquidas) como os principais segmentos empregadores de mão de obra, pois representam cerca de dois terços do contingente selecionado.

O subgrupo de técnicos, desenhistas técnicos assemelhados, que classifica os trabalhadores oriundos de escolas técnicas, apresentou participação inexpressiva na composição do estoque referido (9.127 contratações líquidas), correspondendo a 5,5% das ocupações selecionadas. Os subgrupos de base de técnico de biologia, agronomia e trabalhadores assemelhados (1.505 contratações líquidas),; de técnico de eletricidade, eletrônica e telecomunicações (2.421 contratações líquidas),; e de técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outra epígrafes (1.996 contratações líquidas), participam com cerca de dois terços do emprego do subgrupo.

Flutuação dos empregos segundo ocupações técnicas

A evolução do emprego para os subgrupos e grupos de base selecionados, nos anos de 1995 e 1996, mostra um saldo positivo de 2.040 postos de trabalho.

Tal desempenho foi alcançado graças, principalmente, aos grupos de base dos professores do ensino de 1º grau (500 contratações líquidas), do ensino pré-escolar (258 contratações líquidas) e dos professores e instrutores de formação profissional (209 contratações líquidas), operadores de máquina de processo automático de dados (858 contratações líquidas) e dos recepcionista (1.190 contratações líquidas). Esse resultado não foi melhor, porque o grupo de base dos agentes administrativos eliminou 1.092 postos de emprego.

O subgrupo dos técnicos, desenhistas técnicos que classifica os profissionais oriundos de escolas técnicas apresentou saldo negativo de 51 postos de trabalho. Dos dez grupos de base integrantes desse subgrupo, só três tiveram evolução positiva do emprego. No entanto, insuficiente para compensar a eliminação dos postos de trabalho efetuada pelos demais grupos de base da CBO.